

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

PEDRO HENRIQUE CIUCCI DA SILVA

O NOVO SUJEITO INDUSTRIALIZADO EM PAULO FREIRE:
Ideias e contexto na tese Educação e atualidade brasileira (1959)

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO
2022

PEDRO HENRIQUE CIUCCI DA SILVA

O NOVO SUJEITO INDUSTRIALIZADO EM PAULO FREIRE:
Ideias e contexto na tese Educação e atualidade brasileira (1959)

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação: História, Política, Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO

2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves – PUC/SP

Prof. Dr. Edgar Vinicius Cacho Zanetti – UERR/RR

Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini – PUC/SP

Prof. Dr. Eduardo Norcia Scarfoni – PUC/SP

Prof. Dra. Helenice Ciampi – PUC/SP

À minha esposa que amo e dedico a minha alma, Milena Possidonio,
pelo amor, dedicação e companheirismo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.200800/2018-00

This study was financed in part by the a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – nº do processo 88887.200800/2018-00

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Doutor Mauro Castilho Gonçalves pela paciência, orientação, amizade e companheirismo.

Os meus mais sinceros agradecimentos à CAPES, que viabilizou economicamente o meu Doutorado.

E também ao Programa de Pós-Graduação EHPS da PUC-SP pelo acolhimento. À Betinha pelas orientações e atenção.

Aos professores da banca examinadora, especialmente ao Professor Daniel Ferraz Chiozzini pelo carinho e companheirismo, à Professora Dr^a Helenice pela atenção, ao Professor Doutor Eduardo e, em especial, ao Professor Doutor Edgar Zanetti pela amizade e parceria.

À minha mãe Sonia Ciucci por ter me ensinado as primeiras letras e a leitura de mundo. Ao meu tio Rinaldo Ciucci pela confiança. Aos meus sobrinhos Giovane, Aninha e Alice pelos momentos de carinho. Aos amigos André Ribeiro, Igor, Fabricio, bem como a todos meus amigos professores e colegas de trabalho. Aos Professores Luciano Rosset, José Geraldo, Edélcio Gonçalves e ao Professor Carlos A. Giovinazzo.

Em memória dos meus avós maternos Renato Ciucci e Anna Ciucci pelo amor, carinho e ensinamentos. Em memória das minhas filhas, Catarina e Clarice, que ensinaram a amar, a ser, em pouco tempo conosco.

Dedicatória

Dedico esta tese à memória do Professor Paulo Freire, pois os seus trabalhos continuam inspirando milhares de acadêmicos ao redor do mundo. Também à memória daqueles que dedicaram sua vida para uma educação libertária. Aos que foram torturados, exilados e mortos pela ditadura civil-militar por defenderem uma Pedagogia da Esperança.

Quando se ajuda uma pessoa, se ajuda o mundo inteiro.

Saudades

Lembrança, sentimentos

Toques, você, queremos,

Estamos, estamos.

Vocês chegaram,

Mudamos, Transformamos,

Vocês.

Nossas filhas,

Conversamos, planejamos,

Vimos, sentimos.

Cresceram dentro de ti, sentimos, observamos,

Choramos.

A perda, o choro, a saudades.

Você se foi, mas ficou.

Você partiu, choramos.

Ficamos; ainda houve esperança,

Lutamos, corremos.

Você também partiu.

O parto, pesado, a espera.

Vimos, choramos, sentimos, amamos.

Vocês partiram. Amamos.

Fica a saudades, a lembrança

Em vocês nós transformamos, mudamos,

Amamos vocês, Catarina e Clarice.

RESUMO

O presente estudo examina a tese de concurso de Paulo Freire (1921-1997), *Educação e Atualidade Brasileira* (1959), acerca da educação relacionada ao desenvolvimento social e histórico no Brasil, entre os anos de 1959 e 1964. Ao compreender as dinâmicas no cenário histórico referido, a pesquisa considera aspectos da formação acadêmica e docente do autor em questão: a carreira de professor e suas pesquisas para sua tese; pesquisa sobre o sujeito industrializado; pesquisa sobre o cenário nacional; perspectiva de consciência e realidade brasileira. As fontes históricas selecionadas e resultados correspondem a um conjunto de perspectivas históricas e análise do livro *Educação e Atualidade Brasileira*. Os procedimentos de análise de tal material fundamentam-se nos estudos de Antonio Gramsci, no que tange a revalorização do sujeito orgânico, papel dos intelectuais e questão econômica, retornando a Paulo Freire para a compreensão do Novo Sujeito Industrializado, diante do desenvolvimento econômico e social, com ênfase sobre o papel do projeto educacional para uma perspectiva crítica e transitiva.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educação; Sujeito; Década de 1950. Industrialização.

ABSTRACT

This study examines Paulo Freire's thesis for the application to a professor position in the University of Recife, called *Education and Brazilian Contemporaneity* (1959), on education related to social and historical development in Brazil between 1959 and 1964. By understanding the dynamics in the aforementioned historical scenario, this work considers different aspects of the researched author's educational background: the teaching career and his thesis; the researches on the industrialized subject; the researches on the national scenario; perspective of consciousness and Brazilian reality. The selected historical sources and results correspond to a set of historical perspectives and analysis of the book *Education and Brazilian Contemporaneity* (1959). The procedures used for analyzing such material are based on the studies of Antonio Gramsci, regarding the revaluation of the organic subject, the role of intellectuals and the economic issue, returning to Paulo Freire for the understanding of the new industrialized subject, in front of economic and social development, emphasizing the role of educational design for a critical and transitional perspective.

Keywords: Paulo Freire; education; subject; Brazil in 1950; industrialization.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1.	DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (JK) AO PROCESSO DE EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM JOÃO GOULART (JANGO).....	20
1.1.	<i>A república brasileira e a ideologia do governo JK</i>	20
1.2.	<i>A experiência democrática no governo de Jango</i>	37
1.3.	<i>Divergências entre o Governo Kubitschek e o governo de João Goulart.....</i>	43
1.4.	<i>Superação da estrutura social brasileira.....</i>	45
1.4.1.	<i>Programas de base por Jango.....</i>	45
1.4.2.	<i>Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a consciência crítica.....</i>	50
1.5.	<i>Questão do Estado: significação e equilíbrio.....</i>	53
1.6.	<i>Os caminhos da Industrialização.....</i>	53
1.7.	<i>Industrialização – sujeito histórico.....</i>	59
1.7.1	<i>Cultura na industrialização.....</i>	64
1.8.	<i>Educação para a mudança.....</i>	66
2.	PAULO FREIRE NO CONTEXTO HISTÓRICO DA EXPERIÊNCIA....	74
2.1	<i>Contexto internacional.....</i>	74
2.2.	<i>Contexto nacional.....</i>	78
2.3.	<i>Fontes, estrutura e ideias.....</i>	88
2.3.1.	<i>Paulo Freire em diálogo com Zevedei Barbu e Gabriel Marcel.....</i>	94
3.	UNIVERSIDADE DE RECIFE, PREPARAÇÃO DA TESE: EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA.....	98
3.1.	<i>Faculdade de filosofia, ciências e letras.....</i>	105
3.2.	<i>A livre-docência da Escola de belas artes.....</i>	107
3.3.	<i>A ficha funcional da Universidade do Recife – Universidade Federal de Pernambuco: perseguição e anistia.....</i>	107
4.	EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM DO NOVO SUJEITO INDUSTRIALIZADO.....	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

Introdução

A presente tese se propõe a estudar o Novo Sujeito Industrializado em Paulo Freire, por meio das ideias – e seu contexto histórico social – contidas na tese *Educação e atualidade brasileira* (1959), que fora desenvolvida, em primeira circunstância para pleitear a cadeira de História da Filosofia da Educação da Escola de Belas-Artes de Recife.

Esta tese tem como sustentáculo principal considerar o desenvolvimento histórico, social e político do sujeito e o papel da educação nesse processo. As circunstâncias sociais que o autor pernambucano observa perpassam os eventos políticos ocorridos no Brasil dos anos 1950, sob uma perspectiva histórica, educacional e cultural do país. Por meio de uma análise construída ao observar o desenvolvimentismo, o educador propõe um Novo Sujeito Industrializado — aquele em que a democracia tem espaço na ruptura de uma inexperiência democrática enraizada no Brasil.

A industrialização é um caminho fundamental para a construção da democracia e para progresso educacional. Paulo Freire, em sua perspectiva de pensar um Brasil democrático e com um cenário esclarecido, apostou junto com os intelectuais do ISEB em uma nova abordagem do sujeito histórico.

No início da década de 1950, o Brasil vivia uma nova realidade marcada pelas transformações econômicas, sociais e políticas, decorrentes da implementação da industrialização (PINTO, 1960). Existia nesse período um grande debate de ideias sobre os modelos de progresso e de desenvolvimento para o país. A absorção do desenvolvimento urbano, da industrialização e do liberalismo econômico provocara mais que um simples dualismo na sociedade brasileira, o que não significa a substituição de uma sociedade velha ou arcaica (agrária) por uma nova ou moderna (industrializada), mas sim uma configuração

complexa, que é a convivência desses dois extremos dentro da mesma realidade socioeconômica e político-cultural (CARDOSO, 1978).

Dentre os aspectos que caracterizam a essência da administração JK, destaca-se primeiramente o tripé estratégico centrado no Estado, articulado ao capital estrangeiro e ao empresariado nacional, todos voltados para a criação de uma estrutura industrial mais avançada e integrada à nova divisão internacional do trabalho.

Encaminhada pelo núcleo político do governo, a estratégia que tinha no “desenvolvimentismo” sua expressão ideológica e política atuava de forma a minimizar as possíveis resistências através da negociação de interesses. O segundo aspecto expressa a operacionalização de uma estrutura de poder informal, paralela, eficiente e vinculada diretamente à Presidência.

Ao anular os tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados por intermináveis negociações, essa “administração paralela” concretizava de maneira efetiva as decisões políticas. O governo JK sinalizava uma opção de política estatal centrada em soluções de conveniência, sem restrições quanto a encaminhamentos marginais.

O objetivo maior da ação governamental era conseguir encaminhar o gradual avanço e o desenvolvimento do investimento público, sem que fosse preciso recorrer a uma reforma administrativa, fiscal e financeira de profundidade no país. Estas dimensões marcaram os futuros impasses que culminaram na crise de 64.

Sobre a ação governamental adotada por JK em relação às políticas sociais, tais como saúde e educação, provavelmente por não estarem sofrendo uma exigência em “consistência e eficiência”, permaneceram, com algumas exceções, sendo gestadas e implementadas no âmbito da administração.

Assim sendo, o estado brasileiro dos anos 50, a despeito de expressar uma dimensão modernizante com ênfase nos valores liberais e democráticos, acabava apresentando complexas contradições intermediadas por fortes ideologias de estado – populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo (CARDOSO, 1978). Tendo papéis de destaque, essas ideologias de estado tinham a função estratégica de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo “projeto da nação”.

Até o final dos anos 1950, o projeto intelectual e político de forjar uma ideologia que impulsionasse o desenvolvimento do país unificou um conjunto de intelectuais reunidos em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Entretanto, notadamente este projeto carregava pensamentos heterogêneos sobre os rumos do desenvolvimento no país. A origem do ISEB se encontra no Grupo Itatiaia, que era constituído por intelectuais e técnicos administrativos do Rio de Janeiro e de São Paulo. O grupo começou a se encontrar informalmente a partir de 1952-1953, reunindo-se uma vez por mês no Parque Nacional de Itatiaia, situado entre os dois centros urbanos.

Paulo Freire tem sua preocupação com o desenvolvimento nacional, junto com o discurso do ISEB. Para o nosso autor, a industrialização era uma perspectiva de emancipação educacional (FREIRE, 1959). Caio Navarro de Toledo (1997) se preocupa em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como estes “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – imbuídos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico” (TOLEDO, 1997).

A elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar o subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua função. No entanto, Caio Navarro de Toledo (1997), ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabricação dessa ideologia.

Contrariando as definições marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia a priori; organizar um conjunto de ideias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação” (TOLEDO, 1997).

Fora Nelson Werneck Sodré com interesses particulares, historicamente datados (interesses de classe dominante e interesse geral), os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a ideologia como uma forma de dominação; para eles, a ideologia não passava de elucubração teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na direção de um fim nobre, qual seja: a “necessidade da implantação definitiva do capitalismo como superação do subdesenvolvimento” (TOLEDO, 1997).

Para um melhor entendimento das funções do ISEB como aparelho político-ideológico deveremos nos apropriar do conceito de *intelligentsia*, conceito este cunhado na história russa no século XIX – detentor de uma natureza transitória e ideológica que acaba influenciando de diferentes maneiras o desfecho revolucionário daquele contexto.

Ao investigar o Novo Sujeito Industrializado, tem-se como projeto uma educação histórica e a abordagem de que a educação se construa diante do cenário nacional. A industrialização é um projeto de emancipação para a

democracia, ou seja, a consciência que a industrialização traz é para uma tentativa de consciência transitiva, ou seja, rompe com uma consciência ingênua histórica (FREIRE, 1959).

A industrialização coloca o indivíduo em sobressalto em sua noção de consciência democrática, ou seja, democratiza a democracia, (FREIRE, 1959), faz do indivíduo um ser crítico do social.

Gramsci também nos faz uma importante distinção do que seja um intelectual; quando afirma que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1986), o autor evidencia que a distinção de um intelectual é sua função na sociedade, ou seja, seu trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais, e não somente o conjunto de suas atividades intelectuais. Evidencia-se uma diferença entre o exercício de atividades intelectuais e o exercício de funções intelectuais. A associação entre a industrialização e a emancipação do sujeito são propostas de estudos de Antonio Gramsci (1986). A industrialização promove uma luta antagônica entre a consciência de ser crítico e a formação dos indivíduos (CARDOSO, 1978).

O principal desafio social da industrialização é tentar colocar uma disciplina na força de trabalho e na vida social, ou seja, é um conceito de luta de classes, é a dialética hegeliana, a luta entre o senhor e o escravo, porém, com uma nova dinâmica, uma industrialização na tentativa de participação popular.

Paulo Freire centraliza em sua tese um novo sujeito histórico, voltado para a democracia, onde a educação se torna um caminho para a consciência transitiva ganhar força (FREIRE, 2003).

O questionamento que permeia a presente tese de doutorado é pesquisar e aprofundar um Novo Sujeito Industrializado na leitura da tese de concurso de

Paulo Freire, *Educação e Atualidade Brasileira* (1959) e aprofundar nas ideias e contextos que nosso autor mobiliza para observar um indivíduo nacional, através da industrialização.

Na minha dissertação de mestrado, em 2017, apresentei as concepções antropológicas e filosóficas de Paulo Freire. Com a presente tese, busco fundamentar uma construção bibliográfica e social de um sujeito histórico e político através de um diálogo que Freire fez com outros autores, para centralizar seu projeto educacional (SILVA, 2017).

Na presente tese, a centralização é a gênese deste pensamento político e social, é um diálogo que Paulo Freire faz com o sujeito histórico nacional, é relacionar sua tese de concurso com o discurso da industrialização.

O objeto de estudo e pesquisa é a formação docente e social de Paulo Freire no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando este concorreu a uma vaga na cadeira de docente na escola de Belas-Artes de Recife, e desenvolveu sua pesquisa em um cenário nacional, com ênfase no sujeito histórico brasileiro.

No que diz respeito à seleção de fontes para a realização da presente pesquisa, foi um recorte temporal da trajetória acadêmica e da docência de Paulo Reglus Neves Freire, entre os anos de 1959 a 1964.

O estudo desta tese é a investigação da trajetória histórica e filosófica do sujeito industrializado, partindo para uma nova abordagem, o novo sujeito histórico industrializado.

Os pronunciamentos escritos analisados tiveram como filtro de seleção a autoria de Paulo Freire ou comentários e notificações nos periódicos estudados a respeito da atuação de Paulo Freire. As temáticas foram: educação, formação econômica brasileira, atuação e docência de Paulo Freire e a tese do autor

pesquisado. Os documentos levantados e analisados foram fontes históricas sobre as questões econômicas do Brasil, e a *Educação e Atualidade brasileira* (PAIVA, 1985).

Os fundamentos deste estudo estão nos parâmetros históricos e sociais do cenário nacional. Com o estudo feito sobre o livro de Paulo Freire (2003), chega-se a uma análise sobre os impactos da industrialização na esfera da democracia e participação popular, um Novo Sujeito Industrializado.

A presente tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado *Da ideologia do desenvolvimento de Juscelino Kubitschek (JK) ao processo de experiência democrática em João Goulart (Jango)* apresenta aspectos históricos que antecedem Paulo Freire, que iniciam um projeto de industrialização nacional, uma formação de democracia popular, um projeto de país. Outros aspectos que este capítulo apresenta são as experiências democráticas dos governos, que Paulo Freire experimenta como democracia. O processo de superação social brasileira e como os governos de JK e Jango fundamentam um projeto de nação. O capítulo também apresenta os projetos de base do governo Jango, pois foram fundamentais para pensar o sujeito industrializado e formular um novo sujeito. Além disso, discutimos a fundação do ISEB, seus autores e atuação deste instituto, seus discursos e projetos através da industrialização e também os caminhos da industrialização e aspectos da conscientização deste efeito, chegando a cultura na industrialização, apontando então a educação para a mudança, projeto educacional para industrialização e um avanço para o sujeito histórico.

O segundo capítulo intitulado, *Paulo Freire no contexto histórico da experiência*, é análise e aprofundamento da tese de concurso *Educação e Atualidade Brasileira*, com ênfase na leitura dos conceitos das ideias e fontes, analisando a perspectiva social e histórica que o autor faz do cenário nacional,

com o passado, partindo das experiências dos governos JK e Jango, assim construindo uma consciência crítica de mundo, partindo para ser no mundo. Uma abordagem dialogal com os autores que Freire faz para construir suas ideias de sujeito através de Zevedei Barbu e Marcel.

O terceiro capítulo, intitulado *Universidade de Recife, preparação da Tese: Educação e Atualidade Brasileira*, é uma análise da universidade de Recife e os dados da participação de Paulo Freire no concurso, sua preparação da tese.

O quarto capítulo, intitulado *Educação e atualidade brasileira: uma abordagem do Novo Sujeito Industrializado*, apresenta uma abordagem das ideias e contextos que Freire faz do Brasil, uma frente histórica, econômica e social do sujeito histórico. As experiências que Freire observa de governos e uma leitura dos avanços democráticos que a industrialização coloca para uma consciência crítica de mundo. Através da leitura deste sujeito que Freire realiza, tende-se a um aprofundamento de um novo sujeito: Novo Sujeito Industrializado. Este sujeito é o resultado direto da industrialização, das heranças democráticas, dos cenários nacionais. Este novo sujeito traz consigo uma consciência crítica de sua postura.

1. Da ideologia do desenvolvimento de Juscelino Kubitschek (JK) ao processo de experiência democrática em João Goulart (Jango)

A concepção da ideologia do desenvolvimento do governo de JK (1956-1961) promoveu um avanço democrático e um progresso econômico por meio da tentativa de tranquilidade social e política e, através desta perspectiva, estende-se uma experiência democrática na República de Jango.

O Brasil passou por diversas tentativas de experiências democráticas que desembocaram no processo educacional, este que visava o progresso da educação por via de uma consciência crítica e histórica.

1.1.A República brasileira e a Ideologia do Governo JK

Para compreendermos o que foi a Ideologia do Governo JK e sua situação na história da república brasileira, faz-se útil um percurso introdutório à noção de ideologia.

Dentre as concepções correntes de estrutura social, pode-se compreendê-la como uma totalidade orgânica composta de níveis ou instâncias, tal como se apresenta na reflexão de Gramsci (2007, p. 2157).

O filósofo se dedica à análise de um domínio em que a ideologia é uma "formação social que constitui uma totalidade orgânica" (GRAMSCI, 2007, p. 2165). Ou seja, a ideologia seria o campo ideativo e axiológico da sociedade e, ao mesmo tempo, estaria fundamentada nas posições de classe.

Sendo uma expressão das relações de classe, a ideologia seria percebida como ferramenta das relações de poder, um dos aspectos da dominação de classe. A ideologia, nesse sentido, seria um instrumento privilegiado para a classe dominante assegurar a coesão social e, também, uma forma de as classes

subalternas tomarem consciência de sua existência coletiva e da própria realidade. Sendo assim, uma totalidade orgânica que se estabelece na economia, na política e na consciência social (GRAMSCI, 2007, p. 2200).

A estrutura é o primeiro caráter essencial da ideologia, todas as realidades sociais são inteligíveis através da sua estrutura. Os elementos que a formam, se considerados isolados, não constituem a ideologia. Isso quer dizer que a ideologia é um sistema cujo modo de disposição e combinação de elementos é o que lhe confere sentido, e é a estrutura que os determina em seu sentido e também na sua função.

Tendo isso compreendido, tem-se que a sociedade só pode ser entendida no analisar de sua estrutura, na observação da articulação de seus diferentes níveis (econômico, social e educacional).

Entendendo a totalidade social como formação, caminhamos no sentido de descobrir o seu caráter de totalidade contraditória. Dessa perspectiva, apreende-se a estrutura a partir da sua transformação, aquela não sendo mais do que a estruturação de um processo (GRAMSCI, 2007, p. 2305).

A totalidade social constitui, assim, a estrutura de uma produção: em primeiro lugar, uma produção material que em um momento determinado se compõe de relações já dadas, relações essas de produções que determinam, em última instância, a produção múltipla e variada da vida social e política.

Não se trata de uma simples dominância, de uma determinação direta nem imediata, mas de um princípio último de determinação, que não impede outras formas de dominância na formação social, nem uma relativa autonomia da estrutura por ele determinada.

Como princípio geral organizador do todo social, a determinação autoriza a reunir toda a produção determinada em última instância em uma só estrutura, a da produção ideológica, esta como seus campos e seus níveis diversificados.

Essencialmente diferente da concepção da estrutura como articulação de níveis, este parece ser o único tipo de formulação teoricamente coerente com o princípio da determinação.

As condições da produção dão origem às classes, estas ganham relevo na estrutura, de tal modo que o conceito de sociedade de classes se constitui em conceito chave, em que a relação de subordinação que as permeia é o fato fundamental.

Formadas pela dupla via da produção material e da produção ideológica, a relação que entre elas se estabelece, que não é uma relação de interdependência, também é exercida através tanto da produção, quanto da ideologia, embora sob formas diversas.

A ideologia não pode ser pensada independente ou isoladamente porque, mesmo que um dos níveis de um de seus campos seja dominante em um dado modo de produção, ele próprio, apesar da eficácia específica da ideologia, é determinado.

Através desta determinação, trata-se de uma sociedade de classes, a sua dominância não se realiza sem referência a elas. É indispensável, pois, pensar a ideologia dentro da formação social e em vinculação com as relações sociais. Assim, elimina-se a possibilidade de entender a ideologia como um conceito em si mesmo, mas em sua influência na formação, na manutenção e na transformação da sociedade.

Encontra-se a categoria explicativa da produção ideológica nas sociedades de classe na reflexão gramsciana, no seu conceito de hegemonia (GRAMSCI, 1986, p. 14). Em Gramsci, a hegemonia dá conta das relações travadas entre as classes sociais, especificamente fora do terreno da produção econômica. O conceito de hegemonia permite trabalhar com os aspectos da direção cultural e política que envolvem as classes fundamentais da sociedade. Esta se aplica às classes que, pelo lugar que ocupam no seio de um modo de produção historicamente determinado, estão em condições de assumir ou aspiram assumir o poder e a direção de outras classes (GRAMSCI, 1986, p. 18).

O conceito não exige o exercício do poder para pensar a hegemonia; exige, na verdade, a adesão em torno de uma classe, seja por outra classe, seja por suas frações de classe (GRAMSCI, 1986, p. 20). Esta adesão implica, fundamentalmente, um domínio, quando se pensa a hegemonia como uma das formas da relação entre classes dominante e dominada.

Implica uma coesão por oposição, quando se pensa a hegemonia como forma de adesão das frações de uma classe sob a direção de uma delas, diferenciando, assim, esta classe das outras no sistema de classes (GRAMSCI, 1986, p. 25). A classe a ser dominante depende da subordinação, ou do exercício negativo do domínio, a conduzir o todo a uma coesão de classe.

A concepção de hegemonia em Gramsci distingue os dois modos pelos quais ela se manifesta: um, pelo domínio; o outro, pela direção intelectual e moral. Um grupo social básico domina quando liquida ou submete o grupo antagônico e dirige intelectual e moralmente quando se põe à frente dos grupos afins ou aliados.

O domínio supõe o acesso ao poder pelo uso da força, compreendendo a função coercitiva; já a direção intelectual e moral é engendrada por meio da

persuasão, promovendo a adesão por meios ideológicos, constituindo a função propriamente hegemônica. Destacando esta segunda função da primeira, fica aberta a possibilidade de pensar a hegemonia também quanto às classes dominadas, desde que vinculada ao grupo social básico (GRAMSCI, 1986, p. 34).

Para que possa exercitar-se como dirigente, uma fração da classe dominante deve conseguir aliados nas outras frações ou na outra classe (GRAMSCI, 1976, p. 9). O elemento principal na realização dessas alianças é a formação de uma vontade coletiva, vontade que Gramsci entende como “consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 1976, p. 30). Essa vontade coletiva define um agrupamento no plano ideológico de várias camadas ou classes sociais em realidade distinta e que as congrega em torno de um projeto comum.

Um outro elemento formador da aliança que permite a hegemonia são os compromissos que o grupo hegemônico contrai com os demais, que ele mesmo coloca ou que se deixa colocar sob a sua hegemonia. Tais compromissos significam algumas concessões, feitas sempre que necessário para granjear adesão, desde que para a adesão não se prejudique a realidade de aspectos essenciais para o grupo hegemônico (GRAMSCI, 1986, p. 123).

Nenhum destes elementos é impeditivo do exercício de direção intelectual e moral da hegemonia por parte de grupos básicos não dominantes. Neste caso, o exercício hegemônico é profundamente transformador, ao contrário do outro em que o conceito dialético, ele próprio, assume uma das formas da dominação, coercitiva ou hegemonicamente.

Na discussão gramsciana, a hegemonia é tratada especialmente em relação ao que o filósofo apresenta de novidade no conceito, que é a

possibilidade de também os grupos básicos dominados desenvolverem a sua direção intelectual e moral, apesar de não terem acesso aos meios de direção.

A hegemonia é um conceito do entendimento da ideologia que conduz diretamente à relação de classes, ou seja: é um conceito de classe por outro. Mas, ao mesmo tempo em que se propõe como esta relação, não admite que o pensamento se restrinja aos campos dos seus termos.

Nesse sentido é que Gramsci (1986) aponta esta direção como reforma intelectual e moral. A perspectiva anteriormente assumida pela formulação da hegemonia só permite pensar os grupos dominantes, portanto em uma situação estabelecida de dominação.

A hegemonia implanta a transformação no terreno ideológico historicamente depois da transformação econômica possibilitada pelo acesso político, fundamentado na hegemonia. Gramsci propõe que a hegemonia inclui a possibilidade de uma reforma intelectual e moral que se processe já antes daquele acesso ao poder. Passa, então, a ser um problema teórico delicado a forma como se vê a relação entre o ideológico e o econômico.

Não se deve deixar de considerar o econômico como determinante, mas procurar descobrir a autonomia relativa da política quanto à economia, revalorizando, assim, a ideologia.

O filósofo afirma que apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo (GRAMSCI, 1986, p. 99). A preocupação de Gramsci é que a ideologia não se faz apenas no econômico e pelo econômico: é preciso ser capaz não só do reconhecimento da insuficiência do mero fator econômico e da revalorização positiva e determinante do fator ideológico, como também de adiantar a maneira específica, ou pelo menos uma

das maneiras, como se efetiva a ação positiva e determinante da ideologia (GRAMSCI, 1986, p. 101).

O exercício da função dirigente sem dispor da função de domínio é uma destas maneiras. Gramsci trata a questão de um ponto de vista teórico criticamente ciente: a hegemonia é apresentada como uma reforma intelectual e moral junto a uma transformação das relações econômicas da sociedade (GRAMSCI, 1976, p. 217).

A reforma intelectual e moral é prévia ao acesso político, isto é, o exercício da função hegemônica pelas classes dominadas, o que significa o afastamento da influência ideológica da classe dominante (GRAMSCI, 1976, p. 217). Tem importância teórica crucial esta afirmação, pois abre a possibilidade da existência de ideologias divergentes da ideologia dominante, cujo papel não é dos menos relevantes para a transformação social.

Da perspectiva das classes dominadas, ou seja, da perspectiva desta transformação, esse afastamento seria uma necessidade, a fim de conseguir romper a unidade baseada na ideologia tradicional, ruptura sem a qual a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente.

A hegemonia exercida enquanto função e direção sem domínio mostra a possibilidade e sugere a força da ideologia dominada, quando ela consegue constituir-se de forma autônoma face à ideologia dominante, quando consegue romper com esta, rompimento que não se dá independentemente das transformações econômicas pelas quais a sociedade esteja passando, mas que, por outro lado, também não é inteiramente dependente delas.

A relação entre economia e ideologia se esclarece na concepção gramsciana quando ele adota a tese de que é no campo ideológico que os indivíduos tomam consciência dos conflitos do seu mundo econômico. Se os

sujeitos tomam consciência do conflito das relações de produção ao nível da ideologia, deve existir, segundo Gramsci, uma relação necessária entre ela e a economia, entre a superestrutura e a infraestrutura (GRAMSCI, 1986, p. 73). Esta relação necessária implica, simultaneamente, uma correspondência e uma autonomia, que especificam o seu conceito de bloco histórico, o qual forma, como o de hegemonia, as duas categorias fundamentais da sua análise, que seriam a social e a econômica (GRAMSCI, 1986, p. 74).

A ideologia como integrante da estrutura se compõe de sistemas de ideias e de suas atualizações, institucionalizadas ou não. Estas atualizações se fazem no plano do concreto e, como toda ação, resultam, de um lado, das ideias que os sujeitos constroem sobre as condições objetivas da sua vida, e por outro lado, dessas mesmas condições.

A ideia de uma realidade não é o puro reflexo desta realidade (GRAMSCI, 1976, p. 125). As ideias não são o puro resultado de outras ideias, em um processo que não teria conexão com o real em que as ideias surgem, se desenvolvem e encontram aplicação. A ideologia como formação, as ideias são um produto, e é necessário caracterizar a sua produção (GRAMSCI, 1976, 130).

A ideologia é uma forma de dominação, e o domínio estrutural se exerce não só diretamente, no próprio processo de produção, como também indiretamente, por meios das ideologias dominantes, como sistemas de ideias articuladas das classes dominantes que elas são.

A dominação está ausente como empecilho para a formulação de ideologias a partir das classes dominadas: ela mesma é muito maior do que se a dominação fosse explicitamente negada (ALTHUSSER, 1980, p. 31).

Parece que a utilização da ideologia como forma de dominação se faz especialmente por meio desta ausência e da sua divulgação como tal. Isto é,

tornando presente nos discursos ideológicos outros elementos e outros temas pertinentes à dominação do ponto de vista dos grupos dominantes, mas que não a própria dominação, através dos meios modernos de comunicação e das formas de funcionamento das instituições sociais (ALTHUSSER, 1980, p. 33).

A discussão supõe que a ideologia, tanto a do como, como a do porquê, compreenda dois níveis: um nível abstrato, que consta de ideias articuladas em sistemas, concepções de mundo, com graus variáveis de coerência, unidade e teorização; e um outro nível concreto, que se compõe das atualizações desses sistemas de ideias na organização e na institucionalização social, ou na prática social (ALTHUSSER, 1980, 35).

Esses dois níveis se encontram em todos os diferentes campos em que a ideologia se divide: religioso, moral, político, econômico, estético, científico, filosófico, etc. Dentre estes, um campo é dominante, não apenas em relação aos outros campos ideológicos, mas pela sua posição na estrutura global, pelo tipo de relação que mantém com os setores-chave da estrutura.

Como dominação a ideologia é, ao mesmo tempo, forma de conhecer e de desconhecer, dependendo do grupo social básico a que se refere. Quando se aplica ao conhecimento da realidade dos grupos dominados, ela é uma forma de conhecer os mecanismos do exercício do domínio, mas desconhecendo-o como tal.

Quando se aplica ao conhecimento da realidade dos grupos dominados, ela é uma forma de conhecer o próprio domínio, desconhecendo, para isso, a ideologia dominante. Assim, observa-se como esses conceitos e relações se mobilizaram no contexto histórico analisado.

A ideologia do desenvolvimento no governo de Kubitschek propôs uma política que permitiu a aceleração do processo de crescimento econômico, superando o estado de atraso e alcançando a prosperidade.

Na época, a situação do subdesenvolvimento no Brasil criava uma realidade de extrema pobreza e desigualdade — no entanto, pensava-se ser possível descobrir uma riqueza. Um trabalho sério e sistemático dirigido para desentranhar esta riqueza deveria ter excelentes condições de dar resultados positivos, em recursos naturais e em recursos humanos (LIMOEIRO, 1978, p. 288).

O produto central desta política e do esforço a que conduz era a prosperidade, a ser conseguida através do processo da industrialização. Na primeira Mensagem ao Congresso Nacional (KUBITSCHKEK, 1956, p. 45), quando define globalmente a política do seu governo diante da crise que a nação atravessa, Kubitschek pensa a transformação por que passa a economia brasileira como uma transição para a definitiva implantação industrial.

Segundo Kubitschek:

Acentua-se [...] a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base (1956, p. 50).

O presidente privilegia acentuadamente a produção industrial, com marcada ênfase no fortalecimento dos setores básicos para a industrialização. Pretendia ampliar, estimular e fundar as indústrias de que o Brasil necessitava para sua "completa e verdadeira libertação econômica": a indústria siderúrgica, a

indústria metalúrgica, a produção de cimento, a fabricação de fertilizantes, a mecânica pesada, a química de base, entre outras (1956, p. 52).

A libertação econômica, para JK, era produzir aquilo que a expansão econômica requeresse — era essa a base do nacional desenvolvimentismo à qual se articulou a política juscelinista.

A industrialização do país se tornou a grande e constante preocupação de JK. A política juscelinista se fundamenta no advento industrial, com o crescimento da indústria pesada: com ela viria o aumento da riqueza, a prosperidade — que não atingiria apenas grupos particulares, mas a sociedade inteira: todos que a compõe iriam se beneficiar do progresso (LIMOEIRO, 1978, p. 290). De acordo com Juscelino, portanto, a busca da prosperidade em si mesma é a marca social, e nesta a busca de toda a coletividade.

Em sua última Mensagem ao Congresso Nacional, Kubitschek faz formulações mais claras e definidas a respeito, embora esta ideia esteja presente em todas as suas comunicações públicas:

A valorização do homem brasileiro constitui o objetivo final de todos os empreendimentos deste Governo, ou seja, a meta suprema. Ao lançar-se à base da industrialização, ao combater os pontos de estrangulamento na infraestrutura da economia, ao abrir novas frentes pioneiras, sua preocupação dominante foi a de vencer o pauperismo, elevar o nível de vida, preparar o nosso povo para usufruir as conquistas da civilização contemporânea (KUBITSCHEK, 1956, p. 60).

Para JK, a valorização do sujeito brasileiro significa a sua integração na civilização contemporânea. O pauperismo degrada o sujeito, a proposta o valoriza, com a elevação do nível de vida e dos padrões de consumo. A finalidade do governo Kubitschek é vista como a valorização do sujeito brasileiro e a formulação da economia.

A proposta deste governo é o crescimento econômico acelerado por meio da industrialização (com especial atenção para as necessidades infraestruturais) pois, para Kubitschek, o progresso econômico produz efeitos sociais (LIMOEIRO, 1978, p. 258).

Ao tratar da política econômica, JK explicita que, atendendo à aspiração coletiva por uma vida melhor, este governo pôs em execução um plano de desenvolvimento em escala verdadeiramente nacional, com o objetivo de despertar energias latentes e lançar os alicerces de uma nação poderosa, capaz de proporcionar a seus filhos dignas condições de existência (LIMOEIRO, 1978, p. 249). Ou seja, o governo entende que se identifica com o povo na busca de um ideal que ajudou a construir a grandeza material da nação que, naquele momento, ao se encerrar a gestão presidencial, já podia aparecer como aspiração coletiva (LIMOEIRO, 1978, 253).

Na ideologia que tem em JK seu principal expoente político, não é necessário romper com a ideologia dominante para despertar a energia latente no país. Esta não tinha vindo ainda à tona e dinamizado as forças nacionais por não ter sido despertada, e Kubitschek tinha ciência disso:

Se alguma coisa, aliás, nos falta, é em termos consciência exata de que somos irremediavelmente um grande país. Não podemos convencer os outros dessa realidade, quando não estamos dela convencidos. (KUBITSCHEK, 1956, p. 33).

O ano de 1959 marca uma das fases mais difíceis do governo JK, em que a instabilidade se encontrava forte, acompanhada de um ritmo inflacionário acelerado. O governo se via pressionado em várias frentes. Externamente, aumentava a pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a utilização de mecanismos estabilizadores, até se tornar incompatível com as pretensões brasileiras de aceleração do crescimento econômico, levando o governo a

romper com a sua orientação, considerada ortodoxa no combate à inflação (LIMOEIRO, 1978, p. 222).

Internamente, o descontentamento gerou inúmeras greves e conflitos, como a dos ferroviários da Leopoldina, dos náuticos, a greve de São Paulo e algumas tentativas de golpe de Estado (PRADO JR., 1975, p. 238). Identifica-se a situação como sendo uma crise e, a partir daí, supõe-se que a ênfase do discurso de JK deveria recair sobre a manutenção da ordem — mas JK vê utilização política de uma crise econômica como um agravante para a própria crise se caso não fosse conseguido o capital indispensável ao investimento requerido para debater-la (PRADO JR., 1975, p. 240).

O Governo juscelinista estaria disposto a diminuir a intensidade em que o desenvolvimento se vinha processando, uma vez que o importante no momento, mais do que nunca, era a afirmação da possibilidade de crescimento, da apresentação da instabilidade como passageira e, além disso, como crise de crescimento, que apenas mais investimento no crescimento poderia resolver (LIMOEIRO, 1978, p. 120). O objetivo — tanto para acalmar as classes mais sacrificadas com a ascensão da espiral inflacionária como para conseguir atrair o capital externo, não inflacionário, para ser aplicado aqui de acordo com o plano em vigor — era imprimir a convicção de que dias melhores estavam por vir, que os resultados dos esforços para o investimento infraestrutural poderiam chegar no Brasil.

A crise de 1959 era bem diferente da de 1956. No início do período presidencial, a articulação das forças políticas era de tal monta que de fato punha em risco a possibilidade de começar a governar. A manutenção estrita da ordem era condição *sine qua non* para JK como presidente; o seu argumento era a programação do desenvolvimento, mas precisava antes de tudo fortalecer-se politicamente.

No ano de 1959, a situação mudou:

O seu planejamento econômico é que estava ameaçado de não poder cumprir-se, por dificuldades financeiras, e delas é que fluíam as insatisfações que a articulação política tentava canalizar para os seus propósitos (LIMOEIRO, 1978, p. 120).

O governo, porém, dispunha de base política para resistir, desde que a façanha desenvolvimentista pusesse para funcionar o seu poder de persuasão ideológica, a fim de moderar as reivindicações populares (LIMOEIRO, 1978, p. 121). Prometendo mais transformações e, por sua vez, mais desenvolvimento, JK traduz para o capital uma lucratividade apesar do risco, conseguindo assim o seu intento.

No momento da crise política em que a mobilização popular pode pensar na balança das forças, a utilização dos meios de comunicação de massa torna-se um poderoso instrumento político, por meio da possibilidade de intervir na formação da doxa pública.

De 1956 a 1959, temos o centro da atuação governamental do presidente Juscelino. Entre duas campanhas eleitorais igualmente importantes, logo após a vitória nas urnas na Justiça Eleitoral em 1956, JK começa a governar efetivamente a partir do segundo semestre. Desde o início de 1956 até o fim de seu mandato, prepara os últimos retoques nos cumprimentos das suas metas, a fim de que pudesse manter a confiança de seu eleitorado para uma disputa futura.

Os anos 1956, 1957 e 1958, em conjunto, formam o cerne da problemática da ideologia do desenvolvimentismo como ideologia dominante no sentido estrito, através da utilização do poder central (VIEIRA, 1985, p. 26). Em todo esse tempo, a conjuntura influi menos do que a estrutura do próprio pensamento político, que está muito mais voltado para a realização de todo o

período governamental previsto, para a pretensão de marcar a presença de um governo cujo presidente não aspira encerrar sua vida pública com o término do mandato que então cumpre, mas cuja intenção é retornar ao poder presidencial, nos prazos constitucionais, para dar continuidade à sua obra. Precisa, pois, ser capaz de definir bem um papel e cumpri-lo, para poder ter o seu lugar (VIEIRA, 1985, p. 30).

A ideologia do desenvolvimento estava voltada para a perspectiva futura. Não seria isto já uma negação do presente, portanto, daquilo que é? O paradoxo, no entanto, estará resolvido quando atentarmos para o fato de que o futuro que se pretende será a realização do nosso destino, algo que já está posto como tal; e que o regime, a lei, as instituições vigentes já contêm a possibilidade da sua realização e, com isto, a ordem tem um papel importante a desempenhar (TOLEDO, 1997, p. 181). A ideologia supõe que nenhuma transformação pela via do desenvolvimento chegará a abalar os alicerces do nosso país. Estes deverão ser mantidos a todo custo:

Não é esta uma nação que mude de rumo, que traia as linhas mestras de sua formação, que renegue o seu passado, que repudie o seu Deus. Ninguém terá força bastante para operar mudança tão grave; ninguém ousará desviar o curso deste rio invisível que segue, incessantemente, através do tempo, servindo as diversas gerações, unindo-as na comunhão dos mesmos anseios, esse rio imagem da alma nacional, explicação e causa da nossa atualidade (KUBITSCHKE, 1956, p. 190).

O rumo já estava dado pela nossa formação, não sendo renegado, porém, estávamos no movimento em que não aceitação do nosso estado de subdesenvolvimento. Assim, a luta pelo desenvolvimento enquanto transformação é basicamente econômica, é apenas quantitativa, uma questão de grau, de ascensão em uma escala já definida, que é exatamente aquela em que atualmente nos situamos, só que em posições ainda inferiores.

Para fundamentar que o objetivo principal constitua a prosperidade, alega-se que o problema principal se contém na pobreza. Mas a questão jamais aparece como apenas econômica no pensamento de JK, embora fundamentalmente o seja (LIMOEIRO, 1978, p. 125). Sua dimensão política é crucial para a preocupação que desperta e para a mobilização que consegue, especialmente de determinados setores estrangeiros.

Do ponto de vista econômico, os países pobres encontram uma das mais sérias dificuldades na capitalização necessária à obtenção acelerada (LIMOEIRO, 1978, p. 126). Como a possibilidade de gerar capital internamente — o que no caso dos países subdesenvolvidos se dá quase exclusivamente através do setor externo — recorrendo à exportação fica sempre bem abaixo daquele nível requerido, JK entende a necessidade de contar com a participação de capital estrangeiro.

No plano da ideologia dominante, a pobreza é tratada como um dado. Em termos de análise, no entanto, em que ela não deve merecer o tratamento simples de um dado, ela pode assumir em si mesma uma feição política. Isso ocorre quando se procura a sua razão de ser, e quando esta é apresentada nas relações estabelecidas entre os estados na organização do sistema global: o sistema capitalista.

Quando a análise ou a ideologia partem estritamente da perspectiva do país subdesenvolvido, o aspecto político não deixa de aparecer, mesmo que se considere a pobreza como um dado. Neste caso não é exatamente na pobreza que se descobre uma dimensão política, mas na sua diminuição por meio do crescimento econômico. É quando, principalmente através da presença estrangeira no que diz respeito ao capital, este crescimento é apresentado como vinculado de forma dependente ao exterior. Este é o aspecto principal que, nos

países subdesenvolvidos, dá origem ao nacionalismo moldado nas nações de soberania nacional e de autodeterminação.

Assumindo uma perspectiva mais global, que envolve o sistema como um todo, é já a pobreza, pelas consequências a que pode levar, que desempenha um papel político. Papel importante, porque ligado a questões de segurança, não apenas a nível continental, mas também e mais propriamente do mundo ocidental, do sistema capitalista.

Atinge-se, portanto, um nível bem mais profundo nas considerações que ela possa envolver, tendo a ver com as bases mesmas de manutenção do sistema como tal.

A luta pelo desenvolvimento é para fortalecer o sistema de defesa da democracia. O esforço contra o pauperismo é basicamente o esforço pela democracia, identificada como o grande valor político norteador, como a causa do sujeito. E não se trata apenas de uma possível utilização da situação de pobreza por ideologias antidemocráticas: a formulação vai mais fundo, identificando esse perigo na própria condição de pobreza, em si degradante e suficiente como reino da desesperança, para retirar daqueles que a vivem todo e qualquer apego à ordem.

Mesmo com a eliminação do pauperismo, o desenvolvimento social se torna uma necessidade para impedir a contaminação das populações menos favorecidas por ideologias radicalmente diversas das ideologias aqui dominantes, vinculadas à democracia cristã ocidental. Para impedir o surgimento de focos de insatisfação contra uma situação em que a miséria se mostra muito ampla e muito constante, a sociedade apresenta vias de mobilidade social ascendente e largas possibilidades individuais de acesso ao desenvolvimento. A pobreza pode ser aceita, porque pode ser vista como

consequência da falta de talento ou de esforço individual. A sociedade, na sua estruturação, não chega neste caso a ser afetada pela existência da miséria, que desta forma se caracteriza pessoalmente e não socialmente.

Por fim, entende-se que toda a política de Kubitschek é definida em torno do desenvolvimento econômico. O comportamento político de Juscelino é moldado a despertar a consciência da necessidade do desenvolvimento: necessidade econômica, na forma de combate à miséria, e necessidade política, na forma de impedimento da infiltração de ideologias subversivas.

1.2. A Experiência democrática no Governo de Jango

"Não querem que o trabalhador seja livre". Essa frase de fato ficou, sob certo ponto de vista, marcada no governo de Goulart. Jango centrava sua análise sobre o trabalhador no bem-estar social, ou seja, estava em diálogo com o nacional desenvolvimentismo de JK, pois um trabalhador livre torna a nação forte (BANDEIRA, 2010, p. 60).

Goulart proclamou, sem temer que o chamassem de subversivo, a necessidade de mudanças na Constituição que legalizassem uma estrutura econômica superada, injusta e desumana.

O Governo de Goulart era voltado para uma *Práxis Populista*. Ou seja, o Brasil passava por uma abordagem de desenvolvimento burguês, não existia uma política fora de tal perspectiva, não havia espaço para estar fora de conceitos econômicos populares, o Brasil estava passando por uma etapa de enormes transformações educacionais.

Antes de assumir a presidência, Goulart atuou como Ministro do Trabalho de Vargas por 8 meses, em 1953. Com o agravamento desse impasse, Vargas nomeia Jango o novo Ministro do Trabalho. Insatisfeitos com os baixos salários,

os trabalhadores convocavam greves e, ao lado da classe média e da União Democrática Nacional (UDN), faziam forte oposição ao governo.

Como Ministro do Trabalho, ele convocou o 1º Congresso Brasileiro de Previdência Social e assinou uma série de decretos em favor da previdência, tais como o financiamento de casas, a regulação de empréstimos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e o reconhecimento dos funcionários do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Em seu tempo no ministério, como testemunhado pelo seu "ministro-administrativo" Hugo de Faria, João Goulart estava disposto a desgastar o seu prestígio com o ministro da Fazenda na defesa da classe trabalhadora. Segundo Faria, Goulart era capaz de tirar dinheiro do próprio bolso para ajudar quem pedisse ajuda, mas era "meio pão-duro" com o dinheiro público.

Jango preferia se relacionar com as classes populares e elegia Hugo de Faria para participar das formalidades em seu lugar — Hugo o considerava um dos homens de "mais paciência do mundo" no seu trato com o público, concordando com o historiador Jorge Ferreira: "O ministro logo tornou-se conhecido pela maneira sincera de não discriminar pessoas" (BANDEIRA, 2010, p. 314). A forma como ele recebia trabalhadores, sindicalistas e civis em seu gabinete chocou os setores civis e militares conservadores, pois era algo incomum em um ambiente que cultivava tanto preconceito de classe e de etnia. Como ministro, também optava por negociações entre grevistas e patrões em vez de fazer uso de métodos repressivos. Conforme Bandeira:

“Em resposta à acusação de que se oporia ao regime capitalista, ele dizia que sempre esteve disposto a aplaudir os capitalistas que investiam nos meios de produção e que, legalmente, criavam riquezas num sentido social, humano e patriótico”, mas que era contra o

"capitalismo parasitário, especulativo, exorbitante e imediatista no lucro" (2010, p. 322).

Em fins de 1953, Jango começou a estudar um aumento no salário mínimo, enfrentando dois tipos de pressão: a mobilização dos trabalhadores nas grandes cidades a favor de um reajuste de 100% e a rejeição dos empresários desde o governo de Eurico Gaspar Dutra, que contribuiria para o empobrecimento de vários segmentos da sociedade brasileira. As entidades empresariais concordavam com um aumento de 42%, no mínimo, uma medida que, segundo elas, igualaria os custos de vida aos de 1951. No Dia do Trabalhador, Vargas assinou o decreto do novo salário mínimo, aumentado em 100%, como exigia a classe trabalhadora.

No dia 22 de fevereiro de 1954, João Goulart entregou sua carta de demissão ao presidente Getúlio Vargas. Depois do suicídio de Vargas e de assumir a presidência nacional do PTB, ele foi considerado o principal nome trabalhista do país.

Após o suicídio de Vargas, de quem recebeu uma cópia da *Carta Testamento*, Jango ficou muito deprimido, pensou em se afastar da política e, de acordo com Maria Thereza, demorou dois meses para recuperar-se do choque, após se recolher em sua estância em São Borja e cuidar dos negócios. No enterro de Vargas, declarou que "Nós, dentro da ordem e da lei, saberemos lutar com patriotismo e dignidade, inspirados no exemplo que nos legaste" (BANDEIRA, 2010, p. 357). Jango decidiu continuar na política após receber uma carta de Oswaldo Aranha, entregue por Leonel Brizola e José Gomes Talarico. Em outubro, Jango participou das eleições legislativas, mas foi derrotado.

Após o suicídio de Vargas, uma nova geração passa a fazer o PTB crescer. Esta geração, liderada por Goulart, tornou o PTB um partido de "feições reformistas", num sentido que veio a se radicalizar até 1964.

Para ter poder como Presidente do PTB, Jango passou a concentrar no Diretório Nacional pessoas leais a ele e, por consequência, transformando o PTB num dos partidos "mais antidemocráticos e centralizados no quadro político brasileiro", nas palavras do historiador Moniz Bandeira (2010, p. 371). Porém, Goulart ajudou o partido a construir um perfil político e ideológico mais consistente. Jango e o PTB também reinventaram o trabalhismo para o contexto de sua geração, mais preocupada com causas sociais.

Para Goulart a continuidade do governo Vargas era de cunho fundamental, e assim afirma: “Acredito ter colaborado para dar um sentido mais social e mais cristão à nossa democracia” (LIMOEIRO, 1978, p. 63). Isso mostra que o Governo de Jango era para a formação de um país cristão e em defesa da democracia (LIMOEIRO, 1978, p. 64).

Goulart, ao mostrar que estava disposto com o governo de Vargas mesmo com sua saída do ministério, escreveu uma carta ao Governo Varguista:

Tenho a absoluta convicção de que agi com dignidade, preferindo ficar ao lado dos trabalhadores a pactuar com os inúmeros advogados de interesses espúrios que muitas vezes bateram às portas do meu gabinete, pretendendo especular com o sofrimento e a desgraça do povo. Não pretendo recuar do caminho que até agora venho seguindo. Continuo ao lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira. (LIMOEIRO, 1978, p. 136)

O golpismo da extrema-direita foi uma ameaça que rondou a política brasileira durante a Quarta República. Getúlio Vargas, JK e o próprio João Goulart tinham sentido na pele os efeitos do golpismo dessa extrema-direita, a qual se concentrava na União Democrática Nacional (UDN). O grande expoente desse grupo era Carlos Lacerda, eleito governador da Guanabara (estado criado em 1960 e que correspondia à cidade do Rio de Janeiro depois da transferência da capital para Brasília).

A conspiração pelo golpe nasceu assim que João Goulart assumiu a presidência do Brasil e reuniu diferentes grupos, fosse de civis, fosse de militares. Assim, grandes empresários reuniram-se com grandes nomes das Forças Armadas e, financiados e apoiados pelos Estados Unidos, conspiraram para a derrubada de Goulart. O Golpe Civil-Militar de 1964 foi o resultado dessa conspiração.

Um indicativo disso ocorreu em 1962, quando o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) financiou centenas de candidaturas de deputados estaduais, federais e governadores com viés conservador. O dinheiro utilizado pelo Ibad foi disponibilizado pela CIA, a inteligência norte-americana.

Essa foi uma demonstração de que os Estados Unidos não estavam satisfeitos com o governo de João Goulart e queriam desestabilizar a política brasileira para garantir um cenário político de maior subserviência aos interesses norte-americanos. No fim, a ação do Ibad foi descoberta e a instituição foi fechada por corrupção eleitoral após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) confirmar as irregularidades cometidas.

O Ibad não era a única instituição que atuava de maneira secreta para desestabilizar o governo de João Goulart: havia também o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). O Ipes era formado por pessoas do grande empresariado brasileiro, representantes de empresas estrangeiras, jornalistas e militares que atuaram na criação de uma extensa narrativa contra o governo, valendo-se de um discurso anticomunista. Para isso, eram produzidos materiais didáticos e audiovisuais, além da organização de eventos, tendo em vista difundir esse viés conservador.

A campanha da imprensa contra o governo de João Goulart foi implacável, a exemplo dos jornais O Globo, Jornal do Brasil e Folha de S.

Paulo, e das emissoras Tupi e Globo: os meios de comunicação tiveram papel crucial na difusão da campanha que defendia a destituição de João Goulart por meio de um golpe.

Além disso, o Ipes serviu de espaço para que os militares e o grande empresariado se reunissem a fim de arquitetar o plano de derrubada de João Goulart e formar um novo governo que garantisse atender os interesses econômicos estrangeiros. Tinha-se em vista garantir o desenvolvimento econômico do país com base em uma plataforma conservadora e autoritária. Tratava-se, portanto, de um projeto de dominação política do Brasil a longo prazo.

A aproximação de militares e do empresariado na conspiração contra João Goulart fazia parte de uma ideologia veiculada pela Escola Superior de Guerra (ESG), uma instituição surgida no interior das Forças Armadas (FFAA) que pregava essa junção como garantia do desenvolvimento econômico do Brasil. Historicamente, tal ideologia no interior das FFAA reforçava uma dominação da política pelos militares por meio de uma postura autoritária. No contexto da Guerra Fria essa ideia foi reforçada, e a luta contra um "inimigo interno" voltou-se para o trabalhismo e os grupos de esquerda, contrários à agenda conservadora e autoritária.

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede da conspiração contra o governo Goulart, com a colaboração não somente de militares brasileiros, mas também de latifundiários, comerciantes e industriais, matilhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerra (LIMOEIRO, 1978, p. 253). Na véspera da eclosão do movimento, a CIA também transmitiu as declarações de um comandante das tropas de Minas Gerais, que afirmou: "O Presidente Goulart deve ser removido, e removido às pressas. Não há possibilidade de solução legal. Se as Forças

Armadas não agirem agora, cedo elas ficarão sem líderes” (LIMOEIRO, 1978, p. 333).

1.3. Divergências entre o Governo de Kubitschek e o Governo de João Goulart

As divergências entre Goulart e o governo Kubitschek, do qual o primeiro participava, acentuaram-se no curso do ano de 1959, quando o ministro da Fazenda Lucas Lopes restringiu o crédito, concedeu bonificações aos exportadores e reduziu os subsídios às importações de trigo e petróleo — tudo isso tentando executar um programa de estabilização monetária, segundo as diretrizes do FMI, com a recomendação de que o aumento do salário mínimo se limitasse a recompor o poder de compra dos trabalhadores, somente e na proporção da alta do custo de vida a partir de 1956. Goulart manifestou sua oposição: “O governo atual, não sendo dirigido pelo PTB, mas apenas apoiado politicamente, voltou-se, de maneira quase exclusiva, para os problemas do progresso material” (LIMOEIRO, 1978, p. 255). Diria em nota para publicação, acrescentando:

O povo está financiando, com o seu sacrifício, o desenvolvimento econômico. Esse povo pode e sabe suportar privações para que o país se mantenha independente e se desenvolva, mas é necessário que esse sacrifício não recaia apenas sobre os menos afortunados, mas sobre todas as classes, proporcionalmente, e que ao mesmo tempo se adotem medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros (LIMOEIRO, 1978, p. 255).

Naquela época, quando a política econômica de Lucas Lopes corroía a popularidade de Kubitschek, Goulart observou, em carta ao senador Benedito Valadares (presidente em exercício do Partido Social Democrático), que a economia brasileira estava caindo progressivamente na dependência de interesses internacionais, sob a pressão direta de companhias estrangeiras ou de

instituições por elas controladas, como o FMI e as agências oficiais de crédito (LIMOEIRO, 1978, p. 141).

Alertou-o ainda para a necessidade de impedir que o processo de desenvolvimento conduzisse a formas antissociais de utilização do poder econômico, pois é sabido que os grandes interesses não só se colocavam muitas vezes em antagonismo com os interesses superiores do povo, como também procuram conquistar a própria máquina administrativa do Estado para assumir as rédeas de sua direção econômica. Por isso, em seu entendimento, era indispensável o fortalecimento dos meios de intervenção do Estado, que deve ser o árbitro entre as classes, do domínio econômico (LIMOEIRO, 1978, p. 141).

Goulart pediu então ao senador Benedito Valadares, em continuidade aos entendimentos que tivera com o senador Ernani Amaral Peixoto, o apoio do PSD para a aprovação de várias emendas constitucionais e das seguintes medidas legislativas de base, cujos projetos já se encontravam em tramitação no Congresso, eram todos voltados para questões sociais (LIMOEIRO, 1978, p. 142). Portanto, o Governo Goulart estava centralizado para reformas constitucionais onde o trabalhador era o principal ponto de discussão.

As principais reformas do governo Jango foram a reforma agrária e a redistribuição de renda. A reforma agrária permite o acesso do trabalhador rural à terra e instituir, em algumas regiões, formas de exploração cooperativa ou coletiva, com assistência financeira e técnica da União ou dos Estados. Já a redistribuição de renda pública visava que estados mais pobres e subdesenvolvidos pudessem atender às necessidades de sua população.

Por volta de 1961, excitado pela emergência das massas e pelas impetuosas necessidades de mudança social, todo o PTB já procurava

estabelecer uma identidade ideológica, adquirindo contornos doutrinários e programáticos (BANDEIRA, 2010. p. 425).

1.4. Superação da estrutura social brasileira

1.4.1. Programas de base por Jango

João Goulart chamou as reformas estruturais propostas por sua equipe de "reformas de base". Estas incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário, conforme observado adiante.

Devido à Guerra Fria, já no final da década de 1950, a sociedade brasileira se debatia na dicotomia ideológica entre esquerda e direita. Ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) começou a discutir um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

Naquele momento, a definição dessas medidas e de seu alcance ainda era pouco clara. Foi apenas com a chegada do presidente João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, que as chamadas "reformas de base" se transformaram em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência. Grande parcela dos grupos sociais oriundos das mais diversas origens discutia a forma de evoluir para uma sociedade dita mais justa. Este movimento notadamente progressista procurava uma maneira de implantar as reformas de base.

Dentro do PTB havia uma cisão entre a moderada Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base — organizada por iniciativa do ex-ministro da Fazenda San Tiago Dantas, que defendia a implementação gradual das reformas de base, mas dentro dos princípios democráticos — e a radical Frente de

Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, que exigia o abandono da política de conciliação e a execução imediata de ditas reformas.

As propostas da Reforma de Base inspiraram a Constituição brasileira de 1988, que adotou uma parte das suas propostas, como a função social da propriedade, o voto dos analfabetos, a medida provisória e as intervenções do Estado na economia. No que se refere a essas reformas, destacaram-se no governo João Goulart as seguintes medidas: a reforma agrária, a reforma educacional, a reforma fiscal, a reforma eleitoral, a reforma urbana e a reforma bancária.

A Reforma Agrária consistia em promover a democratização da terra, paralelamente à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo os principais direitos dos trabalhadores urbanos. Nessa área, havia um decreto que previa a desapropriação das áreas rurais inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, situadas às margens dos eixos rodoviários e ferroviários federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem. No entanto, a implementação da reforma agrária exigia mudança constitucional, já que o governo pretendia que as indenizações aos proprietários fossem pagas com títulos da dívida pública, enquanto que a Constituição previa indenização paga previamente e em dinheiro.

A Reforma Educacional, por sua vez, visava a valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis, o combate o analfabetismo com a multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire. O governo também se propunha a realizar uma reforma universitária, com abolição da cátedra vitalícia.

A Reforma Fiscal tinha como objetivo promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de arrecadação do Estado. Além disso, pretendia-se limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais, o que foi feito através do decreto nº 53451/64.

A Reforma Eleitoral consistia, basicamente, na extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente. Previa-se também a legalização do Partido Comunista Brasileiro.

A Reforma Urbana, entendida como conjunto de medidas do Estado, visava "à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias" (LIMOEIRO, 1978, p. 2020). O projeto foi elaborado principalmente por urbanistas ligados ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Por fim, a Reforma Bancária tinha o objetivo de ampliar o acesso ao crédito pelos produtores.

O somatório das reformas era chamado de bandeira unificadora, e dela se destacavam vários movimentos. Entre estes, os mais expressivos eram os que procuravam realizar as reformas agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana.

O movimento das reformas de base era resultado das aspirações de pequena parte da classe média e dos trabalhadores e de uma minoria empresarial nacionalista. João Goulart entendia que havia também a necessidade de maior rigor no controle das remessas de lucros ao exterior.

Em março de 1963, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural, de autoria do deputado Fernando Ferrari. O estatuto alterava profundamente os dispositivos do processo de reforma agrária; além disso,

estendia aos assalariados do campo os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos; fortalecia a sindicalização e a organização dos trabalhadores rurais, até então desunidos e sem uma legislação que os protegesse.

Até então, os camponeses trabalhavam no sistema de meeiros nos campos dos proprietários de terras. Havia terras cultiváveis no Norte do Paraná, mas muitos não tinham condições de se deslocar para lá. Segundo a imprensa da época, essa lei desagradou aos grandes latifundiários e empresários do setor. Estes formavam lobbies que atuavam em todos os segmentos da política brasileira. O estatuto também previa a tomada, sem qualquer compensação, de terras às margens de rodovias federais e estaduais.

A lei 4.131, de 3 de setembro de 1962 dizia:

(sic) [...] fica restringida a remessa de lucros do capital estrangeiro à (sic) uma taxa máxima de dez por cento ao ano sobre o capital investido, excluindo-se os lucros dos re-investimentos (sic) e capitalizados dentro do país pelo Congresso Nacional" (BANDEIRA, 2010, p. 150).

Essa lei alterou profundamente toda a estrutura de contabilidade das grandes empresas estrangeiras, tornando-lhes impossível maquiar os lucros, que chegavam até a casa de 5.000% sobre o capital investido. A partir da aprovação das duas leis, iniciou-se no país um debate muito forte entre forças conservadoras e progressistas.

Em 13 de março de 1964, aconteceu na Central do Brasil um comício no qual Jango divulgou o decreto da *Supra*, que submetia à desapropriação:

"[...] propriedades rurais superiores a quinhentos hectares, marginais às estradas federais numa faixa de dez quilômetros [...] seriam desapropriadas para fins de reforma agrária as áreas superiores a trinta hectares, marginais dos açudes e obras de irrigação financiadas pelo Governo [...] eram sujeitas a desapropriação e encampação das refinarias privadas em favor da Petrobras (sic)" (BANDEIRA, 2010, p. 155).

Esse conjunto de medidas visava, através da desapropriação de terras inexploradas ou de posse da União, fornecer ao trabalhador rural os mesmos direitos do trabalhador urbano e gerar desenvolvimento econômico.

O projeto de lei de *reforma urbana* com medidas para a modernização da economia e do país foi enviado à apreciação do Congresso Nacional em 15 de março de 1964. Esta reforma, entre muitas sugestões, previa:

"[...] concessão aos inquilinos que assim desejassem, o direito de comprar o imóvel ocupado, no caso sua residência, resguardando-se o direito do proprietário de manter sua própria residência excluída de qualquer concessão [...] ao Estado competia avaliar essa compra dentro de preços médios praticados pelo mercado, garantindo o pagamento do imóvel ao seu proprietário nos prazos ajustados entre as partes, com base em uma prestação mensal mínima correspondente a 1% sobre o preço total do imóvel, em valores médios do mercado (sic)"

Cerca de 13,5 milhões de famílias brasileiras (30% da população) moravam em imóveis alugados na época. As medidas da reforma urbana afetariam a economia e atingiriam os grandes investidores particulares e grandes companhias imobiliárias, o que gerou muitas disputas políticas no meio urbano da época.

Goulart recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, no momento em que a situação do Brasil exigia um governo forte e centralizado para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava (BANDEIRA, 2010, p. 155).

A dificuldade de governar para Jango foi, sem dúvida, a oposição, pois o Brasil estava em crise tanto econômica quanto política. A crise financeira bateu direto em relação às questões sociais (BANDEIRA, 2010, p. 157). A conspiração contra Jango nasce com o fim de conter os avanços nas políticas

populares, pois não existia um argumento sólido para fundamentar a retirada de tal governo do poder sem um golpe institucional (LIMOEIRO, 1978, p. 73).

Goulart não era comunista, tampouco JK — com efeito, um político do centro, intérprete das aspirações industriais da burguesia cosmopolita. A política de Jango estava voltada para os interesses da burguesia, era uma extensão do desenvolvimentismo de JK, centrada na perspectiva social da democracia burguesa.

1.4.2. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a consciência crítica

O ISEB tinha na sua temática alcançar uma consciência crítica da realidade nacional (RAMOS, 1958, p. 19). O fato mais auspicioso que indica o estabelecimento, no Brasil, de uma ciência nacional de nossa realidade (RAMOS, 1958, p. 20). Importa assinalar que tal consciência coletiva de caráter crítico é, no Brasil, dado objetivo, fato. Não se trata de anelo de uns poucos, preocupados em modelar um caráter nacional mediante processos, por assim dizer, paretianos — ou seja, pela manipulação de resíduos emocionais populares.

O fenômeno (HEGEL, 1966, p. 18) tem suportes na massa. Um estado de espírito generalizado não surge arbitrariamente, mas reflete sempre condições objetivas que variam de coletividade para coletividade (RAMOS, 1958, p. 21). A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre determinados fatos sociais e se conduz diante deles como sujeito (BARBU, 1956, p. 41). Aquela distingue-se da consciência ingênua, esta que é puro objeto de determinações exteriores. A emergência da consciência crítica em um indivíduo ou em um grupo social assinala, necessariamente, a elevação

de um ou de outro à compressão de seus condicionamentos (RAMOS, 1958, p. 23)

Comparada à consciência ingênua, a consciência crítica se mostra como um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. Sem consciência crítica, o indivíduo ou o grupo social é coisa, é matéria bruta do mero acontecer.

O Brasil, em condições muito especiais, participa dessa transformação da psicologia coletiva das chamadas sociedades periféricas. O Brasil passava por uma abordagem de uma nova etapa do seu processo histórico-social.

Quais são os fatos que fizeram o Brasil entrar nesse processo? Guerreiro Ramos (1958) diz:

Que fatos são esses? Seria impossível descrevê-los em todos os seus pormenores. Mas, como se trata de mudança estrutural em que esses fatos estão articulados entre si, basta considerar alguns dos mais salientes para que se demonstre a existência e o sentido da aludida transformação (p. 27).

Com essa análise de Guerreiro Ramos, pode-se pensar em três transformações: a industrialização, a urbanização e o consumo popular. O principal problema que o Brasil enfrentou desde o Governo de JK até o golpe cívico militar de 1964 foi o papel da industrialização, pois no Brasil não havia antes esta temática em uma perspectiva educacional ou sociológica.

O papel da industrialização no Brasil é concomitante à etapa da evolução histórico-social. As atividades industriais eram um fato social no Brasil desde o século XVIII, estavam ligadas na economia brasileira, mas apenas para uma parcela da população tal desenvolvimento tinha efeito. A maior parte da população realizava muito raramente operações mercantis e consumia

diretamente a produção que obtinha no âmbito das fazendas ou das unidades domésticas. Convém assinalar que, se for incluída na produção para o consumo interno à parcela natural do fato social — a não ser nas décadas iniciais do século XVI —, jamais a importação foi suficiente para atender à demanda de bens de nossa população (RAMOS, 1958, p. 29).

O Governo Jango estabeleceu uma retomada ativa do passado e uma antecipação constante do futuro, mas isso teve como consequência sérios problemas políticos, pois a consciência crítica não estava voltada para o esclarecimento geral, mas apenas para uma consciência ingênua, uma forma de torpor da vida colonial (RAMOS, 1958, p. 33).

Os problemas da ideologia do desenvolvimento estavam em perigo, pois não havia emancipação social: a preocupação era justamente converter a dita emancipação em instrumento da nação hegemônica, que muito fará para nos industrializar, pois será o meio de evitar que outros países submissos o façam (PINTO, 1960, p. 57).

Sem a consciência das massas, jamais viria a ocorrer o processo emancipador: a prática social é a tomada de consciência, ou melhor, da conscientização. A tomada da consciência é a ruptura crítica dos fatos sociais, é uma captação correta e crítica dos verdadeiros mecanismos dos fenômenos naturais ou humanos. Além disso, ela não está presa a nenhuma neutralidade: é a própria ação do indivíduo sobre o mundo. Os problemas do desenvolvimento industrial giravam em torno da falta de participação democrática, mas a ideologia insistia em colocar o indivíduo na pauta das questões sociais.

Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à escravidão das consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes.

1.5. Questão do Estado: significação e equilíbrio

O Brasil, no governo de JK, desenvolveu uma noção de ruptura com a consciência ingênua que estava voltada ainda para o patriarcado e a vida colonial (FREYRE, 1977, p. 85). Recapitulando, a argumentação do discurso de Kubitschek se concentrava em torno do desenvolvimento: o objetivo era, por meio da industrialização, identificar e acabar com a pobreza que assolava o país.

Mas a ideologia que subjazia o seu governo era uma relativização popular, não estava em sua pauta de governo a emancipação, mas um sobressalto da burguesia. Ou seja, uma burguesia moderna, que produzisse e situasse seus interesses junto dos adventos da democracia.

JK estava voltado para uma nação forte, mas uma nação burguesa, em que os rumos da industrialização se direcionavam apenas para o consumo e a prosperidade. JK não estava aqui comprometido com esse Novo Sujeito Industrializado que viria a surgir.

1.6. Os caminhos da industrialização

Os caminhos da industrialização no Brasil, junto com o Governo de João Goulart, fizeram pensar um país diferente e democrático. Não era apenas uma herança de um governo ideologicamente burguês, mas preocupado com a emancipação popular (BANDEIRA, 2010, p. 345).

Jango traçava um sentido para o Brasil em direção a uma consciência crítica, ao pensar os fatos sociais como fenômenos. Em outras palavras, a industrialização era um caminho para retirar o sujeito histórico de suas amarras coloniais e colocar esse indivíduo como um novo sujeito histórico.

A industrialização traz para o sujeito uma perspectiva de consumo e, ao mesmo tempo, o coloca como personagem da economia, trazendo com isso a necessidade de uma educação contra a era colonial (FREYRE, 1977, p. 90).

O governo Jango não era comunista, não tinha nenhuma pretensão de fazer a revolução comunista (BANDEIRA, 2010, p. 450), mas estava pensando em fazer um Brasil solidário e em romper com o patriarcado (FREYRE, 1977, p. 95). Após anos de uma economia com um desenvolvimento histórico com o governo JK, o Brasil estava finalmente pronto para avançar em discussões sobre pautas sociais e dívidas históricas (FREYRE, 1977, p. 100).

No entanto, João Goulart sofreu um golpe pois pensava um país livre, esquecendo que a burguesia nacional se encontrava obviamente insatisfeita. Por consequência, deixamos de desenvolver uma democracia popular para viver anos de chumbo.

O diálogo que Paulo Freire faz com o final do governo JK para o governo Jango é sobre a reestruturação democrática, pensamento cujos frutos são o objeto de análise desta tese. É a partir dessa análise que Freire desenvolve sua tese (*Educação e Atualidade Brasileira*, sobre a qual falaremos mais adiante), no ano de 1959, para o concurso da Cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

O educador pernambucano questiona em sua tese a preocupação de um Novo Sujeito Industrializado (FREIRE, 2003, p. 90), ou seja, um novo indivíduo histórico que o processo de industrialização no Brasil colocava em questão. A problemática apontada é uma abordagem histórica do sujeito brasileiro sob a democracia, pois a marca orgânica do Brasil não foi a participação deste indivíduo nas tomadas de decisões públicas (FREYRE, 1977, p. 70).

Educação e Atualidade Brasileira é uma tese composta por uma perspectiva do conceito da antinomia da consciência intransitiva e transitiva. Para o nosso autor, as mudanças sociais no Brasil partem de uma abordagem da antinomia fundamental sobre a inexperiência democrática e a emersão popular. (FREIRE, 2003, p. 81). Ao escrever a tese, Freire lança-se em um questionamento filosófico sobre esse sujeito brasileiro e, com isso, mapeia as nuances históricas do Estado brasileiro para justificar que sem a emersão popular não há democracia. Essa democracia a que Freire se refere é a democracia do final dos anos 50 e início dos anos 60. O novo sujeito histórico brasileiro é o indivíduo industrializado: industrializado na educação, na economia, que através da história apenas assistiu “bestificado” (FREIRE, 2003, p. 35) a tentativa de progresso do Estado.

A marca orgânica, ou o imperativo existencial (MARCEL, 1955, p. 25), que Freire coloca como agente é o existir como conceito dinâmico, que deve ser pauta da democracia. A tentativa de fazer surgir um sujeito participativo na democracia brasileira não obteve efeito, pois existiu um *in-compromisso* entre esse sujeito e a sua existência. (FREIRE, 2003, p. 50). Freire estava no auge da discussão sobre a hegemonia do Estado brasileiro, não deixando de lado a importância do agir do sujeito da democracia, pois em uma sociedade em transição coloca-se em pauta uma educação histórica (MARCEL, 1955, p. 31).

Com isso, cabe perguntar: qual é a verdadeira matriz da democracia? Tal pergunta permeia a tese do educador, pois propor um Novo Sujeito Brasileiro é pensar a ruptura da hegemonia burguesa que não tinha como compromisso histórico a práxis da emancipação popular na sociedade (FREIRE, 2003, p. 70).

O ser histórico é ontologicamente aberto (FREIRE, 2003, p. 55), promove diálogo, relações; a industrialização e o desenvolvimento econômico brasileiros (IANNI, 1955, p. 70) não tiveram essa preocupação, mesmo observando que não

existia a possibilidade de construção da democracia sem esse ser. Paulo Freire, por sua vez, trata dessa preocupação em sua tese: pensar na democracia é também pensar no ser e pensar em como a consciência crítica irá romper as dívidas históricas. As relações entre a massificação e a consciência crítica (RAMOS, 1958, p. 67) são a pauta central da proposta deste ser aberto, que luta de forma dialética contra a consciência fanatizada (MARCEL, 1955, p. 60).

A industrialização estabeleceu uma tentativa de diálogo histórico, ou seja, era a abertura liberal do capital, com isso, não cabia uma sociedade fechada (POPPER, 1998, p. 105), mas uma sociedade com “diálogos entre si”. A industrialização estimulou a percepção do sujeito brasileiro.

O Brasil estava em uma perspectiva de inexperiência democrática, essa era nossa antinomia fundamental (FREIRE, 2003, p. 25). Em sua tese, Freire disserta que uma consciência de tal ponto trás um *in-compromisso* na democracia, com isto, o social e a política tornam-se um contraponto. O problema central da crítica é pensar em colocar esse sujeito na participação da industrialização, para ser na sociedade, não apenas como meio, mas como fim. O Brasil não teve antes em sua história um lançar de olhos (FREIRE, 2003, p. 78) sobre a democracia e a emersão popular, ficando preso na inexperiência democrática, onde não existiu um sujeito.

A atmosfera cultural, alerta Freire (2003, p. 97), era apenas manter-se propedêutica e superposta à sua comunidade, ausentando a realidade. Ou seja, não existiu uma análise sobre as antinomias fundamentais. Para o autor, a educação orgânica é uma educação democrática; para desenvolver esta atmosfera cultural (BARBU, 1958, p. 20) é necessária a participação popular na essência da sociedade.

Ainda em sua tese, Freire afirma que o rumo para a democratização é a emergência popular na história. Segundo Berlinck (1954, p. 47), o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. Essa tese torna-se fundamental para o nosso pensador pernambucano propor a contrapartida da experiência democrática contra a in experiência democrática. A ideologia do desenvolvimento é a ideologização na democracia, onde se desenvolve o Novo Sujeito Industrializado, na tentativa de realizar uma consciência crítica histórica (FREIRE, 2003, p. 66).

Pensando no Novo Sujeito Industrializado, qual é a sua consciência na democracia? Sabemos que esse indivíduo é um indivíduo histórico, que por séculos passou pela escravidão, pelo patriarcado (FREYRE, 1977, p. 155), de quem não exerceu sua concepção social, que apenas estava no mundo.

A questão faseológica da industrialização afirma que na democratização não se encontram somente questões políticas, mas questões existenciais (FREIRE, 2003, p. 46). O estado democrático é um conceito de existência (BARBU, 1958, p. 55), ou seja, Freire fundamenta sua argumentação no fato de que a questão faseológica brasileira está pautada entre a colonização, que é uma luta antagônica contra a democratização (FREIRE, 2003, p. 48). Essa luta é injusta, pois a democratização que pressupõe existência e consciência de mundo perde força na antinomia fundamental, que era a atualidade brasileira nos anos 60, ou seja, não havendo participação e ação, a consciência de colonização torna-se pauta de conduta social.

O Novo Sujeito Industrializado é o impulso democrático, é a consciência do processo histórico que se relaciona com as questões democráticas e tem seu desenvolvimento na educação. A in experiência democrática é uma herança negativa para a tentativa de democratização (FREIRE, 2003, p. 55).

Mas, afinal, o que alimenta a inexperiência democrática? Freire aponta três pilares que fundam esta ideia: antidiálogo; questões faseológicas; antidemocracia. São esses os sustentáculos da consciência colonizada, que garantem suas pautas de ruptura com a experiência democrática. Para Freire, a educação não é e nem deve ser a única resposta para a ruptura da inexperiência democrática, mas também discutir os processos históricos. Freire pensa que a crítica é uma forma de organizar a experiência democrática. Para desenvolver uma democratização na consciência crítica, o país deve entender de fato a industrialização, para não ficar apenas em suas perspectivas de lucros.

O estado burguês não pensa em uma democracia de participação popular (BARBU, 1955, p. 88), o caráter democrático do Estado, segundo Freire, se dá na criação de formas de ação e de diálogo — não apenas estar, mas agir no mundo (2003, p. 67). Essa ação no mundo é pensar em condição cultural, é onde pensamos o Novo Sujeito Industrializado, ou seja, são condições e diagnósticos (MANNHEIM, 1986, p. 55) de nosso tempo, não retirar da época atual (FREYRE, 1977, p. 77), mas discutir o sujeito em seu tempo. É uma sociedade em trânsito.

Sociedade em trânsito é pensar em tempo e espaço (FREIRE, 2003, p. 89), é uma educação da organicidade, com hábitos, que se coloca contra as questões propedêuticas: uma escola pública laica e democrática. O Novo Sujeito Industrializado desenvolve o pensamento no agir educativo, na tentativa de ser na industrialização. Na perspectiva histórica, na democracia, na formação, ou seja, é uma ideia de antagônicos.

Em *Educação e Atualidade Brasileira*, Freire mostrou os caminhos da tentativa de estabelecer uma democracia, mas também as fatalidades da sociedade contemporânea (MARCEL, 1955, p. 56). A tentativa de fazer um país industrializado faz um novo sujeito e uma nova educação, mas a hegemonia

burguesa desenvolve uma democracia em uma pauta social de duas frentes: a individual ou a pública (BARBU, 1955, p. 45). Esclarecendo essas concepções, Paulo Freire afirma que a democracia individual só pode ter forma no fenômeno social em uma lógica de troca e evolução. Na dimensão pública isso não pode ter efeito, pois é imposta a este sujeito uma dinâmica injusta sobre a emancipação social.

As experiências dessa democracia que a tese de Paulo Freire tem como objeto de estudo são uma esperança do Novo Sujeito Industrializado. É a luta dos antagônicos das inexperiências democráticas contra a experiência democrática que Paulo Freire discute como necessidade de investigação nesse sujeito histórico brasileiro.

1.7. Industrialização - sujeito histórico

A industrialização no Brasil nos anos 1950 trouxe uma abordagem de superação entre o sistema agrário e o sistema de indústria. O que podemos pensar sobre esse avanço?

Em sua tese *Educação e Atualidade Brasileira*, Paulo Freire aponta que nas linhas provocadas pela industrialização do país para a emersão do povo na vida pública nacional (FREIRE, 2003, p. 26) possibilita uma antinomia fundamental, ou seja, a atualidade brasileira se volta contra os conceitos anti-democráticos, outrora experimentados com naturalidade. O mecanismo destes polos antinômicos dá corpo a posições contraditórias, assumidas pelo sujeito histórico brasileiro.

A industrialização é o jogo das contradições, de um lado o capital, o consumo, e do outro a possibilidade de emersão da vida pública. São essas contradições que dão base ao pensamento do novo sujeito histórico de Freire (PAIVA, 1980, p. 49).

A industrialização para Freire se dá para uma consciência crítica, chamada de antinomia fundamental. É o povo emergindo no cenário político, rejeitando através de uma consciência crítica as velhas posições. As posições da inexperiência democrática são a inércia do pensamento do sujeito histórico, ou seja, não esclarece as posições políticas da industrialização.

As posturas da industrialização revelam o sentimento do estado nacional, para Freire onde repousa a democracia verdadeira. (FREIRE, 2003, p. 27). É a consciência da coisa pública, do interesse do bem comum.

Não existe um avanço na consciência enquanto não houver avanços econômicos, e o processo de industrialização no Brasil colocou essa consciência histórica, ou seja, o novo sujeito histórico industrializado é aquele que através dos avanços econômicos terá seu comportamento crítico (FREIRE, 2003, p. 33).

A postura histórica deste sujeito é a inexperiência democrática, onde se revela a inconsistência ideológica e até estritamente partidária de nossas agremiações políticas, apresentando como fatos normais, abrigarem em suas fileiras, militantes que se opõem, nas câmaras, à sua linha partidária. Militantes que, elegendo-se, embora, no seu quadro partidário, participam da política oposta.

O trabalho escravo deu início à nossa política de atração do imigrante para terras brasileiras, que viria ajudar o nosso desenvolvimento. Sendo assim, demos início às primeiras tentativas de crescimento para dentro em nossa economia.

Nas décadas de 20 e 30 do século passado, e após a Segunda Guerra, o advento da industrialização aconteceu, transformações até para uma situação social e intelectual foram impulsionadas (FREYER, 1958, p. 77). Com a industrialização, o desenvolvimento crescente da urbanização trouxe junto uma

possibilidade de discutir um espaço fundamental do Novo Sujeito Industrializado em todas as esferas sociais, colocando-o em pauta política.

Por meio da industrialização, a participação do sujeito brasileiro fez acontecer um ser social. Isto é, posição que implica uma atitude ativa do povo em oposição àquela outra que o fazia simples espectador dos fatos e em cujo desenrolar apenas comparecia, mas não participava. Com isto, uma das mais fortes conexões da democracia com a aprendizagem, na fase em questão da vida brasileira, foi se fazendo com o progresso econômico.

Não existe democracia sem o povo (PINTO, 1960, p. 34). Tal máxima, vivida até então como um paradoxo, onde falava-se de democracia, mas não havia espaço para a participação popular, pretendia conservar o reacionarismo do sujeito. Por sua vez, não existe povo, no sentido legítimo, sem mercado interno, sem estradas, sem trabalho em condições de boa produtividade, sem desenvolvimento harmonioso das estruturas econômicas. Daí também a promoção do país de ser semicolonial, alienado ainda em várias manifestações de sua vida, em ser racional, autêntico, estar intimamente ligada ao desenvolvimento econômico, e indispensavelmente ligada a uma posição nacionalista.

A marca orgânica e progressista deste desenvolvimento, que é um imperativo existencial, ameaçou a nossa própria sobrevivência histórica e tentou nos transformar em uma vasta massa humana, de teor de vida quase exclusivamente vegetativa e sob a proteção inapelável de um Estado paternalista.

Com isto, não existe vida democrática. Faltava-nos instrumentos para o exercício democrático. A conexão de sobrevivência entre nossa democracia em aprendizagem e nosso desenvolvimento econômico, vem provocando a

crescente presença do povo na vida política nacional, ainda que de maneira ingênua, neste primeiro momento.

1.7.1. Cultura na industrialização

A perspectiva da industrialização na argumentação hegeliana e o espírito humano se objetiva através do trabalho criando cultura (HEGEL, 2006, p. 107). No entanto, a criação cultural tem um significado, e este é desvendado na medida em que valores culturais comuns ligam aquele que pretende entender a cultura e o sentido da obra.

Esta comunidade de valores que permite a apropriação da cultura existe na medida em que o sujeito histórico é formado pela cultura em que vive: o Sujeito histórico é um mundo em trânsito; afeta, em sua estrutura, o ser da própria consciência. Ao fazer cultura, portanto, este sujeito histórico transforma a natureza e a si mesmo.

A formação da cultura dos anos 1950 é uma nova formação de pensamento, é uma totalidade das manifestações vitais que caracterizam e definem um povo: vitalismo e culturalismo entrelaçam-se para explicar a história humana.

Esta história é, para Paulo Freire, a biografia da cultura do sujeito histórico, em particular da presença deste sujeito na circunstância cultural que só é possível a partir da compressão da sua inserção em um determinado momento da história de uma cultura particular.

Paulo Freire, para compreender tal momento que o Brasil passava, recorre às ideias de fase cultural dos isebianos: vivíamos, naquele momento, a transição de fase, passando da situação colonial à independência nacional, e a crise por ela suposta, favorável à tomada de consciência dos problemas internos da cultura;

começando, assim, a proporcionar as condições necessárias de desenvolvimento e para o surgimento de uma cultura autônoma, de um pensamento nacional autêntico.

O desenvolvimento havia transformado a postura do brasileiro, propiciando o surgimento de uma autoconsciência nacional. Esta, porém, era condição para que o próprio desenvolvimento pudesse prosseguir, para que a nova “fase” se instalasse plenamente: era preciso desenvolver um pensamento nacional que fosse “autoconsciência da cultura”, conhecimento da nossa circunstância, para que esta circunstância pudesse ser racionalmente transformada.

Paulo Freire fala em uma filosofia brasileira, de um pensamento brasileiro, em uma proposta análoga à de uma sociologia nacional, formulada por Guerreiro Ramos, (FREIRE, 2014, p. 280), como um instrumento de liberdade do complexo colonial, contribuindo para revelar-nos o nosso ser como destino, para converter-nos ao Brasil, reconciliando-nos com nós mesmos e tornando autêntica a nossa existência.

A transição de fase, o desenvolvimento que possibilitava a passagem de uma fase colonial a uma fase nacional, começa de forma imperceptível, e nos anos 50 nos dávamos conta da transformação e percebíamos também os riscos de retorno ao passado, de uma regressão.

Como apoiar de maneira efetiva a transformação, a mudança de fase? Para Paulo Freire, como para os demais intelectuais deste período, a contribuição específica da vanguarda intelectual era a análise da situação colonial, tal como sugeria Ortega (GASSET, 1987, p. 60), e a elaboração de uma ideologia que permitisse decifrar o Brasil.

Freire se preocupa com a cientificidade da análise da realidade e defende uma posição próxima à dos isebianos: a de combate ao empirismo em nome da compreensão global da realidade, apoiando-se, porém, de forma explícita, sobre o Brasil. A análise filosófica confunde-se com a análise sociológica; a metodologia defendida é não empírica, mas que parte do real, o que para ele caracterizaria o método da filosofia da existência. A filosofia que chamaríamos de concreta procura partir do real e ao real manter-se dócil e fiel, empenhando-se, a fim de garantir a autenticidade do pensamento, em caucionar as suas operações com um lastro de experiência vivida.

Para fins de análise, fazia-se mister partir da reflexão sobre o sujeito histórico industrializado, realizar uma análise fenomenológica da situação fundamental do sujeito (MARCEL, 1955, pg.57) e pensar a nossa presença no mundo pensando, simultaneamente, a nossa circunstância.

Este pensar a presença na circunstância conduz a pensar a história, já que a condição humana é sempre situada e datada (MARCEL, 1955, pg.62). Pensar o sujeito histórico brasileiro em sua cultura é pensar a realidade, a cultura brasileira: se o eu concreto implica a circunstância ou o mundo em que se acha inserido, e se a dimensão propriamente humana do mundo é a dimensão cultural, podemos desde já concluir que o problema da cultura brasileira é um problema pessoal de cada um de nós. Assim, conclui Paulo Freire, que a nossa circunstância é o contexto colonial, e nosso problema é o da formação da cultura brasileira (FREIRE, 2003, p. 70).

O problema levantado por Paulo Freire acerca da realidade do sujeito histórico não somente havia sugerido o estudo da existência colonial depois da escrita colonização, da fisiologia e patologia próprias a uma forma específica de existência humana, a colonial, como havia chegado a determinadas conclusões que apontam para o Novo Sujeito Industrializado.

Paulo Freire amplia o existencialismo do plano individual ao plano da nação ao analisar a existência colonial. Já não trata da criação de cultura pelos sujeitos ao trabalharem sobre a natureza de acordo com projetos de intervenção elaborados. O projeto de criação cultural já aparece como projeto coletivo, resultado da consciência de um destino comum, de uma tarefa a empreender e a realizar na história, como projeto nacional.

Se o projeto nacional não existe, tampouco existe cultura nacional: só o nacionalismo, portanto, deve provocar o surgimento de tal cultura, na medida em que ele é uma arma para a destruição do complexo colonial e, portanto, da alienação dele decorrente. Não sendo sujeitos, mas objetos da história, não orientando nossa ação de acordo com um projeto próprio, em função de objetivos próprios, éramos alienados e inautênticos: a alienação seria a essência do complexo colonial.

Para explicá-la, Paulo Freire, mais uma vez, apela para Hegel, utilizando a dialética do senhor e do escravo para explicar a relação metrópole-colônia: a objetivação do espírito nacional na colônia seria frustrada pela mediação do senhor, da metrópole, sendo, por isso, impossível o surgimento de uma cultura autêntica.

A explicação da dinâmica de tal surgimento apoia-se sobre a análise hegeliana do surgimento da autoconsciência na Fenomenologia do espírito, pensada esta como autoconsciência nacional (PINTO, 1960, p. 195).

A sociedade colonizada seria globalmente alienada porque a sua liberdade está alienada ao colonizador. Mas a dialética de tal processo conduz, em última instância, à libertação: a ruptura com o complexo colonial, resultante das crises, de novas relações econômico-sociais, abrindo possibilidade para o surgimento de uma consciência crítica de nós mesmos, a consciência nacional.

Observa-se que o culturalismo e também o existencialismo estiveram presente na formulação da ideologia do novo sujeito nacional, permanecendo como pilares fundamentais do raciocínio em que se apoiou o nacionalismo-desenvolvimentista.

1.8. Educação para a mudança

Não é possível entender a influência de Mannheim (1986) sem fazer referência à interpretação dada por Paulo Freire à realidade dos anos 50. Preso ao dualismo isebiano, Freire interpretava a atualidade brasileira, até então caracterizada pela transformação de uma sociedade arcaica em uma sociedade moderna, como um trânsito que anunciava a passagem de uma a outra sociedade, de uma a outra época, nas suas palavras. Transitávamos não apenas para uma sociedade industrial e urbana, mas para uma sociedade política em que efetivamente funcionava a democracia representativa e que, portanto, supunha a participação político-eleitoral de parcelas crescentes da população.

A preocupação de Paulo Freire é a de desenvolver uma pedagogia adequada a essa mudança, e ele explicita não apenas este seu propósito, mas também a conexão entre esta motivação básica do seu trabalho e a sua interpretação da realidade: diante das análises feitas, preocupava-se em encontrar uma resposta no campo da pedagogia às condições da fase de transição brasileira que levasse em consideração o desenvolvimento econômico e a participação popular neste desenvolvimento.

O desenvolvimento era interpretado por Paulo Freire, basicamente, como processo de mudança que possibilitava a democratização – esta, por sua vez, funcionava como motor de novas transformações na medida em que propiciava a formação de um tipo de sujeito que conscientemente contribuía para o processo de desenvolvimento.

A formação deste sujeito democrático exigia que se encontrasse um método de ensino capaz de permitir ao indivíduo por ele atingido apropriar-se do sentido altamente cambiante da sociedade e do tempo que ele está vivendo, a convicção de que participa das mudanças da sua sociedade. Uma pedagogia que respondesse às condições de fase de transição brasileira deveria permitir ao sujeito brasileiro desenvolver sua capacidade de apreender o mistério das mudanças, sem o que será delas um simples brinquedo, deveria propor ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre o seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição, possibilitando a cada um modificar suas atitudes básicas diante da realidade.

Escrevendo durante o governo Kubitschek e nos anos subsequentes, Freire podia facilmente estabelecer uma ligação entre riqueza, democracia e mudança, apoiando-se para isso em Mannheim. Em Mannheim (1986), porém, encontrou esta temática desenvolvida de forma mais ampla, conectada com ideias socio-políticas bem definidas e com uma psicologia social pensada em função da educação das massas. Mas esta ligação em Mannheim, sociólogo que viveu a experiência alemã da primeira metade do século, não era mecânica: havia de, a partir da constatação de que a nossa época se caracteriza por transformações econômico-sociais profundas e rápidas, criar condições para o estabelecimento e preservação da democracia, através da educação.

Claro está que o autor alemão aceita a ideia de que fatores exteriores ao sujeito, como a divisão do trabalho ou o desenvolvimento econômico, provocam o aumento da riqueza e a aceleração da mudança, mas ele enfatiza a necessidade da formação de indivíduos que rejeitem o autoritarismo porque foram educados para a participação democrática.

Paulo Freire não encontra dificuldades em seguir o raciocínio de Mannheim em sua argumentação contra o totalitarismo, tratando em conjunto

fascismo e comunismo, não somente devido à influência da literatura européia característica da época de combate ao stalinismo e ao nacional-socialismo e que nos chegava através dos mais variados autores, de Gabriel Marcel a Hannah Arendt – mas especialmente porque ele identificava aqui, apoiado nas análises de Oliveira Vianna, os traços autoritários da sociedade arcaica brasileira a serem combatidos. A personalidade democrática precisava ser aqui construída tanto quanto na Europa, porque a democracia era ameaçada não apenas pelo totalitarismo moderno, mas também pelas forças que traziam as marcas de ontem.

Tanto para Mannheim quanto para Freire, a reforma da educação e a reforma da sociedade andavam de braços dados, como parte de um mesmo processo em que se deviam refazer as instituições sociais e o comportamento dos sujeitos, em um ajustamento contínuo à novas situações.

Coloca-se, então, para nós, uma questão: se estes dois autores concordam em linhas gerais nos seus objetivos pedagógicos, haveria também certa proximidade entre suas ideias sociais e políticas? Além disso, em que outros pontos se mostraria a proximidade entre os dois autores, indicando certa influência de Mannheim sobre Freire?

O planejamento democrático contribuiria também para evitar os efeitos negativos de um fenômeno típico do nosso tempo: o desenraizamento das massas, em consequência dos fenômenos da urbanização e da mecanização.

Nas metrópoles, arrancadas de suas comunidades de origem, as massas perdem a sua parcela de participação na ordem social, tornando-se disponíveis à manipulação, presas fáceis da propaganda por terem medo da liberdade, por não saberem o que fazer com as novas possibilidades que lhe são oferecidas pela nova situação. Uma das grandes tarefas educacionais do século seria a de

combater o comportamento massificado, preparando as massas para aceitar as inevitáveis mudanças trazidas pela sociedade moderna.

A ordem social implicava em possuir certos princípios básicos firmes e estes seriam determinados pela religião. Segundo Mannheim (1986, p. 50), isto significa atar fortemente a uma causa suprema aquilo que fazemos. Neste sentido, a religião significa entrelaçar os atos e as responsabilidades individuais com uma corrente mais larga de experiência comum. Na passagem da pequena comunidade à Grande Sociedade, era preciso que algo atasse fortemente os sujeitos e sua ação para que fosse evitada a desintegração das pessoas e das instituições.

A defesa da religião por Mannheim certamente cria uma disposição positiva para a leitura e assimilação de suas ideias por parte de educadores cristãos. Paulo Freire, em *Educação como prática da liberdade* (1969), reafirma a sua condição de cristão e ressalta a importância da religião, do sentido mais profundo da *religare* – ligação do sujeito com o criador, para que esse sujeito possa respeitar o próximo e atuar com segurança no domínio da história e da cultura. No mundo moderno, a religião seria a fonte de valores básicos capazes de orientar o sujeito em sua ação em meio à mudança.

A fase caracterizada pelo desenvolvimento e pela industrialização criava condições para a urbanização e, portanto, para a participação política de sempre maior número de pessoas, mas trazia consigo também novos riscos. Com a migração para a cidade, criavam-se para os imigrantes condições objetivas que permitiam a libertação dos vínculos, com a sociedade arcaica, que o impediam de pensar adequadamente e de atuar segundo a sua vontade. Mas esta libertação das condições que favoreciam o paternalismo e o autoritarismo abria caminho tanto para um possível trânsito para a liberdade, para o livre pensar e para a livre escolha, quanto para a massificação.

As novas condições, desconhecidas até então, gerariam insegurança em termos de liberdade possível; a busca de segurança poderia conduzir muitos à massificação, ou seja, à manipulação por parte de lideranças não-comprometidas com a mudança, à manutenção ou aceitação de novas formas míticas de interpretação do mundo.

Não sabendo o que quer nem o que pensa ao chegar à cidade, o sujeito vindo do campo, arrancado de suas condições de vida tradicionais, perde suas raízes e pode ser esmagado pela impotência diante do seu novo mundo. Ao invés, então, de lutar pela transformação da sociedade, pela conquista de novos direitos, ele se deixa controlar por demagogos que não defenderão seus interesses ao serem eleitos.

Também a industrialização em si mesma era considerada por Freire como um fator que aumentaria o risco da massificação. Tal preocupação parece, no entanto, estar mais presa à influência da literatura europeia desenvolvida desde o aparecimento do célebre livro de Ortega y Gasset, *A rebelião das massas* (1987), temendo Freire, tal como Mannheim, o efeito da civilização industrial sobre o comportamento das massas urbanas e à expectativa da industrialização da região em face do efetivo crescimento industrial de outras partes do País, do que à reflexão sobre a realidade nacional de então. Por isso mesmo, conta muito mais entre as suas preocupações a questão da urbanização, pois ele se defronta diretamente com a inchaço do Recife durante os anos 50.

A massificação só poderia ser vencida através da democratização fundamental da sociedade, da promoção de participação da população na vida política, que por fim contribuiria para a democratização da educação. O primeiro passo para superar a massificação, segundo Freire (2003), poderia consistir na criação de numerosas comunidades reduzidas que proporcionariam a todos os

seus membros a oportunidade de chegar a conclusões individuais responsáveis, através de discussões sobre os problemas da comunidade e do país.

A prática da democracia começaria então pela base, pelo diálogo pautado no respeito mútuo tendo como objetivo a aprendizagem, a participação. Não é esta, acaso, a posição de Paulo Freire? Ele mesmo nos afirma que sua preocupação central era a democratização fundamental tal como fora pensada por Mannheim, e para isso ele organizou, no movimento de cultura popular de Pernambuco, grupos para debates dos problemas da comunidade: os Círculos de Cultura e os Centros de Cultura. Se tais grupos o conduziram a pensar em um método de alfabetização e se transformaram em classes para a alfabetização de adultos, é porque este era o instrumento para elevar seus membros analfabetos à cidadania política, algo cuja importância é enorme se a participação através do voto é privilegiada.

Tanto Mannheim quanto Freire indicam que a educação de adultos nos anos 50 seria uma forma das mais importantes pedras angulares da obra educativa, porque ela permite ajudar o sujeito a reorientar sua personalidade e a desenvolver padrões de comportamento orgânico, integrador. Assim, chegar-se-ia a este resultado através de um trabalho de conscientização. Mas em que se fundamenta essa conscientização?

A proximidade entre o conceito de “*awareness*” de Mannheim, a conscientização isebiana e a conscientização proposta por Freire pode ser facilmente percebida. Para Mannheim, uma democracia militante dependia de certo grau de “*awareness*” em questões sociais. Segundo Mannheim:

Por *awareness* não entendo um mero acúmulo do saber. Quer na vida do indivíduo, quer na da comunidade, consciência significa capacidade para perceber prontamente o conjunto da situação em que a gente se encontra, e não só para orientar a ação de acordo com tarefas e fins imediatistas, mas para baseá-las em uma visão mais global. Um dos modos concretos

como essa consciência se expressa é o diagnóstico correto da situação. (1986, p.138).

Existiriam, porém, diferentes graus de consciência, dependendo tanto da situação do sujeito ou de um grupo, como uma nação, por exemplo, saber qual o grau desejado, qual o grau que pode ser conseguido e como este será conseguido. Sua necessidade variaria de acordo com o ritmo da mudança social e a natureza dos conflitos que o acompanham. Esta ideia coincidia com a convicção dominante no ISEB no que diz respeito à consciência desejada para os trabalhadores: o grau de consciência desejada era a que possibilitava às massas se identificarem com os objetivos do capitalismo nacional e com a Nação como entidade acima das classes sociais.

A conscientização isebiana visava à consciência da realidade nacional, que poderia passar pela consciência de classe, mas não se detinha nela, porque devia reconhecer como prioritários os problemas apresentados pela fase do desenvolvimento brasileiro, conduzindo a uma identificação com o interesse nacional.

Para Mannheim, um autor que influenciou profundamente o pensamento isebiano, a consciência efetivamente não se confunde com consciência de classe: esta seria uma consciência parcial e teria em mente uma consciência total, que implicaria a percepção da situação global em um dado período da história em uma fase histórica.

Paulo Freire, por sua vez, visa a consciência de classe. Pretende a obtenção de um tipo de consciência que permitisse a percepção da situação global do país de modo a gerar ações que promovessem o desenvolvimento nacional e consolidassem a democracia parlamentar, e tal percepção comportaria graus diversos.

O ideal seria o máximo de consciência possível naquele momento histórico: no final dos anos 50, isso seria capaz de assegurar a contribuição ao desenvolvimento do país. Seus limites são estabelecidos também pelo conteúdo da conscientização, identificado através dos temas escolhidos para discussão nos grupos de alfabetização e educação de adultos, na medida em que tal conteúdo orientava a reflexão sobre a situação nacional.

Além disso, Paulo Freire em 1959 tinha claro até onde deveria ir a participação popular na vida política e, portanto, o nível de conscientização que a ela deveria conduzir, ao afirmar que se deveria estar atento aos perigos contidos no ímpeto desta participação, de modo a não colocar em risco a estabilidade e o equilíbrio da vida político-social.

2. Paulo Freire no contexto histórico da experiência

2.1. Contexto internacional

Foi no contexto pós-guerra que se deu a gênese e a formação das fontes inspiradoras dos princípios, dos fundamentos e das categorias fundantes do pensamento de Paulo Freire. Tal afirmação significa defender, primeiramente, a proposição de que esse educador brasileiro trazia potencialidades em sua primeira elaboração sistemática, *Educação e atualidade brasileira*, sua tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco.

Paulo Freire não estava fora da leitura do cenário internacional. O imediato pós-guerra foi envolvido pelo otimismo da paz e da vitória da democracia, afinal, as ditaduras nazifascistas do eixo tinham sido derrotadas pelos aliados (FREIRE, 2003, p. 9). Contudo, o horizonte logo se turvou ante o desenvolvimento de um antagonismo insuperável entre os Estados Unidos e a União Soviética, cada um com seu séquito de alinhados, configurando a Guerra Fria entre a cortina de ferro e a cortina de dólar. A bipolaridade política, então moldadora dos regimes nacionais e do próprio concerto mundial, acabou por completar o processo de enfraquecimento que vinha sofrendo a chamada Europa ativa, desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa reordenação das potências mundiais e a nova correlação de forças no planeta apontavam para uma guerra ideológica radical no interior das formações sociais e dos Estados nacionais, uma vez que cada superpotência procurava atrair para si todo e qualquer eventual simpatizante, todo e qualquer cooptável.

A propaganda era a principal arma nessa guerra sem fronteiras, embora as superpotências estimulassem conflitos quentes localizados, uma vez que eles, além de potencializarem novos aliados, permitiam o escoamento da produção estocada dos complexos industriais militares.

A exacerbação ideológica do período pode ser percebida na atitude dos Estados Unidos, que não hesitaram em ameaçar a solidariedade continental em nome do combate à penetração da influência socialista na América Latina e no Caribe.

Uma onda de pessimismo já vinha varrendo a Europa desde o período entre guerras, atingindo boa parte do mundo e expressando-se, filosoficamente, no existencialismo. Foi Soren Kierkegaard o verdadeiro "iniciador" da nova significação dada à ideia de existência: não mais sinônimo de ser, mas de subjetividade (WAHL, 1993, p. 60 *apud* LALANDE, 1993, p. 363-364). Porém, suas maiores expressões filosóficas se deram em Martin Heidegger, Karl Jaspers e Jean-Paul Sartre — ainda que os dois primeiros rejeitassem sua inclusão no universo dos pensadores existencialistas. Como diz o autor do *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia* (1993):

Conviria, pois, reservar o termo existencialista para a filosofia de Sartre, de Merleau-Ponty e de Simone de Beauvoir que aceitam esta designação, e para a de Gabriel Marcel, já que ele aceitou frequentemente ser chamado “existencialista cristão” (LALANDE, p. 70).

É certamente em Jean-Paul Sartre que o existencialismo encontra sua expressão tanto filosófica, em *O ser e o nada* (1943), como literária nos romances *Idade da razão*, *O Muro*, *A Náusea* (SILVA, 2017, p. 50). Como grandes expressões literárias do existencialismo, também não é possível esquecer Camus e, em certo sentido, Kafka.

Estas manifestações do espírito humano, centradas no pessimismo, no absurdo e na morte, exprimem a ruptura em relação ao otimismo de uma sociedade burguesa que construiu e preservou, até a depressão do entre guerras, um novo gênero literário, o romance e, nele, uma individualidade enfática: a do

“herói democrático” de Lukács ou do herói problemático de Golmann (LALANDE, 1993, p. 65)

O existencialismo foi muito importante para a geração dos anos 1950 e 60 no Brasil e, dessa forma, acabou por insinuar-se no pensamento freiriano dos primeiros escritos (FREIRE, 2003, p. 11). Mas é por intermédio de Gabriel Marcel que Paulo Freire concretiza sua perspectiva de personalismo (SILVA, 2017, p. 79).

Nesse cenário de pós-guerra, outra concepção ideológica ganhou força, ainda que sob tendências diversas: a democracia cristã, decorrente das iniciativas papais do final do século XIX, especialmente de Leão XIII (1808-1903) que, retornando a Tomás de Aquino, revigora a escolástica e o tomismo (FREIRE, 2003, p. 15).

A encíclica *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891) era o coroamento de um conjunto de cinco coroas, nas quais o papado leonino explicitava a posição política da Igreja católica: *Immortale Dei* (1885), sobre a constituição cristã dos estados; *Diuturnum illud* (1887), sobre a origem do poder; *Libertas praestantissimum* (1888), sobre a concepção católica de liberdade; e *Sapientiae christianae* (1890), sobre os deveres cívicos dos cristãos.

Os especialistas em história do catolicismo e das ideias políticas hesitam quanto à explicação do sucesso da democracia cristã:

Mas a força eleitoral dos partidos democratas-cristão é mais evidente do que a originalidade de sua doutrina; se nos limitamos à França, é surpreendente constatar que os dois pensadores católicos cuja influência é mais forte, Maritain e Mounier, tem um e outro, sobretudo o segundo tomando distância da democracia cristã. [...] Trata-se de saber se o sucesso da democracia cristã é outra coisa que uma simples adesão dos cristãos à prática democrática, e se corresponde a uma concepção especificamente cristã da política. (TOUCHARD, 1970, p. 835).

Inspirando-se em Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, Jacques Maritain desenvolve a teoria do Estado do Bem Comum, mas sempre afirmando a primazia do espiritual (SILVA, 2017, p. 13). Em *Humanismo Integral* (1936) — obra que influencia sobremaneira a intelectualidade brasileira, especialmente por intermédio do crítico literário e pensador católico Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Athayde) —, o filósofo expõe os planos espiritual e temporal como inteiramente distintos, mas alerta o cristão para não os separar, em sua militância temporal (SILVA, 2017, p. 25). Em outros termos, sua ação na secular não deve deixar de ser guiada pelos princípios e fundamentos católicos, portanto, do plano espiritual.

O cristão não dá sua alma ao mundo. Mas ele deve ir ao mundo, deve falar ao mundo, ele deve estar no mundo, no mais profundo do mundo: e eu não o digo somente para dar testemunho a Deus e à vida eterna; digo-o para que também tornar cristão seu trabalho de homem no mundo e para fazer avançar a vida temporal até plagas de Deus (MARITAIN, 1936, p. 59).

Maritain recusa a concepção de soberania temporal, atribuindo-a somente a Deus, e desenvolve um conceito de democracia comunitária, além do mero respeito a normas constitucionais e ao jogo parlamentar (MARITAIN, 1936, p. 60). O regime democrático, segundo Maritain, é o respeito a cada pessoa humana. E, neste nível, também se situa Emmanuel Mounier com seu personalismo.

Segundo Marcel Prélot (1970, p. 699), o termo "personalismo" foi criado por Charles Renouvier e corresponde a toda doutrina que atribui às pessoas um lugar importante na realidade, ou que as tem, o fator, por uma única realidade. Este politólogo classifica várias correntes dentro de sua doutrina, dentre elas, o personalismo tradicionalista e o personalismo democrático (SILVA, 2017, p. 85). Contudo, a noção de personalismo alcança sua grande expressão na obra de Mounier. Ele, que teve uma vida muito difícil, conheceu a censura e até a prisão;

ele, que recusou as facilidades da sobrevivência, acabou dirigindo-se, naturalmente, a certo progressismo e, finalmente, ao marxismo (SILVA, 2017, p. 86). Contudo, como Sartre, Mounier procurou adaptar a doutrina do materialismo dialético à sua própria filosofia. Para Mounier, o seu evangelho é o evangelho dos pobres, segundo Touchard, o indivíduo se opõe a pessoa, ao Estado e à sociedade comunitária, denunciando o capitalismo (Doença do dinheiro) e o socialismo (Doença do Estado).

2.2. Contexto nacional

Na década de 1920, explodiram mais explicitamente as crises decorrentes das divergências entre os segmentos que compunham o bloco no poder no Brasil desde a instalação do Estado burguês no país, ao final do século XIX — tendo esses segmentos resultado na Abolição da Escravatura, Proclamação da República e Constituição de 1891 (PAIM, 1989, p. 428).

A identificação e o acompanhamento dessas crises na Primeira República (1889-1930) foram facilitados pelas chamadas eleições competitivas, que se deram em 1910, 1922 e 1930, e que ocorriam sempre como repercussão, na superestrutura jurídico-política, dos desentendimentos ocorridos entre os segmentos de elite por força de conjunturas internacionais adversas ao processo de acumulação selvagem (PAIM, 1989, p. 41). Foram competitivas porque, nelas, diferentemente das demais, não se sabia com antecedência quem iria ser o presidente da República.

As crises conjunturais da economia brasileira sempre foram o rebatimento de crises nos países dominantes, porque elas se baseavam, fundamentalmente, na importação de crises, pois nada mais eram do que geradas nas conjunturas externas e transferidas aos países de economia dependente, de acordo com a clássica explicação de Celso Furtado (1972, p. 50).

De fato, com uma oferta elástica e uma demanda inelástica, segundo Furtado, o café era o principal sustentáculo da economia brasileira. Só não gerava crises internas quando o Estado, controlado pelos cafeicultores, conseguia absorver os excedentes e estocá-los, via os mais variados mecanismos de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos (FURTADO, 1972, p. 80) — é interessante observar que em todas as conjunturas de crise econômica e de eleições competitivas, as forças armadas reapareceram na política (FURTADO, 1972, p. 83)

Em 1910, foi eleito presidente o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do primeiro governante republicano, o marechal Deodoro da Fonseca; em 1922, o tenentismo passa a ser a maior expressão política da crise, que também se deixa entrever no fortalecimento das esquerdas (Fundação do PCB) e na Semana de Arte Moderna — indicador de crise no sistema simbólico (PAIM, 1989, p. 66).

Em 1930, a acumulação dos problemas gerados pelas crises conjunturais e a crise estrutural e internacional do capitalismo acabaram criando uma conjuntura favorável a uma ruptura mais profunda entre as elites brasileiras, permitindo a liquidação da chamada República Velha por meio de um golpe militar (PRADO JR., 1975, p. 93). A base social de sustentação do golpe institucional foi a oligarquia agroexportadora, incapaz de formular um projeto nacional pois, ainda que tenha realizado a Revolução Burguesa em sentido estrito, ou seja, tenha implantado e consolidado o Estado burguês no Brasil, continuou extrovertida, por força de suas articulações com segmentos dominantes no exterior do país (PRADO JR., 1975, p. 93).

Vargas liquida o domínio das oligarquias tradicionais, que desempenharam, até então, o papel hegemônico no bloco de poder; rearruma a

nova correlação de forças entre os segmentos burgueses e inaugura um longo período de um governo aparentemente pessoal.

De 1930 a 1934 desenvolveu-se o governo provisório, no qual já surgiam as primícias das políticas que irão caracterizar todo o período, diferenciando-o, profundamente, da Primeira República ou República Velha: intervencionismo, nacionalismo econômico, planejamento estatal, processo de industrialização, urbanização acelerada, exacerbação da questão social, aparecimento de partidos de dimensões nacionais, etc. (PAIM, 1989, p. 210).

Escapa aos limites desta contextualização a análise de todos os processos desencadeados e desenvolvidos na Era Vargas, mas não há como fugir de alguns breves comentários sobre alguns deles, porque são importantes para se compreender as categorias ideológicas que vão banalizar as formulações teóricas e as militâncias na chamada República Populista, de 1945 a 1964 (PAIM, 1989, p. 110).

Ao contrário do período anterior, no qual predominaram o liberalismo e o federalismo, o governo Vargas se caracteriza por uma forte centralização e pelo intervencionismo estatal (PAIM, 1989, p. 115). Este se manifesta no nível da produção, pelo planejamento e pela intervenção direta do Estado no sistema produtivo, por intermédio da constituição de autarquias e empresas estatais e nas relações de produção, por meio de legislação trabalhista.

Se de um lado a legislação social significava realizar conquistas por parte do trabalho, por outro, favorecia o capital, pela expansão controlada e contida, dentro de determinados limites, dos direitos dos trabalhadores. Nesta área, como em outras, os governos de Getúlio Vargas exprimiram:

O caráter transitório do período histórico e do comportamento pragmático e adaptável de Vargas às circunstâncias, desde que favorecesse o projeto que tinha em vista: a modernização burguesa do Brasil. É sedutor, mas enganoso reduzir Getúlio aos rótulos de herói ou vilão, visto que são juízos de valor que, enfatizando suas responsabilidades pessoais nos acontecimentos, simultaneamente descontextualizam sua atuação histórica (LOPEZ, 1997, p. 46).

Outro processo desencadeado e desenvolvido na Era Vargas que nos interessa é o movimento de defesa do nacionalismo. É bom abrir parênteses aqui para lembrar que os traços, os processos e as categorias já prenunciados no governo provisório amadureceram no governo constitucional de Vargas (1934-37), para se consolidarem definitivamente no período da ditadura, traduzida no eufemismo Estado Novo (1937-45) (PAIM, 1989, p. 127), sendo o nacionalismo o mais importante dos processos. O curioso é que ele se constituiu em uma bandeira radicalizada dos regimes nazifascistas europeus e das ditaduras populistas latino-americanas, estando certamente desautorizado no período pós-guerra, com a derrota desses regimes autocráticos (FLORESTAN, 1960, p. 13).

Entretanto, no Brasil, ao contrário, o nacionalismo desencadeado por Vargas e fortalecido durante a ditadura do Estado Novo, derado uma ferramenta gnosiológica fundamental e um poderoso instrumento de luta pela libertação brasileira. Conforme Caio Prado Jr.:

Da mesma forma que outros isebianos, em particular Vieira Pinto, conferiu ao nacionalismo virtudes desmesuradas: verdade do quadro histórico, solução natural para a libertação das nações oprimidas pelo imperialismo. Verdade que impunha a sua realização histórica. Ao ser simultaneamente conhecimento verdadeiro e ação transformadora, o nacionalismo, embora não fosse esta a compreensão de Sodré, parecia fundir ciência e ideologia, tal como outros imaginaram. Ao se tornar concreta, esta verdade não poderia ter outros imaginaram. Ao se tornar concreta, esta verdade não poderia ter outro nome senão Revolução, como ilustres pensadores ocidentais sempre proclamaram (1975, p. 175).

O período que vai de 1945 a 1964 corresponde a um dos raros momentos de experiência democrática burguesa no Brasil, excetuando o hiato da administração do General Dutra (1946-50) que, mesmo tendo sido apoiado inicialmente no Pacto Populista, dele se afastou, acabando por tornar-se um governo autoritário, de tendências conservadoras (PRADO JR., 1975, p. 188).

Já em 1950, Vargas volta ao poder pela via eleitoral, tendo que conviver com um Congresso nem sempre dócil em suas propostas, dificultando, portanto, a concretização de seu projeto populista (PAIM, 1989, p. 228).

Caminha-se para o fortalecimento do Pacto Populista, já estabelecido para a eleição Dutra, e metafórica e pragmaticamente configurado na aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de base sindicalista, e o Partido Social Democrático (PSD), que nada tem a ver com a social-democracia europeia mas, ao contrário, significava a aglutinação de novas elites formadas à sombra de Getúlio, especialmente a burocracia e os novos grupos rurais (LOPEZ, 1997, p.70). Esta aliança merece um comentário um pouco mais extenso, pois é no cenário político por ela construído que Paulo Freire analisa o Novo Sujeito Industrializado, a partir das quais construirá as concepções definitivas que o projetarão como cidadão do mundo (FREIRE, 2003, p. 27).

O PTB foi o coroamento e a institucionalização de uma relação que se estabeleceu, desde o governo provisório (1930-34), entre as administrações de Vargas e os sindicatos (PAIM, 1989, p. 251). No espectro partidário pós-1945, o partido representava a sigla mais progressista, com a defesa intransigente do nacionalismo econômico e das leis sociais (PRADO JR., 1975, p. 209). Nele buscaram abrigo os militantes da esquerda cujas agremiações, apesar da redemocratização, foram proibidas, como é o caso do Partido Comunista. Portanto, na verdade, o PTB representava uma verdadeira frente partidária, com tendências que iam do centro à extrema esquerda.

Já o PSD demonstraria na sua trajetória — e não podia ser diferente, se considerarmos o perfil ideológico dos segmentos que o compunham — sua tendência estrutural para a direita (PRADO JR., 1975, p. 209). Por isso, o PSD será um partido que se caracterizará pela ambiguidade e pela moderação, sem falar que sua obsessão pelo poder o tornava essencialmente fisiológico (LOPEZ, 1997, p. 70).

Desta forma, a aliança entre os dois partidos constituiu o que foi denominado na historiografia brasileira por Pacto Populista, que se tratava de um acordo tácito, costurado de cima para baixo, entre os trabalhadores e as novas elites, significando, na verdade, uma tentativa de construção de uma base social heterogênea de sustentação política para lideranças carismáticas inscritas no universo do projeto político burguês:

Atraía o voto conservador, que via no PSD o elemento capaz de segurar o radicalismo do PTB; e também a massa trabalhadora urbana, que via no trouxe embutido, enquanto expressão partidária, a essência do populismo: reformismo com conciliação, mudança com acomodação, transformações com compromissos (LOPEZ, 1997, p. 72).

Os tênues liames entre interesses tão díspares quase se romperam em 1954, por ocasião do suicídio do Presidente Getúlio Vargas; e mesmo aí, antecipando o desfecho de sua tendência estrutural, o PSD aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN), agremiação partidária expressiva que também surgia no processo de redemocratização, imediato pós-guerra e que aglutinava as classes e os segmentos de classes mais conservadores da sociedade brasileira (FREYRE, 1977, p. 195).

Quando a UDN vociferava contra Vargas, conspirando abertamente para a renúncia do Presidente, instigando os militares e buscando apoio nos Estados Unidos, o PSD apresentou, em suas iniciativas e atitudes, vários sintomas da tentação direitista. O partido só não rompeu o pacto em 1954 porque o suicídio

de Vargas reverteu o *appeal* político da oposição udenista, sendo Carlos Lacerda e seus sequazes demonizados (FREIRE, 2003, p. 28).

Por este motivo se diz que o suicídio do Presidente adiou por dez anos o golpe preparado para ocorrer em 1954-55. Nessa época, várias foram as manobras da UDN para eleger um governo de direita no lugar de Vargas, nas idas e vindas de sua sucessão em mais de um ano que ainda faltava para concluir o mandato.

Nesse período, o Brasil teve três presidentes interinos: João Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. Os dois primeiros, disfarçada ou ostensivamente, apoiaram a tese da UDN contra a posse de JK, usando o descabido argumento de que ele não alcançou a maioria absoluta dos votos no pleito de 1955 (PAIM, 1989, p. 410).

Assim, fez-se necessário um golpe preventivo, liderado pelo General Lott, derrubando Café Filho, que quis voltar ao poder depois de ter se afastado sob a alegação de problemas de saúde, e também Carlos Luz, que foi obrigado a fugir, em companhia de Carlos Lacerda e outros golpistas. Portanto, o governo JK já começava a sua trajetória sob a ameaça de instabilidade institucional e política. A muito custo de vários expedientes, o Presidente conseguiu reconstruir a estabilidade do Pacto Populista.

Foi nesse período, seguindo a trilha já lançada por Vargas, que a teoria do desenvolvimentismo foi formulada, sendo associada à categoria do nacionalismo (BEIGUELMAN, 1967, p. 57). O nacional-desenvolvimentismo do governo JK foi um instrumento de construção do frágil equilíbrio entre a abertura do país ao capital estrangeiro e a preservação da emergência popular na arena política (BEIGUELMAN, 1967, p. 60).

O ISEB, embora tenha sido criado por um decreto do governo Café Filho no dia 14 de julho de 1955, para o qual convergiram as teses mais importantes do nacional-desenvolvimentismo, foi um canal em que também se refletiram todas as tensões de um projeto de sociedade que carregava em seu seio contradições estruturais insuperáveis (BEIGUELMAN, 1967, p. 65).

Tanto Lincoln de Abreu Penna (1999, p. 228) quanto Daniel Pécaut (1990, p. 107-8) atribuem a origem do ISEB ao grupo Itatiaia (1952) e a seu sucedâneo, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), organizado como instituição privada no ano seguinte. O primeiro nasceu das reuniões mensais que um grupo de intelectuais paulistas e cariocas realizaram nesta localidade do estado do Rio de Janeiro. A curta vida do grupo se deveu, certamente, aos conflitos teóricos internos, pois ele se dividia em várias tendências.

Dentre elas, os mais polêmicos foram os conflitos travados entre os intelectuais independentes, alguns egressos do integralismo e burocratas do governo Vargas. Com a dissolução do grupo Itatiaia, os cariocas criaram o IBESP, que agregou mais tarde Nelson W. Sodré. Ambas as iniciativas concretizavam a intenção de

[...] um grupo intelectual, que se propunha a assumir a liderança na política nacional, a suscitar o esclarecimento ideológico das forças progressistas burguesia industrial, o proletariado e os setores técnicos da classe média e a arregimentação política dessas forças, auto definindo-se como uma vanguarda política capaz e bem organizada (SCHWARTZMAN *apud* PÉCAUT, 1990, p. 108-9).

Com a morte de Vargas, instalara-se uma verdadeira crise política e institucional que impediria, pensavam alguns, o desenvolvimento da pretensão desses intelectuais em inferir, por intermédio do aparelho de Estado, nos destinos do desenvolvimento da nação (PAIM, 1989, p. 425). De fato, o período

foi muito confuso, e a tendência predominante era contrária às orientações do varguismo, mais convergente com a pretensão do grupo Itatiaia e do IBESP.

João Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP) e vice-presidente da República, assumiu o Governo Federal, cercado-se de ministros da UDN, como Eugênio Gudin, que anulou as medidas restritivas de Vargas com a Instrução n. 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), facilitando o ingresso de capital estrangeiro no país (FREIRE, 2003, p. 37).

Com resultado do pleito de 1955, foram eleitos Juscelino e João Goulart, pela coligação PTB-PSD, derrotando Juarez Távora (UDN), Adhemar de Barros (PSP) e Plínio Salgado, do partido representação Popular (PRP). Após o fracasso da tentativa de impedimento da posse dos eleitos pela manobra da exigência da maioria absoluta de votos, Carlos Lacerda, o principal porta-voz da UDN e algoz do getulismo, ainda tentou estabelecer uma relação ilegal entre o vice presidente eleito e o justicialismo de Perón, por intermédio da falsa Carta Brandi (FAUSTO, 1999, p. 420).

Alegando motivos de saúde, Café Filho afastou-se do governo, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (FAUSTO, 1999, p. 423). Na presidência da República, Carlos Luz conspirou abertamente para o impedimento da posse de JK, quando sofreu um golpe preventivo, desfechado por Lott, que declarou a disposição de Café Filho e Carlos Luz, empossando o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, no cargo maior do país.

Sob estado de sítio, JK e Jango tomaram posse em 1956. Apesar de todo esse ambiente adverso, Café Filho assinou o decreto que criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 14 de julho de 1955, vinculando-o ao Ministério da Educação (RAMOS, 1958, p. 68).

Os historiadores do ISEB distinguem três fases em sua trajetória histórica, visto que conflitos no plano teórico e ideológico, que chegaram a provocar crises e dissensões internas, acompanharam toda a vida da instituição (TOLEDO, 1998, p. 245). Em *ISEB: fábrica de ideologias* (1977), Toledo chega a questionar a existência de um pensamento isebiano, tantas as divergências, apesar do interesse comum em interferir no processo de desenvolvimento nacional a partir da mobilização de suas classes mais dinâmicas.

Segundo um de seus historiadores, o ISEB começou pelo nacional-desenvolvimentismo, continuou com o nacionalismo populista e terminou no nacionalismo marxista (PÉCAUT, 1990, p. 114). As mutações que se pode perceber ao longo da história da instituição refletem não só a hegemonia de determinada tendência no seu interior, mas também o grau de articulações dessa tendência com o governo (TOLEDO, 1997, p. 122). Contudo, o caráter chapa-branca do ISEB, até mesmo quando articulado com uma administração considerada conservadora, não impediu que fosse considerado um espaço importante para a atuação das esquerdas brasileiras quando o populismo também se aproximava de uma posição esquerdizante (TOLEDO, 1997, p. 125).

O ISEB é um exemplo notável, na história da sociedade ocidental, da relação tensa que se estabelece sempre entre o intelectual e o poder. Não é à toa que figure como capítulo importante, quer seja nas historiografias ditas progressistas, quer seja nas consideradas mais conservadoras (TOLEDO, 1997, p. 130).

Ao final do governo JK, finalmente a UDN lograva chegar ao poder, porém de maneira enviesada. Escolhera para candidato um líder carismático, com carreira política em São Paulo apesar de sua origem mato-grossense, Jânio da Silva Quadros (PAIM, 1989, p. 450). O vice-presidente da República, novamente João Goulart, encontrava-se na China e foi pressionado a não

retornar ao país para assumir o governo, a fim de evitar a guerra civil (PAIM, 1989, p. 455). Em outros termos, o presidente Jango reinaria, mas não governaria, pois o governo ficaria a cargo de um conselho de ministros ou, mais especificamente, de um primeiro-ministro. Este arremedo de parlamentarismo foi tolerado por Jango, pois o Ato Adicional previa um plebiscito, em 1963, no qual seria confirmada ou não a nova forma de governo do Brasil (PRADO JR., 1975, p. 212).

As dificuldades institucionais do período e a crise que continuava grassando na economia e nas relações sociais acabaram favorecendo a pregação janguista contrária ao Ato Adicional. Em 3 de fevereiro de 1963, o presidencialismo era restaurado e o varguismo João Goulart recuperava plenos poderes.

É durante essa fase de seu governo que são lançadas as reformas de base, acelerando a esgarçada do Pacto Populista, que sobrevivera em 1954 por conta do suicídio de Vargas e, em 1961, pela adoção do parlamentarismo biônico (PRADO JR., 1975, p. 213). É nessa mesma fase em que ocorre a grande mobilização popular, em defesa das reformas de base e, no caso específico da educação, são desencadeadas as campanhas maciças de alfabetização e educação de base, que adotaram o então denominado Método Paulo Freire, tornando o educador pernambucano conhecido em todo o Brasil.

2.3. Fontes, estrutura e ideias

O encontro que Paulo Freire faz com o sujeito histórico é, em sua essência, político e social. Torna-se assim uma Pedagogia do Encontro, ou seja, é um processo pedagógico, uma práxis educativa.

Uma pedagogia do encontro é uma análise do Novo Sujeito Industrializado, uma aproximação do sujeito com sua consciência crítica, sendo

social e não mais acadêmica. A perspectiva é histórica: relacionar o sujeito com sua noção de ser no mundo, sendo aqui no fato social. Sendo um Fato Social, Paulo Freire, ao lançar o sujeito para uma leitura de mundo, faz uma nova consciência crítica, uma consciência de mundo a partir de uma pedagogia do encontro: do encontro contigo mesmo na história, um encontro com o Novo Sujeito Industrializado.

Nos anos 1950, Paulo Freire estava em Recife, uma cidade onde os conflitos de ideias e atitudes tinham tais pontos de noção de um novo país: de um lado, a sedimentação de comportamentos conservadores, centrados no produto da inteligência; de outro, ampliava-se a contestação dessa atitude e a crença no valor do intercâmbio de experiência de vida, não apenas intelectuais, entre pessoas e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais e econômicas e a diferentes níveis de escolaridades. O que, em termos psicológicos, representava crença nas potencialidades da pessoa sob o impacto de uma história de vida intelectualizada ou acadêmica (FREYRE, 1977, p. 213). A salvação do Nordeste, a salvação do Recife, face ao descrédito nos políticos de carreira e nos administradores públicos, estaria no trabalho, no pensamento e na ação dos intelectuais: cientistas, educadores, pensadores sociais e, posteriormente, nos tecnocratas.

Quanto ao papel exercido pelos intelectuais, este dava-se no interior das entidades que integravam – se bem que nem sempre tenham alcançado êxito em suas lutas, por vezes conseguiram romper as barreiras interpostas pela estrutura burocratizada e centralizadora, como ocorria com o Paulo Freire ao assumir a diretoria do Serviço de Extensão Cultural, criado em fevereiro de 1962 (2003, p. 50).

Tome-se como primeira referência a então Universidade do Recife. Conforme seu estatuto, vigente desde 1946, ano de sua criação, a participação

dos docentes era reduzida aos catedráticos. Essa não se tratava de uma situação peculiar ao Recife. Nesta cidade, acompanhava-se o modelo oficial, então adotado pelo discricionário, próprio do Estado Novo, e a proposta liberal-democrática, aspiração frustrada de alguns.

Recordemo-nos daquela estrutura. Em se tratando das faculdades e escolas, o poder decisório e o executivo eram repartidos entre a Congregação compunha-se dos professores interinos — na prática, catedráticos ainda sem concurso (FREIRE, 2003, p. 55) —, dos professores eméritos e de um representante dos docentes livres. Na congregação não existia, nos termos do estatuto de 1946, representação dos alunos nem das demais categorias dos docentes: adjuntos, assistentes e instrutores.

O conselho técnico-administrativo era constituído por três ou seis membros, além do diretor, seu presidente nato, todos catedráticos. O diretor era nomeado pelo presidente da República, o vice-diretor pelo reitor, entre os integrantes do Conselho técnico-administrativo. O ingresso na carreira do magistério superior, fosse como instrutor ou assistente, resultava da indicação de um catedrático e da aquiescência do diretor, a quem cabia assinar a nomeação.

No tocante à transmissão da cultura estabelecida, a Universidade do Recife dos anos 50 dirigia-se tão somente às elites consolidadas ou em formação. Fora da Universidade do Recife, nos anos 50, algumas entidades representaram importante papel na vida cultural da cidade, seja por seus próprios objetivos, seja pela ação de seus dirigentes ou de seus integrantes. Nem todas foram agentes deliberados de mudanças (FREIRE, 2003, p. 39).

Paulo Freire estava nesse cenário histórico: lecionava na Escola de Belas Artes, na cadeira de História e Filosofia da Educação (FREIRE, 2003, p. 60). Sua práxis educativa era lecionar com a história que o permeava pois o

educador pernambucano era um sujeito de seu tempo, não estava fora das discussões políticas (FREIRE, 2003, p. 65). A discussão política que Freire desenvolveu neste primeiro período dizia respeito a relacionar as questões históricas do Brasil com a noção de progresso atual, assim chamada por Freire: *Consciência Crítica contra a Consciência Ingênua*.

A Escola de Belas-Artes foi um campo fecundo para Freire desenvolver sua noção de sujeito político educacional. Ou seja, por Recife ter passado por um grande processo histórico não existia outra maneira de pensar um indivíduo fora destas discussões. O que aconteceu no Recife de 1960 a 1964 foi a eclosão de um movimento que existia latente; que se desenvolvia, de modo concreto, a partir dos anos 50 e encontrava raízes na tradição libertária de Pernambuco, de modo particular na Faculdade de Direito do Recife. Desenvolveu-se, também concretamente na organização política partidária, com a constituição da Frente Recife. É importante ressaltar, desde logo, que não vejo o caso do Recife como um fenômeno isolado. Na verdade, foi uma experiência brasileira, com muito de nordestina e do clima cultural de Pernambuco e de sua capital (FREIRE, 2003, p. 70). É importante mencionar que foi neste Estado que nasceram as Ligas Camponesas, fundadas e sob a liderança de Francisco Julião, que defendia a reforma agrária.

De 1960 a 1964, Recife pode ser considerada como um laboratório onde se desenvolveu um experimento único: hoje, talvez, se falasse em pesquisa participativa ou pesquisa-ação... O fato é que a cidade, naquele período, fora um laboratório. O experimento não poderia se encaixar nos cânones positivista. Nem se precisaria disto. Seguiu, enquanto experimento, sem planejamento ortodoxo. Sem definição de objetivos nem de hipóteses. Sem deliberada construção de instrumentos. Sem caracterização de amostra, nem sorteio aleatório, nem controle das variáveis.

Em 1959, Paulo Freire se preparava para concorrer à cátedra de História e Filosofia da Educação, que ocupava interinamente na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife. Em sua tese, *Educação e Atualidade Brasileira* (2003), Paulo Freire faz um mapeamento histórico da antropologia educacional brasileira e arrasta uma abordagem sociológica através da Psicologia Social do pensamento tardio colonial brasileiro – ou seja, propõe uma consciência crítica através da educação, mas uma educação popular, que de fato atenda a perspectiva deste novo sujeito. Qual conscientização Freire está analisando?

É uma conscientização da realidade: da realidade brasileira. Quanto mais conscientização, mais se desvela o real, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo (FREIRE, 2003, p. 80). Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual: a conscientização não pode existir fora da práxis, ou seja, sem o ato ação-reflexão (FREIRE, 2003, p. 83). Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os sujeitos.

A conscientização é um compromisso histórico (FREIRE, 2003, p. 84). É uma consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os indivíduos assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os sujeitos criem sua existência com um material que a vida lhes oferece (FREIRE, 2003, p. 90). A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo (HEGEL, 1966, p. 64).

Tomando relação como o objeto de sua reflexão crítica, os sujeitos esclarecerão as dimensões obscuras que resultam de sua aproximação com o mundo (FREIRE, 2003, p. 93). A criação da nova realidade, tal como está indicada na crítica precedente, não pode esgotar o processo da conscientização

(FREIRE, 2003, p. 95). Esta nova realidade deve ser tomada como objeto de uma nova reflexão crítica. Considerar a nova realidade como algo que não pode ser tocado representa uma atitude tão ingênua e reacionária como afirmar que a antiga realidade é intocável.

A conscientização como atitude crítica dos sujeitos na história não determinará os fatores sociais jamais. Se os sujeitos, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo feito (FREIRE, 2003, p. 97), ver-se-ão submersos em uma nova obscuridade.

A conscientização, que se apresenta como um processo em um determinado momento deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil. Desta maneira, o processo de leitura de mundo, como a leitura da palavra, pode ser ou uma prática para a libertação do sujeito ou para a domesticação do mesmo (FREIRE, 2003, p. 100).

No primeiro caso, a prática da conscientização não é possível em absoluto, enquanto no segundo caso o processo é, em si mesmo, conscientização, com isto, torna-se uma práxis desumanizante, de um lado, e um esforço de humanização, de outro (FREIRE, 2003, p. 105).

A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em fator utópico. Para Paulo Freire, o utópico não é o irrealizável, não é o idealismo; mas é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 2003, p. 107-08).

A utopia exige o conhecimento crítico, é um ato de conhecimento. Não existe denúncia a uma estrutura desumanizante se não conheço, mas entre o

momento do anúncio e a realidade do mesmo existe algo que deve ser destacado: o anúncio não é anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto (HEGEL, 1966, p. 90). É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca, tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis, não por meios de meras palavras (FREIRE, 2003, p. 110). Além disso, entre o anteprojeto e o momento da realidade ou da concretização, há um tempo que se denomina tempo histórico; é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer; é o tempo das transformações que devemos realizar; é o tempo do meu compromisso histórico (FREIRE, 2003, p. 115). Por isso mesmo, somente os utópicos, quem foi Marx se não um utópico? Quem foi Guevara se não um utópico? Podem ser proféticos e portadores de esperança.

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientes nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos (FREIRE, 2003, p. 120).

Por fim, a conscientização assim pode ser definida: tomar posse da realidade. Por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização.

2.3.1. Paulo Freire em diálogo com Zevedei Barbu e Gabriel Marcel

Os principais autores com quem Paulo Freire dialoga em sua tese são Zevedei Barbu e Gabriel Marcel. Ambos são a síntese da postura do sujeito em relação à democracia e suas formas de ser nesse modo de governo.

Zevedei Barbu foi um psicólogo búlgaro que teve seu trabalho voltado às origens da psicologia da democracia e das ditaduras do século XX. Sua principal

preocupação foi a centralização da postura do sujeito em relação à transformação dessa democracia pós Segunda Guerra Mundial (BARBU, 1955, p. 31). Na obra *Democracy and Dictatorship: their Psychology and Patterns* (1956), Barbu trata sobre como é possível ter liberdade na consciência da atitude democrática empírica da postura liberal. A postura democrática não é apenas uma forma de postura econômica, mas uma forma de consciência de ser, ou seja, a consciência é a conduta que irá fazer o governo ser democrático (BARBU, 1955, p. 47).

Os fatos sociais colocam o sujeito direto com sua consciência. Enquanto não houver participação social, não se pode falar em democracia participativa popular, apenas como uma unidade empírica de liberdade (BARBU, 1955, p. 46). A consciência do sujeito na democracia econômica torna-se apenas uma falsa postura de ser, ou seja, ele não tem espaço, é um sujeito sem história, fica à margem do “progresso social”. Essas são as pautas sociais e culturais das sociedades modernas (BARBU, 1955, p. 33).

A consciência do sujeito na democracia é uma síntese de falsa liberdade, uma imposição de postura para ser no mundo, causando, assim, problemas na investigação de resultados de experiência democrática. A experiência democrática que Paulo Freire defende em sua tese tem estreita relação com Barbu: para o sujeito estar associado com a democracia, deve participar de uma sociedade aberta (FREIRE, 2003, p. 70). Freire também se aproxima de Barbu quando o autor búlgaro direciona o sujeito fora da realidade política, enquanto no Brasil o sujeito era um agente dentro da política, não estava fora, a consciência do sujeito era uma consciência ingênua.

Segundo Barbu, a democracia é uma experiência racional, torna-se uma atitude do sujeito através de experiência de mundo (BARBU, 1955, p. 47). A história da democracia é uma transição de pensamento e de postura. A

democracia não é um valor único, pois não é individual, mas forma de ser. Paulo Freire se aproxima de Barbu ao afirmar que a democracia é um funcionamento de vida, uma forma de esclarecimento (FREIRE, 2003, p. 66).

A educação contemporânea destaca três pontos característicos sobre a definição de um sujeito que torna sua visão emancipatória: a capacidade de investigação formal; sua essência radica em capacidade de indivíduo para estabelecer relações entre fatos; a inteligência e a capacidade de organismo para adaptar-se a situações novas (FREIRE, 2003, p. 67).

A mente do sujeito na perspectiva democrática, segundo Paulo Freire (2003, p. 59), é uma mente aberta, que mostra para ele uma noção de ser no mundo. Uma visão aberta é relacionar sua postura de ser, é uma consciência antifanatizada (MARCEL, 2003, p. 103). Paulo Freire faz uma leitura de Marcel sobre a consciência fanatizada, e nos esclarece: “Um sujeito que está relacionado com a consciência fanatizada está fora da noção de uma sociedade democrática” (FREIRE, 2003, p. 88). Aqui, o educador faz alusão à obra *Hombres contra lo humano* (1956) de Marcel: segundo este autor, a consciência fanatizada é estar preso ainda no patriarcado, não se lançar no mundo, ou seja, não ter consciência sobre a democracia (MARCEL, 2003, p. 105).

Uma sociedade democrática não é somente um sistema social econômico, mas uma forma de esclarecer problemas históricos. Paulo Freire, ao fazer uma aproximação de tal leitura, centraliza que o Novo Sujeito industrializado é um modelo histórico de sociedade, é quem toma consciência do modelo democrático.

Paulo Freire faz uma leitura filosófica de uma postura democrática tanto em Barbu quanto em Marcel. Assim, não trata apenas de uma postura econômica, mas de postura de leitura de mundo. De fato, um país onde as

questões econômicas avançam para uma industrialização, o sujeito participa de forma clara das análises sociais, mas depende dele mesmo enquanto indivíduo para ser no mundo.

O Novo Sujeito Industrializado é uma postura de ser, é um sujeito democrático, um sujeito histórico, um ente. A democracia de um país só pode existir enquanto o sujeito torna-se democrático, não apenas classe. Na obra *Sobrados e Mucambos* (1936, p. 56), Gilberto Freyre esclarece que no período colonial não existia indivíduo, pois o mesmo era equivalente à sua classe — classe de escravos.

Um sujeito histórico que Freire analisa junto com Marcel e Barbu é aquele que desenvolve criticamente uma investigação de si mesmo. Ser democrático é a ruptura de uma consciência ingênua, de apenas classe.

A aproximação que Paulo Freire faz das duas abordagens está na discussão de um Novo Sujeito Industrializado, de um novo indivíduo histórico — aquele em que o desenvolvimento de uma consciência crítica rompe com uma sociedade patriarcal, partindo de uma sociedade onde a democracia tem mais espaço.

A ruptura de uma consciência fanatizada, segundo Marcel, se faz no esclarecimento histórico. Paulo Freire analisa de forma inversa: é a educação que tem esse papel primeiramente. Segundo o autor pernambucano, a democracia social e econômica antecipa a perspectiva de esclarecimento. É nessa atualização teórica que Paulo Freire avança tanto sobre Marcel quanto Barbu.

3. Universidade de Recife, preparação da Tese: Educação e Atualidade Brasileira

Paulo Freire teve suas primeiras experiências como professor no nível superior lecionando na Escola de Serviço Social, criada pelo esforço de algumas mulheres católicas, preocupadas com a situação social dos trabalhadores do Recife, cuja influência sobre si ele sempre reconheceu (ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 86). Lourdes de Moraes, Dolores Coelho e Hebe Gonçalves, assistentes sociais, e Anita Paes Barreto, psicóloga, fundaram a Escola de Serviço Social que, posteriormente, foi anexada à Universidade do Recife, fundada em 20 de junho de 1946, por meio do decreto/lei: 9.388 (FREIRE, 2017, p. 98).

Em 1947, Paulo Freire foi convidado para fazer parte do corpo docente dessa instituição que marcou, indelevelmente, a compressão crítica da assistência social no Brasil, exatamente quando ele começava também seu trabalho no SESI (ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 99).

Houve, assim, uma troca dialética das experiências acadêmicas com as práticas educativas levadas a efeito por Paulo Freire no órgão institucional do patronato-trabalhadores de Pernambuco. Essa sua experiência contribuiu também para a compreensão crítica em todo o seu trabalho de militância em favor dos explorados e oprimidos.

Foi, sem dúvida alguma, na Escola de Belas Artes que Paulo Freire – nomeado em 1952 e referendado em 1955 como professor catedrático interino de História e Filosofia da Educação – aprofundou sua leitura crítica de mundo e foi criando melhores condições de fazer-se o educador ético-político e crítico-libertador que foi (SOUZA, 2010, p. 34).

Aliando a essa as experiências da Escola de Serviço Social e do SESI-PE, Freire teve a possibilidade de radicalizar-se no real, na concretude da vida

nacional marcada pelas injustiças que submetiam as camadas populares a níveis de vida miseráveis; a ver com clareza a educação memorística e aligeirada que se praticava no país sem nenhuma preocupação no adentramento da razão de ser das coisas, assim alheia ao pensamento reflexivo.

A troca entre as experiências marcadamente teóricas com a outra mais empírica e prática levou Paulo Freire ao desafio de encontrar inéditos viáveis, soluções transgressoras do acanhamento da repetição milenar do já feito e do já dito, e acreditando nos sonhos, lutar por um projeto de um mundo melhor através da educação para a libertação (ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 100). Freire preocupava-se, então, em ler cada dia mais e avidamente autores dos mais progressistas aos mais conservadores, nacionais e estrangeiros, para ir formando suas próprias ideias, sua epistemologia, ou, como gostava de dizer, uma compreensão crítica para a libertação.

A prática comum no momento da formação das universidades públicas federais brasileiras era a de que os seus primeiros professores fossem nomeados sem muitos requisitos burocrático-acadêmicos, porque, na verdade, não havia outra possibilidade: generalizadamente, não possuíamos nem mestres nem doutores, nem sequer cursos de pós-graduação. Enfim, para serem nomeados bastava ao professor-candidato o seu reconhecimento público de notório saber. No caso de Paulo Freire não fora diferente (FREIRE, 2017, p. 87).

Assim, em 27 de setembro de 1955, o então presidente da República João Café Filho confirmou a indicação da Universidade do Recife, nomeando-o oficialmente de acordo com o artigo. 12, item IV, alínea b, da lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o Art.5, item I, parág. 3 da lei n.1254, de 4 de dezembro de 1950, PAULO REGLUS NEVES FREIRE, para exercer interinamente, a partir de 15 de março de 1952, o cargo de Professor Catedrático, padrão ‘O’, da cadeira de História e Filosofia da Educação da

Escola de Belas Artes, da Universidade do Recife, do quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, criado pela Lei n. 2.337, de 20 de novembro de 1954 (ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 101). Esse decreto teve poder retroativo a 1952, pois, na verdade, desde o início desse ano letivo, Paulo Freire tornou-se efetivamente professor da cadeira. O decreto foi publicado no DOU em 29 de setembro de 1955.

No termo de Posse de Catedrático, consta que às 14h30 do dia 19 de outubro de 1955, Paulo Freire prestou o compromisso de desempenhar fielmente as funções que lhe competem, em cerimônia realizada na Escola de Belas Artes, perante a Congregação da Escola, sob a presidência do reitor da Universidade do Recife, Dr. Joaquim Inácio de Almeida Amazonas.

No dia 10 do mesmo mês e ano, Paulo assinara, em obediência aos dispositivos do Art. 24 da lei n. 1711 de 28 de outubro de 1952, uma declaração como condição para tomar posse nesse cargo, na qual constava: “o meu patrimônio se compõe: a) De uma casa situada na Rua Rita de Souza, 224, casa forte, em nome de minha esposa Elza Maia Costa Freire, sob hipoteca na Caixa Econômica Federal de Pernambuco”. Nesse período, Freire fez um curso de extensão universitária e recebeu o Diploma em Introdução à Lusotropicologia, da Universidade do Recife, datado de 15 de outubro de 1953.

Em 30 de julho de 1959, para conseguir sua efetivação no cargo de professor, do Curso de Professorado de Desenho, da Escola de Belas Artes, Paulo se inscreveu no concurso para Catedrático Efetivo de História e Filosofia da Educação, através do requerimento transcrito abaixo:

Exmo. Sr. Vice-Diretor, em exercício da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife.

PAULO REGLUS NEVES FREIRE, brasileiro, casado, bacharel em direito, residente nesta cidade, atendendo aos termos do edital de 30 de janeiro do ano corrente, pelo qual estão abertas, a partir de 2 de fevereiro e pelo prazo de 180 dias, as inscrições para concurso de provimento de cátedra de História e Filosofia da Educação, requer a V. Excia. Se digne de mandar inscrevê-lo no referido concurso, para o que junta ao presente os documentos relacionados nos itens a) a i) do citado edital dos quais o referido no item f) está implícito no diploma que constitui o documento a).

Junta ainda o requerente, e relaciona em anexo, documento atestando a sua atividade didática e cultural e trabalhos publicados de sua autoria a serem apreciados no concurso de títulos que deverá preceder ao de provas, nos termos do edital.

Nestes termos

Pede deferimento

Recife, 30 de julho de 1959

Paulo Reglus Neves Freire

(ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 105).

O requerimento a seguir foi deferido pelo CTA, em 10 de agosto de 1959, e homologado pela Congregação em 17 de agosto do mesmo ano:

Exmo. Sr. Vice-Diretor, em exercício da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife

PAULO REGLUS NEVES FREIRE, BRASILEIRO, CASADO, Bacharel em direito, residente nesta cidade, pretendendo inscrever-se para o concurso da

cátedra de História e Filosofia da Educação do Curso de Professorado de Desenho desta Escola, vem requerer a V. Excia., que seja dispensada a exigência referente no item a) do edital, uma vez que vem lecionando a referida cadeira desde 15 de março de 1952, data em que começou a funcionar, como prova a certidão anexa. Em 27 de setembro de 1955, foi nomeado pelo Senhor Presidente da República, para exercer interinamente a mesma cadeira.

Nestes termos,

Pede deferimento

Paulo Reglus Neves Freire

(ARAÚJO FREIRE, 2017, pg.106).

Freire apresentou nesse mesmo ano de 1959 a sua tese, de 141 páginas, como parte das exigências legais do concurso de títulos e provas para obter o grau de Doutor, e sua efetivação na Escola de Belas Artes – um trabalho nada comum na época, intitulado *Educação e atualidade brasileira* (SOUZA, 2010, p. 37).

O concurso, com suas diversas provas, só ocorreu no ano de 1960. Em 19 de setembro, no dia que completava 39 anos de idade, Freire se submeteu à prova escrita do concurso. O ponto sorteado foi o de “n. 14: Conceito de Educação”. Ele escreveu sobre o tema à próprio punho, dez páginas em papel pautado, certamente obrigado pelo ritual acadêmico, porque nunca o fazia em seus escritos (SOUZA, 2010, p. 39).

Nesse concurso, Paulo concorreu com Maria do Carmo Tavares de Miranda, que tomou como tema uma análise da educação vinda do mundo hebraico para escrever a sua tese intitulada *Pedagogia do tempo e da história*. O

mundo acadêmico brasileiro dos anos 1950 e 1960 priorizava as ideias universais, vinda pelas mãos da França e da Alemanha, e desdenhava, deliberadamente, das coisas nossas, de nosso modo de pensar a nossa realidade (SOUZA, 2010, p. 40). Assim, este se preservava, intencionalmente, do contato com nossos problemas sociais, políticos e econômicos e, portanto, não queria reconhecer o mundo real brasileiro cheio de problemas e conflitos, pleno das contradições colonialistas, resistentes ao novo e à justiça social. A academia não tinha por que se preocupar com os sofrimentos que atingiam as classes populares, como a fome, mesmo que para sua solução tanto vinha lutando outro pernambucano, Josué de Castro (1956), mapeando e desenvolvendo soluções para a erradicação do analfabetismo.

As notas dos cinco examinadores para os concursos de títulos e provas de 1959 foram:

	Títulos	Escrita	Tese	Didática	Média
Paulo Freire	10	10	10	9	9,75
La Greca	8	10	10	9	9,25
Denizard	7	9	10	9	8,75
M. Luiza	7	7	9	7	7,50
Bettencourt	7	10	10	9	9,00
C. Correia	9	10	6	8	8,75
Maria do C.T.M.	10	10	10	10	10

Ambos (Freire e Miranda) foram aprovados e, assim, obtiveram o título de doutores; mas tendo sido a média global de Paulo Freire 9,75 inferior à de Maria do Carmo Tavares de Miranda, que foi 10, ele perdeu a titularidade da Cátedra da Faculdade de Belas Artes, sem dúvida nenhuma pela grande

diferença na média das notas da Professora M. Luiza, atribuídas aos dois concorrentes (SOUZA, 2010, p. 42).

Alguns amigos presentes à defesa de tese dos dois, de modo especial Paulo Rosas, afirmaram que Freire teria dito logo após a divulgação dos resultados: “Perdi a Cátedra, mas ganhei a vida!”, como que adivinhando, intuindo, na verdade que sua práxis ético-político-educacional posterior seria fundamental para a sua existência mesma e para a de todos que ao seu lado vinham lutando pelo sonho utópico de um mundo melhor. (SOUZA, 2010, p.44).

Paulo recebeu de Fernando de Azevedo, professor da Universidade de São Paulo (USP), reconhecimento na época e até hoje como um dos maiores educadores brasileiros, uma carta de estímulo e solidariedade, por seu trabalho educacional e sua postura diante da perda do primeiro lugar nesse concurso, escrita de próprio punho, com papel de seda timbrado:

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO

S. Paulo, 19 de dezembro de 1960

Meu Caro Paulo Freire,

Agradecido pelas palavras que me mandou do Rio, lamento sinceramente não ter tido a oportunidade de revê-lo, nessa última viagem ao Sul. Espero, porém, que na próxima vez lhe permitam as circunstâncias dar um pulo a S. Paulo, para conversamos com vagar.

Muito me edificaram a sua nobre atitude em face do resultado do concurso para provimento da cadeira de História e Filosofia da Educação e as

expressões de calorosa simpatia com que se refere à competidora, vitoriosa por décimos, segundo me informou.

A ideia que tiveram os professores da Faculdade, de se desdobrar a cadeira, e a que deu apoio à própria vencedora, é mais uma prova de reconhecimento do seu valor, demonstrando brilhantemente no concurso a que se submeteu.

V. fez-me a gentileza de informar-me sobre seus planos de sua resolução de permanecer em Recife. Creio que faz bem. É uma grande cidade, o seu centro de cultura e um dos mais importantes do país, onde se abrem, como vejo, as melhores perspectivas à sua carreira profissional.

O resultado do concurso e foram excelentes as suas provas, a julgar pela nota que alcançou não o desencorajou nem podia desencorajá-lo. Se não obteve a cadeira que disputou, é certo que ele só contribuiu para confirmar a sua autoridade na matéria e o justo prestígio que já havia adquirido.

É persistir agora, sem desfalecimentos. Não tem qualquer razão para desanimar. O seu trabalho Educação para o desenvolvimento, que li com o maior interesse, justifica as esperanças que despertou. Que venham outros.

Com os nossos melhores votos de felicidades no ano novo e nossas recomendações à sua Senhora, um abraço muito cordial do Fernando de Azevedo.

(ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 112).

3.1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Por não ter sido classificado em primeiro lugar, Paulo precisou deixar o cargo de Professor Catedrático interino da cadeira de História e Filosofia da

Educação da Escola de Belas Artes, com exercício a partir de 15 de março de 1952, e foi exonerado, a pedido, em 3 de março de 1961, conforme decreto de 16 de maio de 1961, publicado no Diário Oficial na mesma data (Folha de Informação e Despacho da UFPE de 11/12/89 *apud* ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 115).

Com sua aprovação no concurso e a obtenção do título de doutor, Paulo, por intermédio da Portaria n. 30, de 30/11/1960, foi nomeado para exercer o cargo de professor de Ensino Superior da cadeira de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife, tomando posse e exercício em 02/01/1961 (Folha de Informação e Despacho da UFPE, de 11/12/89); sendo nesse ano classificado no cargo de Professor de Ensino Superior, Nível 17, de acordo com o artigo 19, da lei n. 3.780 de 12 de julho de 1960, passando a integrar o Quadro de Pessoal da Universidade do Recife, de conformidade com o Decreto n. 51.352, de 23 de novembro de 1961 (Certidão da Seção de Administração da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Pernambuco, em 18 de fevereiro de 1965 *apud* ARAÚJO FREIRE, 2017, p. 118).

Nessa faculdade, Freire foi assistente do Professor Catedrático Newton Sucupira, a seu convite, apesar das diferenças de leitura de mundo entre os dois. Em muitos pontos com pensamento praticamente antagônicos, a harmonia entre eles foi possível diante do mútuo respeito e verdadeiro espírito de tolerância de ambos.

A inquietação inovadora e criativa de Paulo, e certamente essa condição de assistente, mesmo que com certa liberdade de ação, levou-o a estimular o seu amigo reitor da Universidade do Recife, João Alfredo da Costa Lima, a realizar um sonho também: o Serviço de Extensão Cultural.

3.2. A Livre-Docência da Escola de Belas Artes

Em 14 de agosto de 1961, o reitor da Universidade do Recife, João Alfredo da Costa Lima, assinou a Portaria n.37, usando da atribuição que lhe confere o art. 17, alínea C, do Decreto n. 21.904, de 8 de outubro de 1946, e, tendo em vista o que consta do Processo U.R. n. 13.762, de 4/10/60, RESOLVE conceder o certificado de Docente-livre da cadeira de História e Filosofia da Educação, da Escola de Belas-Artes da mesma Universidade, ao Dr. PAULO REGLUS NEVES FREIRE, aprovado em concursos de títulos e provas para a referida cadeira.

Esse diploma de livre-docente lhe foi entregue em 23 de abril de 1962, diante da Congregação da Escola, conforme convite da Secretaria desta, datado de 18 de abril de 1962.

3.3. A ficha funcional da Universidade do Recife - Universidade Federal de Pernambuco: perseguição e anistia

Prossegue a certidão sobre a vida profissional de Freire na universidade pernambucana: que aprovou o sistema de classificação de cargo da mesma Universidade, passando para o Nível 20, de acordo com o Art. 9, da lei n. 4.345, de 26 de junho de 1964, que esteve afastado do exercício no período de 3 de setembro de 1963 a 14 de maio de 1964, à disposição do Sr. Ministro da Educação, conforme ofício n.578, de 14 de novembro de 1963, do Diretor da Faculdade de Filosofia; que esteve detido pelo comando do IV Exército, no período de 17 de junho a 10 de julho de 1964, para investigações; que foi demitido em 9 de outubro de 1964, conforme Decreto publicado no Diário Oficial da mesma data, (Certificado da Seção de Administração da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Pernambuco, em 18 de fevereiro de 1965 *apud* SOUZA, 2010, p. 42).

Paulo esteve lotado no quadro da Universidade do Recife, de 15 de março de 1952 até o golpe civil-militar de 1 de abril de 1964, quando, por força deste, foi aposentado de seu cargo de professor ao lado de colegas e servidores, pelo Decreto de 8 de outubro de 1964:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7, parágrafo 1 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 e tendo em vista o que foi apurado em processo de Investigações Sumária, de que trata o Decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964, resolve aposentar sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos fazendo jus aos proventos correspondentes aos cargos ocupantes, proporcionais aos anos de serviço. Paulo Reglus Neves Freire no cargo de Professor Catedrático da Escola de Belas Artes e no cargo de Assistente de Ensino Superior da Faculdade de Filosofia, ambas da Universidade do Recife. Brasília, 8 de outubro de 1964; 143 da Independência e 76 da República. H. Castelo Branco.

Esse Decreto foi publicado do Diário oficial da União de 9 de outubro de 1964, Seção I, Parte I, página 9.218.

Na impossibilidade de retornar ao Recife e assumir, de fato, as aulas na universidade onde tinha começado a sua vida acadêmica, porque tinha compromissos e contratos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas, Freire resolveu pedir a sua verdadeira e definitiva aposentaria. Em 9 de outubro de 1987, o magnífico reitor despachou:

No uso de atribuições conferidas pelo artigo 9, alínea a, do Decreto n. 59.676, de 6 de dezembro de 1966. RESOLVE Conceder aposentaria, de acordo com os artigos 176, inciso II e 178, inciso I, da lei n.1.711, de 28 de outubro de 1962, com redação dada pelo artigo 1 da lei n.6481, de 5 de dezembro de 1977, especificamente no que diz respeito à alteração do artigo 178, respeitado o

disposto no inciso I, alínea “a”, a PAULO REGLUS NEVES FREIRE, MATRÍCULA n. 117-1.528.175, no cargo de Professor Adjunto, Referência 04, cadastro n. 291919, do quadro permanente desta universidade, lotado no Centro de filosofia e ciências humanas, em regime de 20 horas, com proventos correspondentes ao vencimentos integral do cargo, acrescidos da gratificação adicional de que trata o artigo 10 da lei n. 4.345\64, no percentual de 35%. Em consequência, declarar vago o cargo acima mencionado.

Reitoria da universidade federal de Pernambuco, em 9 de outubro de 1987, 166 da Independência e 99 da República. Assinado: Professor George Browne Rego, Reitor. Publicado no DO de 27\10\1998, Seção II, p. 5659.

Com a “caça às bruxas” levada a efeito logo nas primeiras horas do golpe civil-militar de 1964, nada sobrou na sua sede da documentação e dos trabalhos educativos do SEC e da atuação dos seus idealizadores e do seu primeiro diretor Paulo Freire.

O material do Método de Alfabetização foi apreendido nas dependências do SEC dentro do campus universitário pelo Exército Nacional e grande parte dele apresentado nas TVs do país como prova da subversão comunista que inunda o país, diziam os que estavam a favor do golpe civil-militar e contra o povo.

A alfabetização do povo era entendida como ato de insanidade dos comunistas às ordens dos governos e dos movimentos autoritários internacionais, absolutamente associada ao perigo ameaçador à segurança nacional, das desordens que levam o caos ao Estado. É importante enfatizar que foi no SEC, da Universidade do Recife, que Freire desenvolveu e sistematizou cientificamente o seu método de alfabetização, em seu diálogo constante com

seus pares professores, que também teorizaram, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento do método com fins na transformação social.

4. Educação e atualidade brasileira: uma abordagem do Novo Sujeito Industrializado

A tese de Paulo Freire, a qual foi submetida para o Concurso de cátedra da Escola de Belas Artes, traz junto de si uma realidade do país. Ela relaciona questões históricas, formação da cultura brasileira, atualidade, tradição política e uma sociedade em *trans-formação* (FREIRE, 2003, p. 127).

A busca que Paulo Freire faz em sua tese é uma atualidade do ser nacional, ou seja, do novo sujeito que será analisado e mapeado historicamente. O despertar da consciência, que tanto recebeu da filosofia da existência, era por Freire referido, em grande medida, ao plano da nação enquanto despertar da consciência para uma realidade nacional.

Na sua tese e posteriormente nos trabalhos de 1964 não há a mera análise da atualidade brasileira, mas uma interpretação da história brasileira. A contribuição da escola torna-se fundamental para fazer uma noção de sujeito histórico, pois será nesse espaço onde nasce a consciência da pedagogia do encontro. Aqui, a liberdade é pensada como liberdade existencial, como descoberta de si mesmo como pessoa livre (FREIRE, 2003, p. 150) capaz de optar e decidir sobre si mesmo – ou seja, a liberdade é um ato do sujeito em sua postura de mundo. O conceito de transitividade, para Freire, tem uma leitura de postura de mundo em relação à posição que o indivíduo desenvolve contra a fanatização política (MARCEL, 1955, p. 43). Um país onde uma urbanização entra em pauta econômica, a leitura do sujeito começa a ter uma posição que esclarece sua necessidade de *trans-formação*.

A educação é uma forma de investigar esse Novo Sujeito Industrializado, mas é uma pedagogia da comunicação, uma pedagogia que combate o desamor ácrítico do antidiálogo. O Novo Sujeito Industrializado, investigado e afirmado

por Paulo Freire, tem sua formação na personalidade democrática, ou seja, é a postura individual do sujeito na sua leitura da dinâmica econômica no fato social (MANNHEIM, 1986, p. 48).

Vale perguntar: como formar a personalidade democrática? Para essa pergunta, Freire desenvolveu uma resposta colocando os fatos sociais sob a ótica da leitura histórica em que os anos 50 estavam sendo favoráveis. O Brasil, em seu processo histórico, só tinha feito sujeitos com inexperiência democrática, sem participação nas questões nacionais. O Brasil era um país de elites patriarcais, voltadas para o seu bem-estar (FREYRE, 1977, p. 210).

Assim, por meio de um novo estado, de um novo processo de democracia, pensamos em um novo sujeito. Paulo Freire centraliza esse processo de interpretação da realidade: é a conscientização, é a formação de mentes abertas. O que é preciso aumentar no povo é o seu grau de consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço; dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento. E o problema se faz então um problema da educação e da organização ideológica (FREIRE, 2003, p. 293).

A tese de Freire é o iluminismo dos anos 1960, trazendo luz à reflexão e análise do novo sujeito histórico. A educação para o nosso educador é uma prática da liberdade, não existe uma distinção entre pensar uma educação sem pensar em esclarecer o sujeito. A práxis e a reflexão são inseparáveis na ação educacional, assim tornam-se a maneira de ser no mundo.

O fator de mudança para Freire é a postura de investigar a si mesmo, ou seja, o sujeito é colocado como agente político da democracia: não existe uma distinção entre a democracia e pensamento. A democratização é a postura histórica que Freire propõe como uma educação libertária.

O Novo Sujeito Industrializado é aquele que está inserido na democracia, que utiliza a experiência democrática e promove o diálogo para romper com o pensamento colonial que se tornou uma tradição no pensamento educacional, assim chamada por Freire de inexperiência democrática, onde não existe participação popular.

O Brasil estava em diálogo com a industrialização. A ideologia do desenvolvimento era um processo de função da consciência das massas, ou seja, estava saindo do pensamento de colônia e entrando para a industrialização, colocando o trabalhador em discussão (PRADO JR., 1975, p. 225). A inexperiência democrática, que é uma consciência ingênua, coloca-se contra esse Novo Sujeito Industrializado, contra a realidade, enquanto que a consciência crítica se integra à realidade (FREIRE, 2003, p. 117). A consciência crítica é libertária pois é uma prática nacionalista capaz de possibilitar um existir brasileiro.

A conquista da hegemonia política burguesa no projeto ideologia do desenvolvimento trouxe uma realidade nacional: o Brasil não podia mais ficar à margem da história. Pensar um país com projeto foi a pauta dos anos 50 e meados dos anos 60, em que a questão era colocar uma educação que se voltasse para a preocupação do estado. Era uma educação crítica da realidade nacional, era pensar um estado, romper com a ideologia colonial, pensar um Brasil. A tese *Educação e atualidade brasileira* é um estudo do nacional desenvolvimentismo que valoriza a análise do sujeito.

São dois fatores que Freire parte para esclarecer uma educação crítica: o histórico e o social (filosófica e antropológica). O autor define educação:

Educação implica uma busca realizada por um sujeito que é o indivíduo. O indivíduo deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (2003, p. 125).

Assim, chegamos onde Paulo Freire relaciona que uma sociedade fechada é aquela que não dialoga com sua história, ou seja, não existe comunicação nas consciências, é através da consciência que ganha a realidade (FREIRE, 2003, p. 122). A consciência crítica é uma sociedade aberta para projetos de industrialização, não voltada para uma postura fatalista (MARCEL, 1955, p. 50). A sociedade alienada não tem essa característica, pois não desenvolve consciência de seu existir. A percepção ingênua resulta em uma postura fatalista (MARCEL, 1955, p. 60).

Freire desenvolve sua perspectiva de caráter humanista através da comunicação, com ênfase na ideologia isebiana. Para os isebianos, a consciência crítica não é consciência de classe, e a totalidade que se almeja conhecer não é a totalidade do capitalismo, mas uma totalidade que é dada por um esquema Faseológico (TOLEDO, 1997, p. 32).

A tomada de consciência histórica é a práxis transformadora da realidade. É através dessa consciência que o sujeito percebe sua postura de ser. O ato de ser histórico é um ato de comunicar, ou seja, comunicar é comunicar-se em torno do significado significante (FREIRE, 2003, p. 150).

O sujeito é um ser ontologicamente aberto, é um ser histórico. Sobre suas antinomias, desenvolve sua consciência transitiva, ou seja, faz do sujeito ser capaz de questionar abertamente com sua noção de mundo (FREIRE, 2003, p. 153).

Uma vida pública é ter uma consciência transitiva, isso para Freire é sua antinomia fundamental. A industrialização do país é colocar a transitividade ingênua contra a transitividade crítica. O diálogo é uma consciência transitiva, é um processo histórico. Com isto, o diálogo é um ato de democracia e um ato de educação emancipatório. Cabe mencionar que a democracia que Freire define

em sua tese é a perspectiva de uma consciência transitiva que se coloca contra a massificação e a intransitividade (FREIRE, 2003, p. 155). O processo de transitividade de consciência tem seu efeito na educação, que desenvolve um diálogo contra os diálogos da massificação (MARCEL, 1955, p. 70).

A consciência fatalizada de Marcel é uma sociedade fora dos processos históricos, onde não existem diálogos. Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio sujeito. Assim, para fazer uma educação atual é necessário fazer uma análise histórica do indivíduo (MARCEL, 1955, p. 70). A educação deve estimular a opção e afirmar o sujeito como sujeito. Adaptar: não acomodar, mas *trans-formar*. O sujeito é de interação com o mundo.

O indivíduo de Práxis é aquele que faz seu mundo histórico cultural, que desenvolve a mudança. Do ponto de vista filosófico, um ser ontologicamente é para si e se transforma em ser para outro quando, perdendo o direito de decidir, não opta e segue as prescrições de outro ser (HEGEL, 1966, p. 85). Suas relações com este outro são as relações que Hegel chama de consciência servil para a consciência senhoril.

A mudança cultural para Freire é a uma consciência crítica que, voltada para a transitividade, faz o processo de novas ideias de sociedade. A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental: mudança (FREIRE, 2003, p. 127).

O conceito de Antinomia fundamental é a superação da consciência ingênua, que asfixia a marcha democrática. A Atualidade brasileira é a antinomia fundamental, coloca-se contra a inexperiência democrática, a imersão do povo na vida pública é a experiência democrática (FREIRE, 2003, p. 132). É dessa Antinomia fundamental de que a atualidade brasileira vem se nutrido e de

que se ramificam outros termos antinômicos, é a que se manifesta no jogo de dois pólos: de um lado a inexperiência democrática, formada e desenvolvida nos limites típicos de nossa colonização; do outro lado, imersão do povo na vida pública nacional, provocada pela industrialização do país. A antinomia que Paulo Freire analisa em sua tese é o sentimento do estado nacional, o progresso de industrialização que colocava o sujeito em análise da história.

A inexperiência histórica não é a consciência crítica; é a inconsistência ideológica. É o afastamento do sujeito de sua noção de mundo, é a educação bancária (FREIRE, 2003, p. 185). O problema da industrialização era como relacionar o sujeito com a ideia de sua imersão na vida pública. Um Novo Sujeito Industrializado ganhava mais espaço no cenário da problemática educacional.

Uma democracia em aprendizagem, na fase atual da vida brasileira, vinha se fazendo com o processo do nosso desenvolvimento econômico (PRADO JR., 1975, p. 280). O processo de industrialização é a participação política e social que se coloca contra a inexperiência democrática; um processo anticultural que promove um antidiálogo.

O pensamento semicolonial coloca como necessária a dinâmica como estrutura econômica a necessidade de posturas superficiais que assim se faz uma consciência intransitiva. A ideologia do desenvolvimento é um processo de participação da superação da inexperiência democrática; é um processo de transformação.

Então, quais são os problemas da educação? Pode-se afirmar que a educação organiza e faz o processo da ideologização, promovendo um grau de consciência. É uma dialogação do sujeito brasileiro, é a industrialização e o agir. O que se torna vital para a democracia é uma educação participativa, uma

educação que coloque em prática esse diálogo. É a consciência transitiva-crítica.

Pensar em uma atualidade é pensar nos avanços da democracia e fazer uma sociedade aberta. A sociedade, que é feita na inexperiência democrática, é desenvolvida em uma consciência transitiva ingênua que tem a simplicidade na interpretação e é frágil na argumentação histórica; é a massificação (MARCEL, 1955, p. 77). A transitividade crítica, que é a experiência democrática, é desenvolvida na interpretação de problemas, partindo para análise de problemas, o que humaniza os indivíduos. A consciência intransitiva é o descompromisso entre os sujeitos e a sua existência; é a ausência de interpretação. A transitividade da consciência permeabiliza o sujeito, faz dele um ser mais vibrante (BARBU, 1958, p. 90).

O Novo Sujeito Industrializado é uma consciência crítica que coloca o existir como conceito dinâmico. É uma consciência transitiva, um diálogo autêntico. O sujeito, qualquer que seja seu estágio, é sempre um ser aberto. Ontologicamente aberto. É uma luta contra a consciência intransitiva como limitação da apreensão. A massificação de Marcel é essa consciência-intransitiva-ingênua. Consciência Fatalizada, perigo de uma sociedade em transição.

Um autor que Paulo Freire traz em pauta em sua tese é Zevedei Barbu, um autor que tem em sua preocupação uma democracia em direção à mudança de pensamento. Democracia para Barbu é um processo de consciência e de diálogo, configurando a mudança de postura social. Para o autor, a democracia é feita através de núcleos de aprendizagem com a história do sujeito e sua cultura. Assim, sendo um aprendizado com a história, é contra o descompasso da inexperiência. A democracia é também um agir educativo no sentido da

democracia. A aproximação de Freire com Barbu é na noção de uma educação para a democracia que rompe as amarras de uma sociedade fechada.

Nos anos 50 e 60, Freire, em sua tese, atesta que traz rumos para uma consciência crítica, pois a industrialização era um processo histórico (FREIRE, 2003, p. 160). A inexperiência democrática, por sua vez, é um sufocamento da democratização. Ela enfatiza tendências desumanizantes, inerentes ao surto de industrialização, como a massificação do homem.

A industrialização do Brasil nos anos 1950 e 60 era a democratização. Era colocar o sujeito na experiência democrática, o desenvolvimento da cidade, o ajustamento da transitivação da consciência. É o aumento da percepção do Novo Sujeito Industrializado, participação do histórico nacional.

Paulo Freire utiliza a industrialização para humanizar o sujeito, sendo um processo democrático é uma perspectiva do imperativo existencial. A educação terá espaço nesse novo processo de democratização nacional — uma educação contra o pensamento colonial. A educação é uma antinomia fundamental que colocará todas as experiências contra o pensamento fora desse progresso. Será uma educação contra a decadência do patriarcado rural.

O crescimento da vida na cidade, que desenvolve a industrialização, cria uma sociedade dramaticamente em trânsito. O trânsito é a rigidez estática da impermeabilidade do autoritarismo, fatos do patriarcado, em direção à permeabilidade e à plasticidade da sociedade querendo fazer-se democrática. Trânsito este que a família brasileira não tinha feito.

O perigo da época era não relacionar os problemas históricos, não relacionar a educação para a consciência crítica; era paralisar na *laissez-faire*, mas fazer de forma urgente a ruptura entre o patriarcado e desenvolver o Novo Sujeito Industrializado. A caracterização da atualidade dos anos 50 e 60 era a

falta de determinação na contextualização histórico e cultural em dois ângulos: a democratização crescente do país e a consciência intransitiva para a transitivo-ingênuo.

O Novo Sujeito Industrializado é a consciência do impulso da industrialização; é a retirada da existência bruta, é o sujeito histórico, é o diálogo. O impulso da industrialização é a necessidade de uma formação, mas não a formação na questão técnica.

A nossa atualidade processualmente dinâmica se situa no ontem, nas raízes de nossa inexperiência democrática, mancha desumanizante do trabalho escravo. A instabilidade econômica dos senhores de engenho no século XIX se dava pois raros cuidavam de conservar ou desenvolver riquezas. O resultado é que muitos nascidos ricos chegaram à velhice melancolicamente pobres, mas desdenhosos de ofícios mecânicos, que delegavam aos europeus e aos escravos.

O impacto da industrialização era o desenvolvimento direto do Novo Sujeito Industrializado. Estas condições faseológicas favorecem uma revisão, uma postura de ser. Então, a pergunta é: como colocar o sujeito no processo de industrialização e como será a escola? Analisando e salientando a antinomia fundamental da nossa atualidade. Essa antinomia e ramificações suas, ou alongamentos seus, são revelados sempre no comportamento social e político do sujeito brasileiro.

Os aspectos atuais da sociedade devem ser pensados através de uma escola que tenha sua dinâmica com o social, não fora da realidade. É uma heterogeneidade de etapas, a industrialização. É o desenvolvimento da existência histórica.

O ato de educar é um ato para a opção, é a antinomia da atualidade que se desenvolve na passividade. Não existe criticidade, é uma educação sem participação que dissuade a capacidade de escolha.

O esforço do desenvolvimento econômico é contra a inexperiência democrática, é o centralismo asfixiante. A conexão entre a inexperiência democrática e as antinomias da atualidade é a impermeabilidade de atuação do sujeito.

O Brasil viveu uma condição própria para uma revisão da educação, em termos de autenticidade, como nos anos 50 e 60, apesar de todas as contradições que vem caracterizando a atualidade. A tarefa da educação é superar as antinomias da atualidade e direcionar o sujeito para sua análise de postura de mundo. Fazer deste sujeito um crítico de sua história.

O Novo Sujeito Industrializado é esta síntese histórica. O progresso econômico é apenas um processo da emancipação popular, não existe uma revolução sem passar pela industrialização; fazer um novo sujeito é pensar em um plano de nação. É desenvolver a consciência crítica, é a ruptura da inexperiência democrática, é o desenvolvimento para uma educação que traz, em seu diálogo, a história e os fatos sociais.

A fase que o Brasil viveu nos anos 60 possibilitou uma realidade que apresentou uma consciência que acompanha o problema da origem desta, de sua natureza e da função que, enquanto representação dos acontecimentos objetivos, lhe cabe desempenhar, não só para ser interpretação correta daquela realidade, como, sobretudo, para ser instrumento eficaz de aceleração das transformações em curso (FREIRE, 2003).

O conjunto de condições objetivas que constitui o estado de uma comunidade nacional é sempre acompanhado por uma consciência social, em

que se reflete. Mas o conteúdo da representação admite extensa variedade de graus de clareza na percepção, desde as formas tão pouco esclarecidas que confinam com o inconsciente, até as que dispõem de lúcida percepção das ideias e noções resultantes dos reflexos dos fatos na consciência coletiva.

O sujeito histórico industrializado atingiu uma etapa do seu processo que começa a produzir uma profunda alteração em sua consciência. Ao lado de frações consideráveis, representadas por indivíduos, grupos e instituições – ainda portadores de formas de pensar agora destruídas de validade, em virtude de transmutações do contexto real, que as relegaram à condição de sobrevivência –, começam a despontar novas modalidades de pensamento, determinadas pelas circunstâncias novas, que devem esclarecer, e diferindo, por isso, das anteriores, ainda presentes, não por simples discordância de doxas, mas por diferença de ordem qualitativa.

Enquanto a antigas, embora subsistentes, são reflexo de situações da comunidade brasileira já revogadas por força da expansão histórica e das modificações dos seus fundamentos reais, e, assim, não mais são capazes de interpretar fielmente os fatos e de conduzi-los, as novas modalidades de pensamento revelam uma consciência em plena formação, motivada por essenciais alterações da nossa estrutura social e econômica, em início de desenvolvimento. Há, indubitavelmente, um novo sujeito histórico industrializado em ascensão no seio da sociedade brasileira, mas, não sendo ainda dominante, luta por se definir a si própria e refutar os modos de pensar precedentes.

O Brasil estava vivendo um período em que diferentes configurações de ideias, representando cada qual um modo de compreensão da realidade, combatem pelo direito de serem reconhecidas como legítimas e de assumirem a direção política do processo nacional (SODRÉ, 1961, p. 22).

As velhas representações têm tudo a seu favor: o prestígio intelectual, a tradição de comando, os hábitos gerais, a linguagem adequada; tudo exceto a verdade, pois as ideias que exprimem não mais correspondem à lógica dos fatos. O Novo Sujeito Industrializado nasce do acordo com a realidade em emergência, mas, estando em começo, sofre de natural dificuldade em competir com a outra. No entanto, também possui os conceitos que exprimem a verdade dos aspectos originais da realidade nacional, e pode incentivar o desdobramento das condições seguintes. Trava-se, assim, uma luta entre modos de pensar representantes de atitudes e de interesses antagônicos no interior da mesma comunidade, luta que tende a se tornar particularmente aguda no caso da sociedade brasileira.

Sem dúvida, em todos os tempos e em qualquer comunidade tal situação se faz presente, pois a mobilidade do real é incessante, e sempre haverá modalidades de consciências opostas, umas interessadas na conservação do estado de coisas presentes, outras procurando derogá-los. Mas, tratando-se de um país em fase de intensificação do processo de desenvolvimento econômico, como o Brasil dos anos 60, essa luta reverteu-se em maior intensidade.

Mostra-se mais nítido o desencontro dos modos de pensar em uma situação como a nossa, afetada por maior rapidez de transformações. Eis porque ao pensador que dela participa se oferece uma oportunidade mais feliz de surpreender o jogo das oposições que aí se travam, e de se ocupar desse tema, que não tem para ele significado gratuito, de questão filosófica geral e abstrata, mas envolve a escolha de uma posição em face dos acontecimentos.

Ao verificar a divergência do Novo Sujeito Industrializado, a disparidade entre os modos como setores distintos da comunidade representam o estado objetivo da nação, o filósofo é levado a indagar como se vieram a produzir essas

divergências, qual a razão que as explica, que sentido tem, e que critério o deve guiar para decidir-se em face delas.

Posto assim, o tema se converte no tema da origem, do significado e valor da consciência da realidade nacional (FREIRE, 2003). Examiná-lo é, em última análise, depois de recolhidas as contribuições de cada uma das ciências sociais, tarefa filosófica, pois diz respeito à compreensão do processo da realidade em geral, e da realidade histórica, que é a nação, em particular, bem como à investigação da formação do Novo Sujeito Industrializado que reflete o estado de coisas exterior a ele.

Não faltam, na obra dos nossos sociólogos, historiadores, teóricos políticos e economistas, preciosas reflexões a elementos essenciais para o correto empreendimento da análise indicada. Mas estas não dispensam, ao que parece, que intentemos contribuir para realizá-la e chamemos a atenção de outros, para que igualmente se devam à consideração do assunto.

Esclarecer a questão da origem e das formas de consciência da realidade nacional não é matéria de dissertação acadêmica, mas diz respeito à nossa própria situação pessoal, pois temos de tomar partido em face das circunstâncias que nos envolvem, e para tanto devemos ou concordar com um dos modos de pensar que encontramos já formulados por outros ou criar para nós mesmos uma interpretação própria.

Seja como for, necessitamos ter consciência da teoria da consciência com que enfrentamos a realidade, saber porque motivo pensamos o que exprimimos, ou assentimos no que outros dizem, formando com eles uma corrente de doxas, que atua como força social a favor de certos acontecimentos, obstando ou resistindo a certas modificações.

Em uma sociedade quiescente ou em ritmo lento de crescimento, a exigência deste exame dos modos coletivos de pensar é pouco sentida, pois a mentalidade tradicional vigente é acatada sem objeções, uma vez que é razoavelmente capaz de atender aos fatos, nada ocorrendo de original que crie conflito com o sistema de conceitos pacificamente aceito. Quando, porém, consideramos o caso de uma realidade como a nossa, em pleno surto de expansão, o conflito não só é inevitável como é generalizado, ninguém podendo ficar à margem dele.

O processo de formação dessa consciência do Novo Sujeito Industrializado explica por que motivo se constituem diversas modalidades de representação da realidade, e sobretudo descreve-as cuidadosamente para defini-las sem equívocos.

Sentido como tal a sua tarefa específica, o filósofo da nação em desenvolvimento não está apenas resolvendo um problema pessoal, mas trazendo valiosa contribuição ao esforço de toda a comunidade.

Aceitando, pois, o tema, e dando início à investigação, vê-se que o problema se desdobra em numerosos aspectos de complexidade crescente. Não poderá, talvez, chegar, na primeira tentativa, a produzir uma concepção completa e inatacável; terá de contentar-se em abrir caminhos e tocar em numerosos pontos, que serão objeto de reflexões tópicas, nem sempre lhe sendo possível reuni-las em construções regulares.

O caráter de meditação livre, evidente, no trabalho aqui apresentado, é inerente à situação do autor diante do assunto. Desejando pensar por si mesmo o problema que escolheu, sem a preocupação de compendiá-lo em uma exposição didática, quis valer-se dos conhecimentos hauridos na sua formação intelectual para, com o auxílio deles, investigar o tema que se propôs.

A liberdade da meditação a que se devotou explica a ausência de dissertações expositivas dos conceitos e doutrinas de que se utiliza ou a que alude, bem como alguma desordem na disposição da matéria e a ocasional retomada dos mesmos assuntos a propósitos de questões diferentes. Contudo, julga o autor que a unidade do livro, dentro destas peculiaridades, está assegurada pela fidelidade ao objetivo último: o esclarecimento das formas, da razão de ser e do valor das diferentes modalidades de representação consciente da realidade nacional.

Considerar a realidade da nação significa peculiar maneira de abordar o problema da realidade, sem a preocupação de estabelecê-lo em termos de tanta generalidade que venha a assumir o tratamento de caráter metafísico, com que frequentemente se analisa a ideia de realidade. Sendo esta delimitada ao seu aspecto de realidade de uma nação, também a questão da consciência que dela se tem precisa ser especificada. Não iremos discutir o problema genérico da relação entre o pensamento e a coisa, entre a consciência e a realidade, mas apenas o das relações entre a representação de uma consciência coletiva e a realidade nacional correspondente.

Os caracteres específicos desta relação colocam a questão da consciência em termos especiais, não tão universais quanto os da relação final do pensamento ao ser, mas com aspectos particulares, que importa desde logo elucidar.

A natureza físico-histórica do objeto, a nação e a social do sujeito, a consciência coletiva, impõem traços originais à relação de representação, entre ambos estabelecida. Contudo, não haveria possibilidade de enfrentarmos a questão, se não possuíssemos uma prévia concepção da natureza da consciência, da sua origem e situação em face da realidade, em geral.

Ainda que não discutamos este problema, a solução que se aceita é subjacente a todas as nossas discussões, e consiste em reconhecer o primado da objetividade sobre a representação que a consciência dela tem. Os conteúdos desta reproduzem aquilo que existe independente dela e que, por suas condições próprias, a afeta e determina. Os fatos, as coisas, os outros sujeitos e as relações entre eles refletem-se na consciência e nela se tornam percebidos.

De tal percepção resultam atos que modificam a realidade segundo o projeto que o Novo Sujeito Industrializado concebe à luz das ideias que nele se formaram. A operação sobre a realidade é criadora de coisas e de situações que, sem aquela ação, não existiriam.

O papel ativo do Novo Sujeito Industrializado é consubstancial à sua natureza de reproduzir em imagem a verdade da existência objetiva. Mas, o reconhecimento desse papel ativo e criador da consciência, fazendo ver que muitos objetos são a concretização de uma ideia, que presidiu à sua fabricação, pode levar a crer, erroneamente, que a realidade toda esteja nas mesmas condições, ou seja, derive da consciência, tornada, assim, o ser primeiro, o próprio ser, original, cosmogônico.

Não será, possivelmente, a consciência individual, limitada, temporal, a quem se atribuirá essa função criadora, pois bem se percebe a sua emergência ocasional em um mundo material preexistente; mas, com facilidade, pode-se imaginar a existência de outra consciência, mais geral que a do indivíduo, um espírito universal, entidade transcendente, que desempenharia o papel de antecedente inicial de toda a realidade (HEGEL, 1971, p.151). Neste caso, o mundo onde nos achamos derivada dela, seria a concretização das ideias em fatos e objetos infinitamente dispersos, mas não teria realidade independente do pensamento (HEGEL, 1971, p. 152).

O problema da realidade nacional torna-se essencial, e deixa de ser simples pergunta filosófica abstrata. A cada momento do processo histórico a sociedade, por seus diversos grupos e classes, produz coletivamente várias imagens de sua existência e tais representações é que irão determinar os julgamentos sobre os fatos, os projetos de práxis e as ideias que a comunidade tem por adotar.

A possibilidade de a consciência se expressar nesta dupla forma apresenta a questão da consciência social de modo distinto daquele que a vê de fora, com critério estatístico, considerando-a como o pensamento generalizado de toda uma comunidade ou de frações ponderáveis dela. Esta última concepção da consciência social é um dado sociológico verdadeiro, apreciável objetivamente, mas, deste aspecto tão-somente, não revela todo o seu significado. O que nos parece importante é referi-la à subjetividade individual, resolvê-la na multidão das pessoas que a compõem, e examinar de que modo, por que mecanismos, partindo da representação, necessariamente sempre individual, se organizam as modalidades coletivas do pensar.

O Novo Sujeito Industrializado acredita que exprime o que qualquer outro também pensa. Desta maneira, sua representação, realmente privada, assume a seus olhos significação geral e dá-se então esta inversão: em vez de admitir que a consciência comum é produto do seu modo pessoal de pensar, agregado ao de todos os demais, julga que pensa assim porque tal é a consciência universal da comunidade.

A consciência das classes ou grupos uniformiza-se, sem dúvida, pela comunidade de fundamento econômico em que repousam, mas esta relação entre a representação e o seu suporte não se explica por uma transição imediata, e sim por meio da referência à vivência individual da situação criada para cada sujeito pela sua colocação no processo da sociedade.

Nada acontece no plano do real nacional que não tenha de ser referido a conceitos gerais, que não possa e não deva ser apreciado segundo uma pauta de valores, de ideias diretoras, que constituem categorias.

O fato essencial para a análise que estamos empreendendo é que tais categorias não faltam nunca, quer se trate de consciência tímida e pouco esclarecida, quer de dominante. A consciência inculta, quando crítica, não é menos dotada de categorias de pensamento do que a representação que se presume competente.

Não é menos a partir de ideias gerais que o sujeito do povo enuncia os seus julgamentos. O que lhe dá a aparência de inculto é a ausência de reflexão sobre as categorias a partir das quais elabora o pensamento, é a ignorância das ideias em função das quais se processa o pensar. A consciência inculta pode, tão bem ser crítica quanto a esclarecida ser ingênua. O esclarecimento define-se pela reflexão sobre as ideias gerais por que se orienta, e estas podem perfeitamente ser ingênuas.

Se assim é, define-se o grau de claridade crítica da consciência da realidade pela auto compreensão das categorias que conformam os seus enunciados. Uma consciência é tanto mais capaz de representar a realidade quanto melhor conhece: i) as ideias gerais de que se está servindo para formular a sua representação; ii) a razão por que são essas, e não outras, as ideias gerais que utiliza.

A resposta a esses dois itens encerra temas de uma maior relevância para a análise. Em conjunto, esses temas constituem o problema da origem das categorias, de seu inventário, valor e mecanismo de aplicação. Dada a natureza particular do universo, a realidade da nação, e a da intenção que nos impulsiona, sociológica e não metafisicamente, convém desde logo fixar esta afirmação, que

será o ponto a que prenderemos o nosso fio condutor: as categorias da consciência autêntica da realidade são determinadas por essa mesma realidade. Estas hão de ser induzidas empiricamente da objetividade que devem configurar, do real para cuja inteligência servirá, e isso com caráter dinâmico, pois o substrato de que procedem é o processo social.

Fica excluída, portanto, toda construção *a priori*. A teoria geral da consciência da realidade nacional, partindo da constatação das diversas modalidades de representação, deve decidir em que consistirá a excelência que reconhecermos em uma delas, sabendo desde já não ser admissível atribuir à presença do sujeito em um suposto ponto privilegiado no espaço social a melhor compreensão. Terá de definir-se como mais legítima, mas autêntica, em razão da apercepção, com plena clareza, das categorias ou dos conceitos de que procede o seu comportamento, bem como dos motivos que determinam a elevação dessas ideias, colhidas da experiência, à condição de ideias gerais ou categorias de conhecimento.

A consciência, que se sabe sempre situada em um ponto-de-vista, só deve admitir-se como relativamente superior quando incorpora um conjunto mais vasto de fatores da realidade e é capaz de estabelecer de forma correta, ou seja, verificada na prática, a espécie de relação existente entre eles, quando colhe do mundo real maior número de aspectos, mediante os quais determina com maior objetivamente os conceitos genéricos de que serve, como critério de seus julgamentos.

Sinal da sua melhor percepção é a possibilidade de, a partir do seu ponto-de-vista, interpretar as outras interpretações como menos consciência da multiplicidade de fatores que condicionam a dinâmica do processo da realidade nacional, e da significação própria de cada um. Assim, a descrição dos caracteres que especificam os diferentes tipos da consciência do real mostrará

que as formas mais elementares não são as de menor raio de julgamento, mas as de maior simplificação de apreciação.

Consistindo a consciência da realidade na representação possuída pelo sujeito histórico, que é sempre existente em comunidade, ao considerarmos as ideias nas quais se resolve essa representação, somos levados a distingui-las em duas classes: ideias que não tem por objeto imediato a própria comunidade, e ideias que se referem à comunidade como tal.

Com efeito, a consciência que deriva da circunstância total, física e social, só algumas vezes objetiva essa própria circunstância. Nos outros casos, a consciência tem como objeto os aspectos particulares, incluídos nessa circunstância, reflete sobre eles, os conhece e manipula, concebe projetos e enuncia julgamentos de valor a respeito deles, mas não se refere à circunstância toda enquanto tal.

Considerações finais

Paulo Freire, em sua tese *Educação e Atualidade brasileira*, centraliza um cenário nacional fundamental para a democracia popular, fazendo do sujeito histórico um ator da industrialização, um agente para a democracia. Antes, este sujeito não atuava em sua dinâmica consciente, apenas *estava*, e através da industrialização a participação tem uma dinâmica histórica. Analisar o Novo Sujeito Industrializado em Paulo Freire é observar um novo rumo para a experiência democrática.

Freire, por meio de uma investigação histórica, relaciona o atraso democrático e econômico com a inexperiência democrática. Segundo ele, o país ainda não alcançara o estágio da coexistência entre o político e o ser político.

Não existe educação fora das sociedades humanas e não existe indivíduo vazio. O esforço educativo que elas desenvolvem é válido em outros espaços e em outro tempo, sendo marcado pelas condições especiais da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira é intensamente cambiante e dramaticamente contraditória. Sociedade em partejamento, que apresenta violentos embates entre um tempo que se esvazia, com seus valores, com suas peculiares formas de ser, e que pretendia preservar-se de outro que está por vir, buscando configurar-se.

Paulo Freire desenvolve uma teoria educacional analisando as experiências políticas e sociais do Brasil. Na referida tese, o autor elabora uma abordagem teórica da história da educação. Esta teoria educacional é chamada de *pedagogia democrática*, uma prática educativa que se torna uma pedagogia da liberdade. É histórica, autônoma e é uma práxis; conceito político de uma sociologia da educação.

Paulo Freire elabora sua teoria educacional em uma educação existencial. Cabe questionar: o que seria essa educação existencial? Em que ela está pautada? Um esboço de resposta estaria em afirmar que a liberdade de Freire está ligada em duas práticas: a educacional e a histórica.

A prática educacional é dialogal, que promove a alfabetização e a conscientização na prática histórica, onde é desenvolvida a democracia, a experiência política. A síntese das duas instâncias se encontra na práxis. A filosofia existencial tem uma responsabilidade no ser, que se torna social e política. Paulo Freire, sendo um escritor existencialista, desenvolve críticas às concepções abstratas liberais. Estas teorias liberais não colocam o sujeito como histórico, mas afasta-o de sua consciência crítica.

As concepções de uma educação democrática e histórica estabelecem uma crítica contra o formalismo liberal, ou seja, a educação é decisiva para a responsabilidade social e política. O problema educacional brasileiro, de importância incontestavelmente grande, é desses que precisam ser vistos organicamente, do ponto de vista de nossa atualidade. No jogo de suas forças, algumas ou muitas dentre elas, em antinomia umas com as outras.

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de culturas. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a textura da sociedade em que se aplica.

A possibilidade humana de existir fora acrescida de ser, mais do que viver, fazendo do sujeito um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode

também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer. Colocar-se como um ser aberto. Alguém que distingue o ontem do hoje, o aqui do ali. Essa transitividade do sujeito faz dele um ser diferente, histórico, criador de cultura.

A posição que ocupa na sua circunstância é uma posição dinâmica, que trava relações com ambas as faces de seu mundo, a natural, para o aparecimento de cujos entes o indivíduo não contribui, mas a que confere uma significação que varia ao longo da história e a cultural, cujos objetos são criação sua.

A posição do sujeito, realmente, diante destes dois aspectos de sua moldura, não é simplesmente passiva. No jogo de suas relações com esses mundos, ele se deixa marcar, enquanto marca igualmente.

Ao se estudar o comportamento do sujeito, a sua capacidade de aprender, a licitude do processo de sua educação, não é possível o esquecimento de suas relações com sua ambiência. Disto ressalta a sua inserção participante nos dois mundos; sem, todavia, a sua redução a nenhum deles. A sua inserção no mundo da natureza pelas suas características biológicas. A sua colocação no cultural, de que é criador, sem a sua redução a um objeto de cultura. A hipertrofia de um desses aspectos, com a redução do sujeito a seu ângulo, tem dado origem a exageros de interpretação do comportamento humano. Mas, participando dos dois mundos de seu contorno e não se reduzindo a nenhum dos dois, não será explicado o indivíduo como um ser superposto a essa realidade dupla.

Não há, portanto, como admitirmos a existência de um sujeito totalmente não comprometido diante de sua circunstância. É condição de sua própria existência o seu compromisso com essa circunstância em que inegavelmente aprofunda suas raízes e de que também inegavelmente recebe cores diferentes.

É neste sentido que se pode afirmar que o sujeito não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade, criticamente integrado a

ela, e que vive uma vida inautêntica enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. Dolorosamente desintegrado dela, alienado de sua cultura.

A relação de organicidade a que nos referimos implica a posição cada vez mais conscientemente crítica do sujeito diante de seu contexto para que nele possa interferir. Não existe organicidade na superposição, em que existe a possibilidade de ação instrumental.

Da mesma forma, a organicidade do processo educativo implica a sua integração com as condições do tempo e do espaço a que se aplica para que possa alterar ou mudar essas mesmas condições. Sem esta integração o processo, este se faz inorgânico, superposto e inoperante.

Deste modo, preocupa-nos, predominantemente, a indagação das marcas mais acentuadas de nossa atualidade com que teremos de sintonizar nossa educação. Entre elas, a da incoercível tendência para a nossa democratização política e cultural. Democratização, porém, que vem sendo comprometida por uma série de pontos de estrangulamento dentro de nossa atualidade.

Quais sejam estes ou alguns destes pontos, representados em antinomias contidas na atualidade brasileira, nos parece fundamental e prévio ao nosso agir educativo. Este, na verdade, talvez tenha aí a sua mais importante tarefa na sociedade brasileira em transição. Talvez tenha, na diminuição dessas antinomias e até na sua extinção, a sua maior tarefa. Tarefa, infelizmente, até agora, pouco ou quase nada executada, em todos os seus aspectos. Daí a cada vez maior inoperosidade de nossa educação, em desarmonia com a nossa realidade ou, pelo menos, com seus aspectos mais gritantes.

A uma sociedade que se industrializa e se democratiza, como a nossa, insistimos em oferecer uma educação intensamente verbal e palavrosa.

Educação que se faz, como acentuamos, um dos obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico, bem como à nossa democratização.

A uma sociedade que se democratiza, insistimos em oferecer não uma educação com que “visássemos a formação de todos os brasileiros para os diversos níveis de ocupações de uma democracia moderna, mas tão somente a seleção de um mandarinato das letras, da ciência e das técnicas” (TEIXEIRA, 1957, p. 48-49).

Não tememos apontar a nossa inexperiência democrática, responsável por tantas manifestações de nosso comportamento, como a matriz desta educação desvinculada da vida, autoritariamente verbal e falsamente humanista, em que nos desnutrimos.

Fato é que a vinculação com a realidade circunstancial — que daria a nosso processo educativo aquele sentido já referido e a que mais adiante nos reportaremos, de organicidade — repousa, antes de tudo, numa atitude: a democrática, permeável, crítica e plástica.

Por outro lado, a superposição do processo educativo, a que igualmente nos referimos mais a vagar e que vem caracterizando o nosso agir educacional e fazendo-o verbalista, nacional, implica também uma atitude: a rigidamente autoritária, perigosamente acrítica, vertical, assistencializadora.

É este gosto da verticalidade, do autoritarismo, enraizado em nossas matizes culturológicas, que refletem a nossa inexperiência democrática. A grande reforma da educação é, assim, uma reforma política, permanentemente descentralizante, pela qual se criam nos municípios os órgãos próprios para gerir os fundos municipais de educação e os seus modestos, mas vigorosos, no sentido de implantação local, sistemas educacionais.

Esta descentralização — de que resultaria, forçosamente, um crescente encontro entre o planejamento educacional e as condições locais e regionais — é que daria ao processo educativo brasileiro o sentido de organicidade de que tanto se ressentia.

Referências

- ALTHUSSER, I. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa, Martins Fontes, 1980.
- AZEVEDO, Fernando. A educação entre dois mundos. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BARBU, Zevedei. Psicología de la Democracia y de la Dictadura. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1955.
- BARRETO, Vicente. Evolução do pensamento político brasileiro- Vicente Barreto e Antonio PAIM. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, 1989.
- FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. Recife, s/e, 1959.
- _____. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- _____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo, Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Ana Maria de Araújo. Paulo Freire: uma história de vida. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, 1977.
- FREYER, Hans. Teoría La época actual. Fondo de cultura económica, México, 1958.
- GARAUDY, Roger. O pensamento de Hegel. Ed. Moraes, 1971.
- GASSET, José Ortega y. A Rebelião das massas. Ed. Martins fontes, 1987.
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Ed. Ática, 1986.
- _____. Maquiavel, a política e o estado moderno. Civilização brasileira, 1976.
- _____. Cadernos do Cárcere. Volume 1. Ed. Civilização brasileira, 2014.
- _____. Quaderni Del Carcere. Volume primo. Ed. Einaudi, 2007
- LIMOEIRO CARDOSO, Mirian. Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARCEL, Gabriel. Los Hombres contra lo humano. Buenos Aires: Libreria Hachette, 1955.

MARITAIN, J. Princípios duma política humanista. Rio de Janeiro, 1960.

MARX, Karl, E. Friedrich. Manifesto Del Partido Comunista. Milano, Ed. Lotta Comunista, 2010.

_____. Manifesto do Partido Comunista, São Paulo, Ed. Global, 1988.

_____. Manuscritos econômico-filosófico e outros textos escolhidos; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOUNIER, Emmanuel. O Personalismo. Lisboa. Ed. Martins Fontes, 1950.

MANHEIM, Karl. Diagnostico de nuestro tiempo. Coleccion popular, 1986.

PAIVA, V. P. Educação Popular de Adultos. São Paulo, 1985.

_____. Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista. Rio de Janeiro, 1980.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1953.

RAMOS, Guerreiro. A Redução Sociológica. Textos Brasileiros de Sociologia, 1958.

SILVA, Pedro Henrique Ciucci. As concepções antropológicas e filosóficas de Paulo Freire, dissertação de mestrado em filosofia. São Paulo, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Ideologia do Colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro, 1961.

SOUZA, Ana Inês. Paulo Freire vida e obra. Campinas, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. Iseb: fábricas de ideologias. Campinas, 1997.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel. São Paulo, 1985.